



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

FORTUNAS EM MOVIMENTO: UM ESTUDO
SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NA RIQUEZA PESSOAL
EM JUIZ DE FORA / 1870-1914

Rita de Cássia da Silva Almico

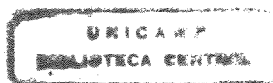
Dissertação de Mestrado apresentada
ao Instituto de Economia da UNICAMP
para obtenção do título de Mestre em
História Econômica, sob a orientação da
Profa. Dra. Wilma Peres Costa.

*Este exemplar corresponde ao original da
dissertação defendida por Rita de Cássia
da Silva Almico em 19/02/2001 e
orientada pela Profa. Dra. Wilma Peres
Costa.*

CPG, 19/02/2001

Wilma Peres Costa

Campinas, 2001



0265700

N.º CHAMADA:	
F/ UNICAMP	
AL 66 f	
V.	Ex.
TOMBO BC/45434	
PROC. 16/392/01	
C ☐	D ☐
PREC. 11,00	
DATA 28/07/2001	
N.º CPD	

CM00157716-4

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

AL66f Almico, Rita de Cássia da Silva
Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformacoes na riqueza pessoal em Juiz de Fora/1870-1914 / Rita de Cássia da Silva Almico. -- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Wilma Peres Costa
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Juiz de fora (MG) – Historia – 1880-1914. 2. Riqueza - Juiz de Fora (MG). I. Costa, Wilma Peres. II. Universida- de Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

À memória de minha mãe

Para Luiz Fernando, meu companheiro
de todas as horas.

Para Daniel e Alice, que nasceram
durante esse trabalho e se tornaram luz
e força para a minha caminhada

Para meus amados irmãos,
Carlinhos, Fatima e
Carminha, que serviram de
espelho e de proteção, para
que eu pudesse ter uma vida
diferente da que eles
tiveram.

Para Lúcia, Leopoldo,
Leonardo, Leandro, Sérgio,
Fabiana, Gabriel, Marcelo,
Paula e Thaís, minha
querida família

O café é o ouro vulgar do
homem e, tal como o ouro,
proporciona a todos os
homens uma sensação de
luxo e de nobreza

ABD-AL-KADIR (1587)

AGRADECIMENTOS

Sempre que lia essa parte de agradecimentos nos trabalhos, pensava a respeito do número enorme de pessoas a quem eu deveria agradecer quando tivesse chegado a minha vez de fazê-lo. Mesmo com esse pensamento, tenho que pedir, antecipadamente desculpas, se deixar de mencionar alguém.

A FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, devo todo o ‘amparo’ recebido através de 24 meses de bolsa de Mestrado, que me proporcionou a dedicação mais tranqüila para confecção desse trabalho, além da compra de equipamentos que foram fundamentais para tal pesquisa.

A Wilma Peres Costa, minha querida orientadora, pelo carinho, paciência, força e estímulo durante a orientação. Fora o lado pessoal, que eu só tenho a agradecer, no lado profissional a sua seriedade e eficiência servirão como exemplos pra mim, daqui em diante.

Ao Professor Carlos Gabriel Guimarães, pela leitura dos capítulos, sempre seguidas de críticas que só beneficiaram o trabalho, e também pela oportunidade da amizade que começamos a construir.

Ao corpo docente do Instituto de Economia da UNICAMP, que me acolheu com respeito e muito me ensinou.

Ao Professor Anderson José Pires, que, ainda na graduação me mostrou a importância da História Econômica, além das lacunas existentes. Também, as primeiras indicações de leituras nessa área e o incentivo para prosseguir.

A todos os meus amigos do curso de Mestrado, especialmente a Celina, quem primeiro me acolheu em Campinas e a Sílvia, meu grande amigo durante a realização do curso, que comigo compartilhou saudades e alegrias. Não poderia

informações que possibilitaram algumas afirmações e resultados nesse trabalho. Agradeço também a Raquel que digitou parte dos dados. Meu agradecimento sincero.

Anderson e Magali cuidaram para que os ‘problemas de linguagem’ fossem corrigidos. São amigos queridos e presentes, ajudando-me a superar os obstáculos que surgiram durante esse trabalho.

A Max e Simone porque *la noblesse oblige*.

A Josete pela amizade, como poucos conseguem oferecer.

A Valdeni, que cuidou de meus filhos e de minha casa durante esses meses de minha ‘ausência’. Sem o carinho e a dedicação que ela nos dispensou, eu não poderia ter executado tal tarefa.

A minha família, que, mesmo distante de uma certa forma, olhou atenta cada passo que dei, certa de que eu alcançaria o objetivo desejado.

A Luiz Gonzaga, Raymonde, Paulinho e Claudinha, minha ‘família emprestada’, agradeço todo o apoio e carinho.

Aos meus filhos, Daniel e Alice, que são o maior incentivo para que eu continue nesse caminho que escolhi.

Luiz Fernando, meu marido e cúmplice nessa empreitada, devo as críticas e sugestões, amizade e amor, atenção e respeito, próprios de quem, entre outras coisas, comunga da mesma área acadêmica, podendo, assim, contribuir de forma mais direta.

A todos que colaboraram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho, meu muito obrigada.

Juiz de Fora, Janeiro de 2001.

RESUMO

O nosso trabalho tem como principal objetivo entender as transformações ocorridas com a riqueza pessoal em Juiz de Fora, no final do século XIX e início do XX, mais precisamente, no período que vai de 1870 até 1914. Entendemos que após a abolição da escravidão no Brasil, com a modernização e a riqueza geradas principalmente pelo café, a sociedade também sofreria transformações, as mais variadas. Trabalhamos com uma pequena mas significativa parcela da população, formada por indivíduos que, pertencendo a um determinado grupo social detentor de maior parte da riqueza, serviriam de mostra do comportamento dessa sociedade quanto à composição da riqueza desse grupo de particulares.

Se antes do processo de abolição atingir seu fim o escravo era o principal ativo, ou melhor, o mais significativo, entre as opções de bens que existiam naquele momento, seguido de café e dívidas ativas, esse quadro sofreria algumas modificações no período posterior ao final da utilização da mão-de-obra escrava no Brasil, resultado dessa série de mudanças estruturais que ocorriam no país nesse momento.

RESUMÉ

L'objectif principal de ce travail est comprendre les transformations qui se sont passées avec la richesse personnelle à Juiz de Fora à la fin du XIX siècle et début du XX, plus précisément, dans la période de 1870 jusqu'à 1914. On pense qu'après l'abolition de l'esclavage au Brésil et à cause de la modernisation et de la richesse produite surtout par le café, la société, elle-aussi, aurait dû subir des transformations les plus variées. On a travaillé avec une petite mais significative parcelle de la population, formée par des individus qui, faisant partie d'un groupe social détenteur de la plus grande partie de la richesse, ont servi d'échantillon du comportement de cette société en ce qui concerne la disposition de la richesse de ce groupe de particuliers.

Si avant la fin du processus d'abolition l'esclave était le principal actif, meilleur, le plus significatif parmi les options de biens qui existaient à ce moment-là, suivi par le café et la dette active, ce panorama subirait quelques modifications dans la période après la fin de l'utilisation de main d'œuvre esclave au Brésil, résultat de cette série de changements structuraux qui se passaient dans le pays à ce moment-là.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	xi
Resumo.....	xv
Resumé.....	xvii
Sumário.....	xix
Lista de Tabelas.....	xxi
Lista de Gráficos.....	xxiii
Introdução.....	1
Capítulo 1: A Riqueza dos Inventários.....	15
1.1: Algumas Cidades, Muitas Riquezas.....	15
1.2: De Mata Atlântica a Zona da Mata: A Expansão do Café.....	33
1.3: Juiz de Fora em Discussão.....	53
Capítulo 2: As Formas Tradicionais de Riqueza.....	59
2.1: As Modificações dos Ativos.....	59
2.2: Os Inventariados.....	62
2.3: Os Ativos.....	88
Capítulo 3: A Transformação da Riqueza.....	99
3.1: Os Inventariados.....	99
3.2: Os Ativos.....	108
Observações Finais:	133
Fontes e Bibliografia	137
Anexos.....	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação Proporcional da Produção Cafeeira da Zona da Mata na Produção do Estado de Minas Gerais.....	37
Tabela 2: Produção Exportável de Café das Principais Regiões Produtoras.....	38
Tabela 3: Crescimento de Estabelecimentos Comerciais de Juiz de Fora 1870/1925.....	47
Tabela 4: População/Recenseamento de 1872.....	47
Tabela 5: Recenseamento de 1872.....	48
Tabela 6: Recenseamento de 1872: Juiz de Fora, Z. da M. e Minas Gerais.....	48
Tabela 7: Recenseamento de 1890.....	49
Tabela 8: Recenseamento de 1907.....	49
Tabela 9: Comparação entre os Censos de 1872, 1890 e 1907.....	50
Tabela 10: Relação dos Maiores Acionistas do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A (1889).....	52
Tabela 11: População Escrava dos 15 Principais Municípios Cafeeiros da Zona da Mata Mineira(1886).....	70
Tabela 12: Participação Relativa dos Ativos (Total Subperíodos).....	71
Tabela 13: Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza do período - 1870/1879.....	72
Tabela 14: Número de Inventários e Total da Riqueza por Ano - 1870/1888.....	90
Tabela 15: Participação dos Ativos no Total da Riqueza - 1870/1888.....	91
Tabela 16: Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza do Período - 1880/1888.....	93
Tabela 17: Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza do Período - 1870/1888.....	94
Tabela 18: Número de Inventários e Total da Riqueza por Ano - 1889/1914...	109
Tabela 19: Participação dos Ativos no Total da Riqueza - 1889/1914.....	111
Tabela 20: Participação Relativa dos Ativos no Total da Riqueza Inventariada (Médias por Período).....	117
Tabela 21: Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza do Período - 1889/1914.....	117
Tabela 22: Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza do Período - 1889/1898.....	117
Tabela 23: Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza do Período - 1899/1908.....	118
Tabela 24: Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza do Período - 1909/1914.....	118
Tabela 25: Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza do Período - 1870/1914.....	131

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Participação no Montante da Riqueza - Ativos (1870/1888).....	71
Gráfico 2: Participação no Montante da Riqueza - Escravos (1870/1888).....	72
Gráfico 3: Participação no Montante da Riqueza - Café (1870/1888).....	74
Gráfico 4: Participação no Montante da Riqueza - Animais (1870/1888).....	75
Gráfico 5: Participação no Montante da Riqueza - Terras (1870/1888).....	76
Gráfico 6: Participação no Montante da Riqueza - Casas (1870/1888).....	77
Gráfico 7: Participação no Montante da Riqueza - Benfeitorias (1870/1888).....	78
Gráfico 8: Participação no Montante da Riqueza - Objetos Pessoais (1870/1888).....	79
Gráfico 9: Participação no Montante da Riqueza - Alimentos (1870/1888).....	80
Gráfico 10: Participação no Montante da Riqueza - Dívidas Ativas (1870/1888).....	82
Gráfico 11: Participação no Montante da Riqueza - Títulos (1870/1888).....	84
Gráfico 12: Participação no Montante da Riqueza - Ações (1870/1888).....	85
Gráfico 13: Participação no Montante da Riqueza - Terrenos (1870/1888).....	86
Gráfico 14: Participação no Montante da Riqueza - Ativos (1889/1914).....	110
Gráfico 15: Participação no Montante da Riqueza – Terras (1889/1914).....	123
Gráfico 16: Participação no Montante da Riqueza – Casas (1889/1914).....	124
Gráfico 17: Participação no Montante da Riqueza – Títulos (1889/1914)	124
Gráfico 18: Participação no Montante da Riqueza - Café (1889/1914).....	125
Gráfico 19: Participação no Montante da Riqueza - Dívidas Ativas (1889/1914).....	126
Gráfico 20: Participação no Montante da Riqueza - Benfeitorias (1889/1914).....	126
Gráfico 21: Participação no Montante da Riqueza - Alimentos (1889/1914).....	127
Gráfico 22: Participação no Montante da Riqueza - Objetos Pessoais (1889/1914).....	128
Gráfico 23: Participação no Montante da Riqueza - Animais (1889/1914).....	128
Gráfico 24: Participação no Montante da Riqueza - Ações (1889/1914).....	129
Gráfico 25: Participação no Montante da Riqueza - Terrenos (1889/1914).....	129

Introdução

A intenção central dessa pesquisa é a de acompanhar a transformação da riqueza pessoal durante o período de tempo e região geográfica escolhidos, a saber, Juiz de Fora entre 1870/1914¹. O recorte temporal justifica-se por ter seu início no auge da produção cafeeira na cidade (1870) e, serem as décadas seguintes satisfatórias para se acompanhar o desdobramento da riqueza obtida com tal produto. Terminamos antes do início da Primeira Guerra Mundial, pois daí em diante, teríamos maiores transformações no contexto internacional do que as que ocorrem no período estudado, o que demandaria maior contextualização e que preferimos não inserir nesse estudo. A transformação da riqueza é estudada aqui enquanto expressão regional das transformações estruturais em processo na economia brasileira do período, dentre as quais se destaca superação do escravismo, marco fundamental da transição capitalista em curso.

Na segunda metade do século XIX, várias mudanças apontavam na direção da superação das relações escravistas, ainda que a economia brasileira permanecesse basicamente voltada para o mercado externo, que mantinha o Brasil como país periférico, fornecedor de matérias-primas e alimentos e consumidor de produtos industrializados dos países do centro.²

Em 1850, a Lei Eusébio de Queiróz proibia o tráfico internacional de escravos, concretizando uma medida que já vinha sendo abordada desde o princípio do século, com o Tratado que comprometia o Brasil a extinguir o tráfico até 1831 e que ficara, entretanto, como a lei “que não pegou” ou era “para inglês ver”. A partir de 1871 outra lei deixava livre o ventre das

¹ Essa pesquisa foi financiada pela PAPESP instituição da qual recebemos bolsa de mestrado por dois anos consecutivos, além de utilização de reserva técnica para pagamento de pesquisadores e compra de equipamentos que foram imprescindíveis para elaboração desse trabalho

escravas, libertando assim uma nova geração de descendentes de africanos que era a principal mão-de-obra do Brasil. Em 1885, com a lei Saraiva-Cotegipe, os sexagenários foram também beneficiados com a liberdade (ou os que conseguiam sobreviver até tal idade sob a condição de escravo). A escravidão ofegava nos seus últimos momentos³, e sua crise final desenvolvia-se simultaneamente com a expansão do principal produto agroexportador de nossa economia complementar: o **café**. Essa lavoura, que se expandiu inicialmente no Médio Vale do Paraíba, possibilitou não só superávits na balança comercial pós-1850, como também proporcionou prestígio e enriquecimento de uma camada de fazendeiros, conhecidos como os 'barões do café'⁴. No entanto, a partir de 1870, essa região não só conheceria o declínio dessa cultura, como também seria superada pela produção crescente do Oeste Novo Paulista no início da República Velha⁵. Este último seria, a partir de então, a principal região cafeeira brasileira, durante todo o restante do século XIX e invadiria também o XX.

Juntamente com a expansão cafeeira viria também a modernização dos transportes⁶ e, no tocante à produção, a introdução das máquinas, principalmente a do beneficiamento do café⁷. Esses dois fatores foram importantes num contexto da demanda do café no mercado internacional e

² CARDOSO DE MELLO, João Manoel. **O Capitalismo Tardio** 2a. Edição, São Paulo: Brasiliense, 1982.

³ CONRAD, Robert E. **Os últimos anos da escravidão no Brasil 1850-1888**. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

⁴ STEIN, Stanley. **Grandeza e Decadência do Café do Vale do Paraíba**. Tradução de Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961.

⁵ A superação da produção viria em 1891/92, quando a produção de café de São Paulo superou a do Rio de Janeiro. Conferir em BACHA, Edmar e GREENHILL, Robert. **Marcelino Martins & Edward Johnston: 150 anos**. 2º ed. revista. Rio de Janeiro: Salamandra Ed., 1992. (Apêndice Estatístico, Tabelas 1.3 e 2.6).

⁶ A respeito das ferrovias e da modernização portuária conferir os trabalhos de: BENCHIMOL, Jaime. **Pereira Passos: um Hausmann tropical**. Rio de Janeiro: Sec. Mun. De Cultura. 1992. (Coleção Biblioteca Carioca, v. 11); EL KAREH, Almir C. **Filha Branca de Mãe Preta: a Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II, 1855/1865**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1982; SAES, Flávio Azevedo M. de. **As Ferrovias de São Paulo. 1870-1940**. SP./Brasília: Hucitec/INL-MEC, 1981 e COSTA, Wilma P. **Ferrovias e Transição Para o Trabalho Assalariado em São Paulo**. Campinas: IFCH. Dissertação de Mestrado, 1976. Mimeo.

⁷ Quanto ao beneficiamento do café ver COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 3ª ed. São Paulo:

de alta do preço dos escravos após a proibição do tráfico negreiro. As ferrovias e as máquinas de beneficiamento não só liberaram a mão-de-obra para o trabalho na própria unidade cafeeira, como também diminuíram os custos com o transporte e a qualidade do café a ser vendido.

Neste processo de transferência da produção cafeeira do Vale para o Oeste paulista, outra região produtora se destacou na economia nacional: a Zona da Mata mineira. Esta região, localizada no sudeste do estado de Minas Gerais, teve uma produção cafeeira crescente principalmente pós-1870 e se manteve como importante região produtora até as primeiras décadas deste século⁸. Ela nos serve de exemplo melhor quando se diferencia de outras regiões cafeeicultoras por suas múltiplas particularidades, que trataremos no momento oportuno.

Dentro dessa região escolhida, iremos destacar Juiz de Fora, seu pólo urbano por excelência, o qual é um campo privilegiado para nosso estudo, porque, dentre as outras cidades da Mata, ela desenvolveu uma trajetória que partiu de uma estrutura escravista agroexportadora cafeeira – incentivo inicial para o seu desenvolvimento – para um fundamento urbano-industrial, analogamente ao que ocorreu em outros centros do país como Rio de Janeiro e São Paulo⁹. Essa mudança coincide com as transformações estruturais que estão ocorrendo em nível nacional.

Essa evolução sócio-econômica vivenciada pelo espaço urbano de Juiz de Fora é muito importante para a pesquisa. Ao elegermos as transformações da riqueza como nosso objeto, faz-se primordial constatarmos que as mudanças na estrutura da riqueza refletiram-se também na

Brasiliense, 1989.

⁸ Entendemos região como um espaço construído pelas relações sociais. Ver: MATTOS, Ilmar de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987. (especialmente o capítulo 1 'A Recunhagem da Moeda colonial').

⁹ PIRES, Anderson J. **Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora 1870/1930** Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 1993.

como o que foi acumulado durante toda a vida do inventariado, de acordo com metodologia do trabalho de Zélia Cardoso de Mello, seguida também por Renato Leite Marcondes.¹¹ Procuramos identificar e classificar as categorias mais representativas no total da riqueza e distinguir as “novas” formas de riqueza das “antigas”, levando-se em conta ser o movimento dessas formas de riqueza a expressão da transição em curso no momento. Estudar as transformações na riqueza pessoal permitiu conhecer qual grupo social se fortaleceu no interior de interesses diversificados – financeiros, industriais, comerciais e agrários. Por ter como espaço final para a sua comercialização o Rio de Janeiro, a Zona da Mata teve formas de riqueza urbanas que serão diferentes das encontradas em outros centros produtores de café, onde a comercialização desse produto era realizada no próprio espaço da esfera produtiva. Conhecer essas novas formas de riqueza urbana será também objetivo dessa pesquisa.

Consideramos ser de grande importância o preenchimento dessa lacuna na historiografia local, visto que não temos conhecimento de nenhum trabalho que aborde de forma central esse tema sobre a Zona da Mata mineira nesse espaço de tempo¹². Esperamos que nossa pesquisa consiga contribuir de alguma forma para a compreensão do processo de transição do fundamento agroexportador para o urbano-industrial do *locus* escolhido para estudo, impossível de ser caracterizado como um todo.

Um objetivo mais geral é o de certamente contribuir para o conhecimento científico do passado histórico da Zona da Mata, através de um de seus principais municípios: Juiz de Fora.

¹¹ CARDOSO DE MELLO, Zélia M. **Metamorfoses da Riqueza. São Paulo 1845/1895**. São Paulo: HUCITEC, 1985.

¹² OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Da crise da economia mineradora aos primórdios da expansão cafeeira da Zona da Mata mineira (1770/1860)**. Niterói: UFF, tese de doutorado, 1999.

a data de abertura do inventário e o Monte Mor do inventariado, o que corresponde ao total da riqueza possuída por tal indivíduo. Essa informação surge no momento da partilha dos bens, quando, se for o caso, pagam-se as dívidas feitas pelo inventariado, ficando como Monte Mor o restante da fortuna.

A segunda parte é referente aos dados do inventariado, inventariante, o grau de parentesco que os une, naturalidade, filiação, endereço, profissão, número de filhos, nomes destes, data da morte, ou seja, dados da vida da pessoa falecida e dos que ficaram responsáveis pelos bens deixados, ou pelas dívidas feitas em vida. É possível também saber através do parentesco se a riqueza continua na mesma família ou se o inventariante, responsável pelo zelo do que foi acumulado pelo inventariado, é uma pessoa de fora da família. Geralmente quando não é ao cônjuge que cabe essa tarefa, o que é mais comum, é um filho ou genro ou ainda parentes mais afastados que assumem a incumbência de dizer à justiça quais bens possuía o inventariado e tomar as medidas necessárias para, durante o inventário, acompanhar se a partilha será feita nas formas da lei. No caso de não ser alguém da família, o mais comum é nomear-se um advogado, que acumulará o cargo de tutor, o que ocorre quando os filhos são menores e não há mais ninguém com grau de parentesco que possa fazê-lo.

As cartas de tutela e curatela (no caso de também ser nomeado um curador) são importantes formas de ampliar o estudo dos inventários, pois nelas aparecem descrições detalhadas da evolução dos bens, da administração dos espólios e mesmo pareceres e considerações pessoais e profissionais daqueles que exerciam tal função. Diversos estudos utilizaram-se destas cartas como forma de se ampliar o limite dessas fontes.¹³ Em nossos estudos,

¹³ Ver: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul 1850/1920: um estudo de Relações**

dada a quantidade de inventários e o objetivo de entender as transformações gerais da riqueza pessoal, optamos por não trabalhar com estas informações, o que preferimos deixar para um trabalho posterior.

Através do endereço e da profissão do inventariado podemos detectar se sua vida se centraliza no mundo rural ou urbano, a que categoria social pertence. De acordo com essas informações é possível perceber no inventário analisado algo que faz parte de nossas indagações, para podermos entender a divisão entre bens rurais e bens urbanos, denominando-os como patrimônio fundiário e patrimônio extra-fundiário, respectivamente, de acordo com metodologia já utilizada em outro trabalho sobre a Zona da Mata¹⁴. Essa divisão serve para separarmos as categorias sociais que estudaremos e, dessa forma, sabermos se durante o período estudado houve uma mudança na importância relativa de tais categorias e se os bens rurais deram lugar aos bens urbanos denotando uma urbanização também da riqueza pessoal. O número de filhos demonstra a divisão que será feita da fortuna existente, o que pode diluir, se o número destes for elevado, o que foi acumulado durante a vida do indivíduo. Quando há a presença de dotes, esses são adicionados ao montante de bens no momento da partilha.

A terceira parte refere-se aos bens propriamente ditos. Estes, por sua vez, subdividem-se em: bens imóveis; semoventes; objetos pessoais; dívidas; títulos; ações; terrenos.

Os bens imóveis são subdivididos em terras, casas, benfeitorias, cafezais, mantimentos e roças.

As terras aparecem descritas com o tipo de utilização, sua medida, localização e

não capitalistas de produção. Dissertação de Mestrado, 1983. UFRJ. Esse trabalho em grande parte se apóia em informações destas cartas. Também SARAIVA, Luiz Fernando. **Correr de Casas, Antigas Senzalas. A Transição do Trabalho Escravo em Juiz de Fora:1870/1900.** Dissertação de Mestrado, 2001.UFF.

valor, ocorrendo o mesmo com as casas, que são descritas com bastante riqueza de detalhes “...uma casa de vivenda, coberta de telhas, forrada, assoalhada, envidraçada, assobradada na frente, em bom estado de conservação...”.¹⁵ As benfeitorias também servem para ilustrar a forma como a fazenda era equipada e o grau de capacidade produtiva que possuía, podendo também demonstrar a existência de outras funções, como a produção de aguardente, por exemplo. Os mantimentos e roças vêm em seguida aos cafezais. Os primeiros são à base da economia da cidade, seguindo a produção nacional e, os outros ativos representam outras possibilidades de produção dentro da fazenda, tendo modesta participação no montante da riqueza devido a pouca produção e seus baixos preços¹⁶.

O segundo subgrupo, de bens semoventes, subdividide-se em animais e escravos. Não parece despropositada esta afirmação, uma vez que, embora a descrição dos animais seja normalmente mais sucinta, esta se assemelha à dos escravos, e normalmente estes ‘ativos’ eram apresentados em um mesmo tópico no corpo do inventário, dando um pouco a idéia da percepção dos agentes do período sobre a importância da posse do escravo.

Um terceiro subgrupo de riqueza encontrada nos inventários é o que denominamos objetos pessoais. Esses são, na realidade, o que nos dá a noção da vida privada do indivíduo. Como objetos pessoais temos uma subdivisão de móveis (móvelia), jóias, utensílios, instrumentos profissionais e outros. Pela grande diversidade e pequena importância no montante da riqueza

¹⁴ PIRES, Anderson J. op cit. p. 07.

¹⁵ Inventário de Gabriel José de Barros, com número 1881, caixa 252 B, com data de abertura em 07/03/1907, sob a guarda do AHUFJF.

¹⁶ Esta questão sobre a produção de alimentos, já foi estudada por ANDRADRE, R. G e ampliada por SOUZA, Sônia. **Alem dos Cafezais. Produção de Alimentos e Mercado Interno em Uma Região de Economia Agroexportadora – Juiz de Fora na Segunda Metade do Século XIX.** Niterói: UFF. Dissertação de Mestrado, 1998; ver mais à frente o pequeno valor percentual deste ativo em termos absolutos da produção de alimentos para a riqueza da região.

(ver à frente) não guardamos muita atenção a estes itens, a não ser quando a própria dimensão da amostra se impunha – no caso de um farmacêutico, um médico, ou um artesão, cujos instrumentos profissionais se tornavam importantes pela própria natureza da atividade do inventariado, por exemplo. No período posterior a abolição, veremos que algumas vezes esse ativo, objetos pessoais, tomou uma importância maior do que teria no período anterior (ver capítulo III).

Os subgrupos das dívidas, vem subdivididos em ativas e passivas, sendo abatido do monte o que deverá ser pago aos credores, mesmo que para isso os bens precisem ser levados “à praça” (leiloados pela justiça). É importante frisar que dívidas ativas referem-se ao que o inventário tem a receber e, dívidas passivas, o que deve ser pago a outrem.

Formando outro subgrupo de bens, temos os títulos, apólices, dote e dinheiro, caracterizando a parte financeira do montante da riqueza.

As ações foram separadas desse grupo por entendermos ser esse ativo de natureza diferenciada dos demais ativos financeiros, já que apresentavam um risco maior, de acordo com as oscilações inerentes ao mercado, e, ainda, por podermos, através dessas ações, detectarmos o aparecimento de companhias locais que caracterizam a urbanização e modernização que a cidade apresenta dentro do período estudado.

O último subgrupo é formado pelos terrenos, que se encontram principalmente no universo urbano, sendo que pode ocorrer a presença desses nos distritos e, dessa forma, foram considerados rurais. Eles têm pouca expressão quando comparados com os outros ativos na participação no montante total da riqueza, mas são importantes na medida em que nos permitem avaliar o grau de urbanização e a demanda para a construção de casas, lojas, fábricas e demais

edifícios na cidade.

Feita a apresentação das partes do inventário, é importante ressaltar que, obviamente o inventário nos dá conta de um indivíduo, e que, para entendermos a sociedade em que este está inserido agregamos as informações quantificando-as. Os ativos constitutivos da fortuna destes indivíduos, quando agregados, dão-nos um olhar sobre as formas de acumulação e de constituição das fortunas no tempo, possibilitando-nos acompanhar as mudanças que influenciam na constituição e diversificação destas fortunas. Elas refletem, desta forma, uma parte da sociedade em que estão inseridas e as modificações que esta está sofrendo.

O nosso universo de inventariados está restrito, dentro grupo de inventários sob a guarda do AHUFJF, ao que foi intitulado 'Fundo B'. Este, de doação mais nova que o 'Fundo A' (outro fundo em que se encontram alguns inventários) foi o que trabalhamos. Vários estudos já foram feitos sobre a história da região com base nos inventários que se encontram no 'fundo A'¹⁷. Portanto, nós optamos por não pesquisarmos os documentos contidos nesse fundo, devido também à grande quantidade de inventários a mais que teríamos para essa pesquisa de mestrado. Entendemos que os 1.918 inventários analisados se constituem em uma mostra significativa o suficiente para os objetivos propostos. Utilizamos todos os inventários a disposição desse fundo, dentro do período selecionado, que se encontravam disponíveis para consulta no AHUFJF¹⁸. A pesquisa nesses inventários selecionados (todos os do fundo B) foi feita pela primeira vez em sua totalidade nesse nosso trabalho, o que nos influenciou também na escolha, já que poderíamos obter novos dados nessas fontes ainda não pesquisadas.

¹⁷ Principalmente os trabalho de PIRES, Anderson J. op cit e ANDRADE, Rômulo G. op cit

¹⁸ O inventário de número 1667 do ano de 1876 não foi encontrado no arquivo, apesar de estar catalogado e ter sua numeração individual e da caixa onde deveria estar arquivado. A direção do AHUFJF não nos deu nenhuma

Do total de 1.918 inventários consultados, nem todos foram utilizados para a análise, ou por falta de informações ou por não constituírem inventários de pessoas possuidoras de fortunas (nosso objetivo neste trabalho). Quando aconteceu de consultarmos inventários cuja pessoa não era possuidora de bens representativos de fortuna ou possuía apenas uma casa ou somente objetos pessoais, estes inventários foram catalogados mas não foram incluídos na análise e em nossas tabelas e gráficos. Nunca é demais ressaltar que as pessoas inventariadas são apenas uma pequena parcela do total da população, deixando claro que estamos trabalhando com uma minoria que por ser possuidora de fortunas representa uma classe privilegiada da cidade de Juiz de Fora neste período.

Quanto à avaliação dos bens, estas estão sujeitas às declarações feitas pelos herdeiros ou pelos “louvados” (pessoas encarregadas de avaliar os bens deixados pelo morto), o que pode levar à idéia de prováveis fraudes nas avaliações. Mas, já que estamos trabalhando com um universo e não com a individualidade, se isto ocorreu entendemos que não seriam casos isolados, mas antes atitudes mais ou menos comuns pelo menos à maioria, o que coloca todos num mesmo patamar de valores, eliminando este problema.

No tocante aos bens, trabalhamos com os valores nominais, por entendermos ser a forma mais viável de não ocorrerem discrepâncias com efeitos inflacionários ou deflacionários, podendo aparecer inclusive diferenças entre os preços que os vários louvados dão aos bens, mas que não afetariam de forma direta os objetivos de nosso trabalho. Os bens foram analisados com base na sua participação relativa ao total da riqueza a cada ano, agregados em períodos de dez anos, mais ou menos, (1870/1879, 1880/1888, 1889/1898, 1899/1908 e 1909/1914), não analisando valores

absolutos. Desta forma, não comparamos os bens de um período com o outro, mas sim a participação de um ativo no total da riqueza de um período com a participação do mesmo num outro período. Nossas comparações relativas são dentro de um mesmo espaço de tempo, de acordo com a participação dos bens relativos ao montante da riqueza. Imaginamos assim uma forma de escapar aos possíveis ‘desvios’ decorrentes da alta inflação no período final do oitocentos e começo do século XX, uma vez que os vários métodos possíveis, como a libragem ou tabelas de deflação, apresentam falhas, como a fragmentação dos dados, ou por não darem conta de questões regionais, ainda não estudadas¹⁹.

Não levamos em consideração os casos de perdas de bens, vendas, libertação de escravos ou qualquer outro tipo de modificação no montante da fortuna do indivíduo ocorridos depois de aberto o inventário. Analisamos apenas a listagem de bens feita pelos louvados com os devidos valores a eles atribuídos na época da abertura de tal processo.

A estrutura assumida pela dissertação traz as seguintes divisões: no primeiro capítulo, tratamos de dar um panorama de outros trabalhos que tratam de temas semelhantes aos nossos e que utilizamos como referência temática e metodológica para nossa pesquisa, que são o de Zélia Maria Cardoso de Mello, João Ribeiro Fragoso, Jorge Miguel Viana Pedreira, Kátia Mattoso e Renato Leite Marcondes. Tentamos enfatizar os aspectos mais relevantes desses trabalhos e o que deles incorporamos e aproveitamos. Em seguida, dentro do mesmo capítulo, fizemos um apanhado dos trabalhos que tratam da Zona da Mata mineira e de Juiz de Fora e que estão no mesmo período que o estudado por nós. Buscamos, assim, inserir as preocupações exploradas nessa pesquisa no

¹⁹ SCHULZ, John. **A Crise Financeira da Abolição, 1875/1901**. São Paulo: Edusp: Instituto Fernand Braudel, 1996; e, GRANZIERA, Rui G. **A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1979.

debate em curso sobre a história econômica da região e da cidade que é objeto de nossa análise. Terminamos o capítulo com um breve histórico da cidade e sua evolução no período. Nos capítulos seguintes, desenvolvemos o tema com a apresentação e análise dos inventários, classificados em dois subperíodos de tempo – o primeiro correspondendo a 1870/1888 e o segundo de 1889/1914 – em que demonstraremos a análise dos dados coletados sobre os elementos que constituem a fortuna e suas modificações no decorrer do tempo.

Especificamente no capítulo 2, estudamos a fortuna na fase final da utilização da mão-de-obra escrava. Chamamos esta de “fortuna tradicional” devido à importância assumida pela base na posse de escravos, dívida ativa e café principalmente. Uma de nossas preocupações foi a de verificar em que momento o ativo *escravo* começa a declinar frente à aproximação da abolição da escravatura.

Para o último capítulo (de número 3), tentamos investigar quais as direções principais da transformação da riqueza nos anos imediatamente posteriores ao escravismo. A idéia é perceber o aparecimento (ou aumento) de formas de riqueza mais ligadas ao desenvolvimento urbano e/ou à diversificação do capital comercial e bancário – ações, apólices, títulos da dívida pública e imóveis urbanos, denotando uma modificação na fortuna pessoal que acompanha uma certa modernização sofrida pela sociedade em estudo, terminando desta forma a nossa dissertação.

Dentro de cada subperíodo, agregamos os inventários em grupos de aproximadamente dez anos e os Monte mor de cada inventário por ano, o que chamamos de riqueza do ano. Esses servirão para análise e elaboração de tabelas e gráficos, dos quais lançaremos mão a título de exemplo sempre que julgarmos necessário.

Capítulo I: A Riqueza Dos Inventários

I.1- Algumas Cidades, Muitas Riquezas

Como trabalhamos basicamente com inventários *post mortem* enquanto nossa fonte de pesquisa, buscamos incorporar ao nosso trabalho outras experiências de autores que trabalharam com esta mesma fonte no intuito de extrair dela informações sobre as várias dimensões da vida social. Utilizamos, então, estes estudos como maneira de conhecer melhor os limites desse tipo de fonte e, também, quando se tratava de tema e período compatíveis com aqueles por nós estudados, como referência e fonte de comparação com os resultados obtidos por nós ao estudarmos Juiz de Fora.

Dentre esses autores podemos citar os trabalhos de Zélia Maria Cardoso de Mello, Jorge Miguel Viana Pedreira, João Ribeiro Fragoso, Renato Leite Marcondes e Kátia Matoso, como aqueles que têm uma relação mais direta com nossa pesquisa. Temos com o trabalho de Zélia Maria Cardoso de Mello²⁰ uma aproximação maior por ter sido este o ponto de partida que nos despertou para o interesse em estudar a riqueza e suas modificações. O seu livro “*Metamorfoses da Riqueza*” tem servido de referencial para nossa reflexão, e estamos utilizando sua base metodológica para análise dos inventários por nós pesquisados em Juiz de Fora. Incorporamos com proveito os trabalhos de Jorge Miguel Viana Pedreira²¹ e também o estudo de João Fragoso²² sobre a

²⁰ CARDOSO DE MELLO, Zélia M. *Metamorfoses da Riqueza*. São Paulo 1845/1895. São Paulo: HUCITEC, 1985.

²¹ PEDREIRA, Jorge M. Vianna. *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa - De Pombal ao Vintismo (1755-1822) - Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*. Lisboa, 1995, Tese de Doutorado (Sociologia e

acumulação e riqueza dos negociantes de grosso trato de Lisboa e do Rio de Janeiro da segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, respectivamente, sendo esse estrato o mais rico da população no período. Em “*A Bahia no Século XIX – Uma Província no Império*” Kátia Mattoso²³ faz também um importante exercício de análise através da utilização dos inventários como fonte e dedica um capítulo específico para explicar a riqueza baiana e sua composição, trabalho que também nos foi útil. E por último, Renato Leite Marcondes²⁴ em seu trabalho “*A Arte de Acumular Na Economia Cafeeira*”, analisa o patrimônio acumulado pelos indivíduos de Lorena, localizada no Oeste Velho Paulista, destacando a distribuição e composição dos mesmos, centrando o estudo nos cafeicultores e produtores de derivados de cana.

A partir das metodologias utilizadas nestes trabalhos, todos tendo como fonte principal de pesquisa os inventários *post mortem*, tentaremos extrair contribuições para o método de pesquisa em nosso trabalho.

Os trabalhos citados acima, embora tratem de perceber como se compunha a riqueza de determinadas sociedades, têm diferenças não só de tempo e espaço como também de objetivos e grupos sociais analisados. No trabalho de Kátia Mattoso para a Bahia, a riqueza é objeto de atenção em apenas um capítulo, no de Zélia Cardoso de Melo, em contraposição, ela é o próprio objeto do trabalho. Devemos também destacar outras diferenças importantes entre os trabalhos em questão, todos eles fundamentados na utilização dos inventários como fonte. Em primeiro lugar, tratam de períodos diferentes. Zélia Cardoso de Melo estuda São Paulo na segunda metade do século XIX;

²² FRAGOSO, João Luís R. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

²³ MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Bahia, século XIX. Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

²⁴ MARCONDES, Renato L. **A arte de acumular na economia cafeeira – Vale do Paraíba século XIX**. Lorena,

Jorge Pedreira, Lisboa da segunda metade do XVIII até o vintismo (1755/1822); João Fragoso, o Rio de Janeiro do final do século XVIII e início do XIX; Kátia Mattoso a Bahia do XIX e, finalmente Renato Marcondes, Lorena no oitocentos. Em todos os casos, há um destaque marcante para o centro urbano. Entretanto, São Paulo, Lisboa, Rio de Janeiro, Bahia e Lorena têm características distintas entre si. Os estudos sobre Lisboa e Rio de Janeiro, o primeiro sendo o principal porto da metrópole naquele momento e o segundo o principal da colônia e posteriormente do Império, diferenciam-se de São Paulo, Bahia e Lorena por suas características mais urbanas e, principalmente, por terem uma maior inserção no mercado internacional.²⁵ Essa diferença desemboca numa outra que para nós é o mais importante: no trabalho de Pedreira e também no de Fragoso, os autores buscam respostas para um determinado grupo social – os negociantes da praça mercantil de Lisboa e Rio de Janeiro respectivamente, enquanto Zélia Cardoso de Mello, volta sua atenção para uma sociedade inteira, no conjunto de suas categorias sociais existentes, ocorrendo o mesmo com Kátia Mattoso e Renato Marcondes. Partindo então de pressupostos diferentes, obviamente suas metodologias se diferem. Vamos nos deter de forma mais pormenorizada nos trabalhos de Zélia Cardoso de Melo, Jorge Vianna Pedreira e Renato Leite Marcondes, para melhor exemplificar.

Segundo Pedreira, a riqueza não se distribuía uniformemente entre os membros do corpo mercantil de Lisboa, seu alvo de indagações. Para realizar o seu trabalho, esse autor recorre a outros trabalhos semelhantes, buscando um padrão de comparação do seu universo, que é a

São Paulo: Ed. Stiliano, 1998 (especialmente o capítulo 5, a distribuição da riqueza).

²⁵ É importante ressaltar a importância da Bahia como uma região comercial. Entretanto, ao final do século XVIII e início do XIX, o Rio de Janeiro constituiu-se na principal região comercial e exportadora, seja do Império Luso-Brasileiro, seja no Império do Brasil. A respeito dessa mudança ver: ARRUDA, José Jobson de A. **O comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

praça mercantil de Lisboa em fins do séc. XVIII e início do XIX. Tais trabalhos tratam de Inglaterra, Rio de Janeiro, Glasgow, cidades portuárias francesas, Cádiz e Sevilha. Para Lisboa, ele identifica que

“a matriz da fortuna dos negociantes encontra-se nos elementos constituintes do capital mercantil. (...) A caracterização preliminar da estrutura patrimonial evidencia desde logo o carácter decisivo das componentes directamente associadas ao negócio: em geral, mais da metade da fortuna era preenchida por dívidas activas de diferentes naturezas que procediam do desenvolvimento de uma actividade comercial e financeira ou dos investimentos realizados”.²⁶

O crédito e o montante de dívidas foi o principal critério encontrado por Pedreira para distinguir os negociantes dos demais grupos socio-profissionais. Ele dividiu o patrimônio dos negociantes por ativos, para sublinhar aqueles onde as dívidas ativas apareciam como elemento mais importante chegando a alcançar posições acima de 20% da riqueza, sendo de origem as mais diversas, o que lhe permitiu determinar a dimensão das fortunas dos homens de negócios. Isso alerta para o fato de que o crédito era essencial na vida desses negociantes, devido à natureza de sua atividade. Elas se compunham, além de créditos comerciais, de vendas a prazo, comissões e saldos de contas correntes com sócios, também de fretes, empréstimos (com ou sem juros), pagamentos do Real Erário por ordenados, ou fornecimento de bens e serviços, contando ainda com rendas de casas, lojas, armazéns e outros bens imóveis. Em segundo lugar vem os bens de raiz (urbanos ou rústicos) com 20% dos bens para a formação das fortunas mercantis. Dinheiro, apólices e títulos representavam outros 20%, sendo o restante do patrimônio completado por mercadorias e gêneros depositados nas alfândegas e armazéns²⁷. Para esta composição Pedreira caracteriza dessa maneira estas fortunas:

²⁶ PEDREIRA, J. M. Viana. *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa (1755/1822)*. op cit p. 305.

“Por maior que fosse a parte correspondente ao imobiliário, ao numerário e às aplicações financeiras, e eram sem dúvida significativa, eram os cabedais empatados no negócio que determinavam, em última instância, o montante dos patrimônios, tanto mais que algumas dessas aplicações, designadamente os títulos das companhias, formavam parte do capital mercantil”.²⁸

Para modelar a hierarquia interna do grupo de comerciantes, os elementos do capital mercantil são utilizados para graduar a capacidade econômica de tais negociantes. Os bens de raiz, por exemplo, tem participação reduzida nas fortunas acima da média – 15% e nas camadas inferiores chegam a 20-25%. Ao contrário, a participação na composição da fortuna com relação a dinheiro, apólices e ações e ‘das existências em armazéns’ é maior nos fundos de negociantes mais ricos. Jóias, artigos domésticos e de uso pessoal têm participação mais elevada entre os negociantes menos ricos. O que se percebe é que o status obtido pela ostentação, necessário para inserção numa sociedade de Corte, era o que diferenciava principalmente esses dois grupos. O que vai onerar significativamente os bolsos dos comerciantes desta praça é a compra de residências em Lisboa ou quintas de recreio nos arredores da cidade. Conforme destaca Jorge Pedreira, *“para a maioria, manter uma casa nobre em Lisboa e uma Quinta nos arredores condignamente decoradas, fazer-se transportar numa sege com um aparelha de machos – como muitos faziam – e empregar três ou quatro criados, era suficiente para marcar sua posição social”*.²⁹

É importante destacar que muitos eram os comerciantes que possuíam casa própria, embora houvessem os que preferiam viver em casas alugadas. O mais comum era que estes homens e suas famílias habitassem prédios de pouco valor, ocupando somente um ou dois pisos, alugando o restante para lojas, armazéns ou habitações, obtendo desta forma um bom rendimento. Estes homens

²⁷ PEDREIRA, J. M. V. *op cit* p.306-308.

²⁸ Idem, *ibidem*. p. 307.

necessitavam da distinção social para caracterizar a sua posição de homens ricos na sociedade em que estavam inseridos. Para isto, cuidavam muito das aparências para receber visitas que pudessem perceber a sua ostentação, uma vez que freqüentassem o interior de suas casas.

Segundo ele, excetuando a aristocracia da Corte “*eram raras as fortunas que podiam rivalizar com as dos homens de negócio, mesmo dos que não se destacavam dos escalões intermediários do corpo de comércio*”.³⁰ Esta riqueza demonstrada por Pedreira para os comerciantes portugueses da praça de Lisboa não era estendida aos estrangeiros que ali se estabeleciam e num estudo comparativo com outras localidades demonstra o elevado índice de riqueza dos comerciantes lisboetas, (excetuando Londres). A fortuna desta categoria social estudada por Pedreira atinge níveis semelhantes ou superiores aos de outros grandes portos de comércio internacional. Estes comerciantes, então, tinham na riqueza (que era estupenda se comparada aos demais estratos sociais) uma de suas características.

O que caracterizava os interesses destes comerciantes era que não se limitavam em nenhuma especialidade de negócio, exercendo variadas atividades como comércio, navegação, seguros, crédito, manufaturas, bens de raiz, arrematação de contratos, monopólios régios, arrendamento de comendas e propriedades, ações de companhias e títulos da dívida pública. Os contratadores, que pertenciam ao topo da hierarquia da praça de Lisboa, empatavam grandes somas num único negócio, mas até os grandes capitalistas, que também são comerciantes, privilegiando o comércio do dinheiro, em outras palavras, usurários, mantinham outras operações no comércio, nos seguros, etc. Os maiores destes capitalistas, principalmente os contratadores do tabaco³¹, apesar de

²⁹ Idem, ibidem. p. 317.

³⁰ Idem, ibidem.

³¹ Sobre os contratadores do tabaco, conferir MÔNICA, Maria Filomena. **Negócios e Política: os tabacos**

usufruírem dos altíssimos lucros dos contratos obtidos, não abriam mão de uma diversidade de transações comerciais e financeiras. Era também muito rara a concentração das atividades comerciais de um único gênero. O mais comum era a diversificação, tanto para dispersar os riscos como para aproveitar as oportunidades dos mercados. Portanto, o negociante típico não era o especialista mas sim o que tinha variados interesses e trabalhava com as mais variadas mercadorias de qualidades e procedências também diversas.

Para resguardar seu patrimônio dos riscos apresentados pelos negócios, comerciantes preferiam aplicações que lhes garantissem a *'preservação de seus capitais e lhes promettessem um rendimento estável'*.³² Por isso, aplicavam parte de seus recursos em bens de raiz e títulos diversos e esta preocupação não comprometia a circulação comercial de forma significativa.

Já no trabalho de Zélia M. Cardoso de Mello, para São Paulo do meados do XIX, os ativos encontrados correspondem a casas, terrenos, terras, animais de tiro, animais de criação, escravos, utensílios e máquinas, ferramentas, móveis, dinheiro, plantações, ações, estoques, dívidas ativas, outros e dívidas passivas. Seu universo de análise não se restringe a uma determinada categoria social, mas sim a todas as categorias sociais componentes da sociedade que ela estudou e que apareceram nos inventários por ela analisados. Num primeiro momento a autora busca traçar um histórico da região estudada caracterizando suas origens e geografia do local. Num seguimento temporal, ela utiliza o trabalho de Alcântara Machado³³. Ao estudar São Paulo, ele relata a pobreza colonial paulista dos anos seiscentos. Segundo ele, é espantoso que se fizesse inventário judicial já que não existiam grandes fortunas e que *"contam-se pelos dedos os espólios em que aparecem*

(1800/1890). *Análise Social*, vol. XXVII, 1992 (2^o e 3^o). 461-479.

³² Pedreira, Jorge Viana. *Op cit.* p. 321.

³³ ALCÂNTARA MACHADO, J. **Vida e morte do bandeirante**. 2^a edição, São Paulo, Empresa Graphica da

alguns tostões de prata ou alguma moeda de ouro (...) os colonos voltam ao sistema pré-histórico dos escambos in natura, dos pagamentos em espécie”³⁴. Somente nas vizinhanças do século XVIII é que a riqueza se manifesta entre os paulistas. Neste trabalho Zélia Maria identifica a formação da colonização brasileira, chegando ao povoamento de São Paulo e a pobreza que esta demonstrava. Ela afirma que *“No início do século XVII, os inventários começam a indicar maiores fortunas nas quais se registram ‘as peças de serviço’, índios apresados nas entradas e bandeiras*”³⁵. Apesar disto, não é uma característica da sociedade paulista do período a presença de grandes fortunas:

“Antes, o que se vê é o retrato da pobreza, que começa a diminuir quando se inicia a atividade mineira. Nos primórdios da ocupação e povoamento predominam os bens para auto consumo, economia não monetizada, presença de escambo; maior circulação monetária se percebe a partir dos últimos anos do século XVII. Até o meio deste século, os imóveis representavam pouco na riqueza, situação esta modificada posteriormente. Os emprestadores tinham papel importante na economia e registram-se nos inventários ‘negros e mulatos da terra’”³⁶

No século XVIII, em um estudo sobre a economia paulista, Alice Canabrava aponta para o fato de *“como é impressionante o número de pessoas que nada possuem*”³⁷. O fato que marcaria a fase de decadência paulista seria o advento do “Caminho Novo”, por volta de 1733, que ligaria a região mineradora ao porto do Rio de Janeiro, passando pela Zona da Mata mineira. Continuamos então detectando a pobreza paulista como no estudo citado anteriormente. Para Alice Canabrava, a riqueza paulista teria sido impulsionada num primeiro momento pelo

“Revista dos Tribunais”, 1930.

³⁴Idem P. 19.

³⁵CARDOSO DE MELLO, Zélia M. op cit p. 42.

³⁶Idem ibidem

³⁶Idem, ibidem.

³⁷ CANABRAVA, Alice P. **Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/67** In: Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, FGV, out/dez 1972, p. 102.

abastecimento das Minas Gerais, atividade esta que cabia a São Paulo e Bahia. Mas, a abertura do Caminho Novo ligando o Rio de Janeiro às Minas num tempo relativamente menor fez com que tal atividade entrasse em decadência, recuperando-se somente com o descobrimento de ouro em Mato Grosso e Goiás, sendo este o fator que impediu a decadência da economia paulista neste momento.

A riqueza paulista tinha como categoria social principal a dos homens de negócio e de mercadores. No governo do Morgado de Mateus, a agricultura de subsistência, o comércio de gado, o açúcar e as monções eram as principais atividades dos paulistas. Outros ativos formadores da riqueza seriam os imóveis com pouca importância relativa e os escravos, que se encontravam entre os bens mais valiosos, ligados também à atividade mineradora. Esta atividade irá fazer com que a presença do negro aumente cada vez mais em São Paulo, substituindo assim o trabalho do indígena³⁸.

Zélia Cardoso de Mello ressalta que foi com o café que São Paulo se integrou na vida econômica nacional. Seu estudo contrasta, portanto, a grande riqueza paulista observada na segunda metade do século XIX com a penúria identificada nos estudos sobre períodos anteriores. Esse esforço de periodização procura destacar a especificidade da cafeicultura paulista como atividade acumuladora de capital. Sua questão principal é analisar as transformações na riqueza a partir da crise do escravismo, através da mudança no peso relativo dos diferentes tipos de ativos ao longo do tempo.

Partindo de questionamentos relacionados com as formas de riqueza e as mudanças ocorridas nestas, o interesse principal é o de perceber a alteração do peso relativo dos bens no conjunto da riqueza, procurando apreender também o momento em que surgiram novas formas de

³⁸ Sobre escravidão indígena em São Paulo, conferir o trabalho de MONTEIRO, John M. **Negros da Terra: Índios e**

riqueza. Ao contrário do que se percebe por estudos de períodos anteriores, quando a sociedade paulista vivia basicamente de agricultura de subsistência sem participar do grande comércio colonial, com a mineração, a região passa a exercer atividade comercial de abastecimento das Minas, proporcionando maior circulação monetária, o que fez com que começasse a ocorrer o processo de acumulação de riqueza.

Na origem desta acumulação estavam os mercadores e homens de negócios que reverteriam seus capitais posteriormente para a lavoura açucareira e cafeeira. O escravo já era então um ativo com importante participação no montante da riqueza.

As ações apontavam para a existência de dinheiro suficiente para, quando convertidos neste tipo de ativo, gerarem investimentos em novos empreendimentos. Também a presença de dinheiro e dívidas ativas indicava a capacidade financeira de alguns homens desta economia: *“Mesmo com o sistema creditício pouco desenvolvido, havia circuitos monetários alternativos que impediam a falta de liquidez.”*³⁹

Utilizando-se de 746 inventários *post mortem*, Zélia Maria Cardoso de Melo caracteriza num primeiro momento esses indivíduos que foram inventariados quanto ao seu estado civil, naturalidade, residência e atividade. Em seguida ela vai traçar um perfil destes proprietários, donde ela apreende os percentuais para o estado civil, naturalidade, residência e atividade, para iniciar a caracterização do grupo sócio-econômico. O problema que impossibilita a autora de classificar este grupo por faixas de riqueza (forma quantitativa) é explicado por estar tratando de uma série de tempo longa, utilizando-se de valores nominais, o que poderia acarretar em variações muito grandes no decorrer dos anos. Além disto, a pesquisa em inventários é aleatória, o que pode

trazer alguns anos em que só faleceram pessoas ricas, ou o contrário. A outra forma de classificação que também não pode ser utilizada seria a qualitativa, ou seja, por atividades declaradas, o que seria problemático devido à falta de informações sobre tais atividades e também pela deficiência de precisar algumas categorias, ou ainda, de como agrupá-las. A solução encontrada foi delinear todo o grupo pesquisado e analisar conjuntamente suas atividades e residências, caracterizando de forma a identificar as atividades tipicamente urbanas ou não.⁴⁰

Entre as atividades tipicamente urbanas as que terão maior destaque serão ligadas ao comércio. Estas são as mais variadas, incluindo donos de lojas, de mercadorias as mais variadas. Também aparecem os funcionários públicos, empregados, profissionais liberais, evidenciando a ampla variedade de atividades urbanas. Para as atividades rurais são os lavradores que surgem como principal atividade, possivelmente ligados à rede de abastecimento da cidade.

A parte seguinte do trabalho de Zélia Maria Cardoso de Mello vai esmiuçar os ativos, começando por uma rápida explicação de sua metodologia que nos ateremos mais adiante em nosso trabalho. Os ativos por ela encontrados foram casas, terrenos, terras, animais de tiro, animais de criação, escravos, utensílios e máquinas, ferramentas, móveis, dinheiro, plantações, ações, estoques, dívidas ativas, outros e dívidas passivas. Deste grupo ela agregou alguns ativos da seguinte forma: 1) Imóveis (casas, terrenos e terras; 2) Animais; 3) Escravos; 4) Utensílios e máquinas, ferramentas, móveis e estoques; 5) Valores mobiliários (ações e dinheiro); 6) Plantações; 7) Outros; 8) Dívidas ativas e passivas. Isso foi feito para auxiliar na caracterização dos indivíduos segundo suas atividades urbanas ou rurais, o que seria cruzado com os informes sobre suas residências. As

³⁹CARDOSO DE MELLO, Z. M. op cit. p. 150.

⁴⁰ Idem p. 69.

primeiras informações sobre estes ativos nos dão conta da alta participação do escravo no montante da riqueza pessoal. Ao declínio deste ativo aumenta a participação da propriedade imobiliária. Também os valores mobiliários, principalmente as ações, sofreram um aumento em sua participação no total da riqueza. Isso ocorre como reflexo das mudanças ocorridas na segunda metade do século XIX. Para exemplificar este fato a autora diz que:

“Entre 1868 e 1880 foram fundadas 26 sociedades por ações; entre elas, quatro estradas de ferro, cinco empresas de serviços urbanos e dois bancos, criadas para atender as demandas de uma economia em contínuo crescimento e diferenciação.”⁴¹

Também ocorreram melhorias como a iluminação a gás, abastecimento de água, bondes, matadouro, mercado, etc.. Além disto, casas comerciais, bancos, profissões liberais evidenciavam a grande diversificação da economia neste período. De acordo com esse desenvolvimento, cresce a participação das ações no montante da riqueza. Nos anos 70 eram 44, na década de 80, registravam-se 83 e no período de 1890 a 1895 somavam 148. O ativo dinheiro também assume papel importante, principalmente na forma de contas bancárias e letra bancárias.

As dívidas ativas têm também um elevado percentual, aparecendo inclusive como atividade de alguns indivíduos, emprestadores pessoais, sob a denominação de capitalistas somente ou capitalistas e proprietários, pessoas que viviam de emprestar a juros ou que tinham esta atividade além de outras, sendo que os proprietários viviam de aluguéis de imóveis urbanos. Esta alta participação das dívidas ativas pode ser relacionada à falta de um sistema de crédito e financeiro mais amplo na época.

Os animais vão ter pouca participação no montante da riqueza, devido principalmente

aos seus baixos preços, tendo sua importância relacionada ao transporte de mercadorias. Também de pequena importância na riqueza analisada estão os móveis, ferramentas, estoques, outros, máquinas e plantações.

Na análise da participação dos ativos no montante da riqueza, Zélia Maria estabelece a seguinte hierarquia quanto à importância dos bens em relação ao total da riqueza até 1850, obedecendo ordem decrescente: 1) escravos; 2) dívidas ativas; 3) imóveis. Entre os mais ricos predominavam os escravos e, para os médios e pequenos ricos, imóveis e dívidas ativas respectivamente. No período seguinte, 1861/71, observa-se uma pequena mudança de colocação na hierarquia apresentada: as dívidas irão predominar juntamente com os imóveis, tendo o item escravos sua primeira queda (cai de 27,55% no período anterior para 18,94%). Nos anos 70 entre os bens que representam a maior parcela de riqueza, destacam-se os valores mobiliários e os imóveis e dívidas ativas nestas posições. As ações são a maior expressão dos valores mobiliários. De 1881/87 houve o predomínio dos imóveis, dívidas ativas e valores mobiliários, ocorrendo uma intensa expansão urbana, o que valorizou os imóveis.⁴² O item escravo já não aparece como ativo importante na participação do total da riqueza. No último período analisado, 1888/1895, os itens mais importantes são os imóveis, valores mobiliários e dívidas ativas. Para concluir, a autora ressalta que:

Os movimentos por nós detectados – o declínio dos escravos vis-à-vis o aumento dos imóveis, o aparecimento de formas avançadas de riqueza, especificamente as ações e secundariamente as contas e letras bancárias, o declínio dos animais e a presença constante das dívidas ativas constituem indicadores, no nível dos elementos constitutivos da riqueza pessoal, das transformações processadas nos cinquenta últimos anos do século passado, e portanto ligadas à expansão da economia cafeeira

⁴¹ Idem, p. 87.

⁴² Idem, p. 96/98.

em São Paulo. Entende-se aqui a mudança dos ativos como reflexo dos movimentos da sociedade da qual seus possuidores fazem parte. Permitem, também, anunciar um caminho a respeito do processo de enriquecimento.⁴³

Fica claro que a riqueza paulista do século XIX em sua segunda metade estava baseada na riqueza escravista, segundo a qual a terra tem seu valor atrelado ao trabalho e a presença, portanto, dos escravos para trabalhá-la. Esta sociedade não possuía um sistema bancário desenvolvido e a valorização da terra está ligada a transição para o trabalho livre. As ferrovias irão levar o homem a ocupar novas terras, expandindo, desta forma, o café territorialmente, obra do capital cafeeiro. Paralelamente a isto, desenvolveram-se outras formas de riqueza como os valores mobiliários, denotando a força do processo de urbanização e uma crescente complexidade da economia. Como não havia um desenvolvimento eficaz do sistema de crédito através de bancos, os itens dívidas ativas e dinheiro vão demonstrar que não havia falta de liquidez, atuando como circuitos alternativos. O ativo escravo perde sua importância na participação do total da riqueza já a partir dos anos 70, cedendo lugar para valores mobiliários, imóveis e dívidas, nessa ordem de importância, demonstrando que desde cedo os paulistas iniciaram uma diversificação na aplicação das suas fortunas, iniciando com isso a transição para o trabalho livre e, conseqüentemente, gerando a perda de valor do ativo escravo no mercado.

Ao estudar Lorena no século XIX, Renato Leite Marcondes centraliza seus estudos, no capítulo 5, principalmente, para entender a composição da riqueza dos indivíduos. Nesse trabalho ele analisa os patrimônios acumulados pelos indivíduos no fim de suas vidas, de acordo com faixa etária, atividade e propriedade cativa. O primeiro ponto a ser evidenciado é a elevada desigualdade na distribuição da riqueza. De 186 indivíduos analisados, 31 concentravam em suas mãos a maior

⁴³ Idem, *ibidem*. e p. 99.

parcela da riqueza (estes possuíam mais de 2.000 libras em seus inventários), o que quer dizer que 16,7% dos inventariados detinham 89,5% do montante.⁴⁴ Nesta análise foram excluídos dois inventariados: um com fortuna superior a 400.000 libras e outro a 60.000 libras, que foram analisados separadamente.

Segundo este autor, a riqueza está diretamente relacionada ao número de escravos possuídos, o que não significa que o ativo escravo será o de maior proporção relativo no montante, devido à queda em seus preços (a relação é feita com base no número de escravos e não no valor desses), tendo este ativo um crescimento diferenciado também nas médias de posse de cativos nas três faixas de riqueza estabelecidas por este autor – a saber: menor de 500, de 500 a 1.999 e acima de 2.000 libras – com a participação de 3,8% na menor faixa, com crescimento relativo de 44,9% na maior faixa de riqueza.⁴⁵ O grupo composto pelos 31 mais ricos possuía 60,6% dos escravos e 90,0% da riqueza, entre os que detinham escravos em seu patrimônio. Por outro lado, os que possuíam patrimônio inferior a 500 libras, menor faixa, detinham 10,5% da escravaria e 1,8% da riqueza total entre os escravistas. A distribuição de cativos, portanto, não acompanha a distribuição da riqueza, visto que os mais ricos possuem mais outros tipos de riqueza do que escravos proporcionalmente, e os outros detinham menos fortuna que propriedade cativa, centralizando, obviamente, nos escravistas.

Os principais ativos da riqueza inventariada por Renato Marcondes são as dívidas, os escravos e imóveis. De 1830/1879, as dívidas ativas correspondiam a 67,6% do total da riqueza, ficando 5,2% para as dívidas passivas no mesmo período. Os escravos corresponderam a 13,8% do

⁴⁴ MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba século XIX**. Lorena, SP; Ed. Stiliano. 1998.

⁴⁵ Idem. p. 170.

total dar riqueza e os imóveis respondiam por 14,7% deste total. As dívidas comandam o grupo a partir de 1850. De 1830/1849 os escravos participavam com 27,8% e os imóveis com 31,1% do montante. Estes dois ativos tiveram seu decréscimo acelerado no final do período, ficando os imóveis com 11,2% e os escravos com 9,2% e, para esse mesmo período, as dívidas ocuparam o lugar principal no monte total da fortuna pesquisada, corroborando o resultado obtido por Zélia Cardoso para São Paulo no mesmo período.⁴⁶ Os indivíduos mais ricos (acima de 2.000 libras) controlavam as dívidas ativas quase que em sua totalidade: 98,0%, sendo este item também o principal na composição das fortunas inseridas nesta faixa. Portanto, 87,2% da riqueza bruta encontrava-se nas mãos das pessoas mais opulentas, ficando 9,8% para a segunda faixa e os menos ricos com 3,0%.

Quanto à atividade no momento do inventário, coube aos cafeicultores a posse maior de cativos, com 72,6% do total da escravaria possuída e o número de pessoas deste grupo passou de 65 para 86. Estes mantinham a maior parcela da riqueza entre os agricultores. Os que trabalhavam com café e cana participavam na média com posse de escravos e patrimônio e, para os que viviam de derivados de cana somente passou de 17 para 41 entre 1829 e 1879. Os agricultores alcançaram uma participação no total de inventariados que elevou-se de 70,4% para 84,0%. Os indivíduos selecionados, que não exerciam atividades rurais e tinham como atividade principal serem lojistas de fazendas secas ou usurários, possuíam a maior riqueza média entre o meio urbano, sendo que os demais tiveram riqueza média pequena (entre eles tropeiros, taberneiros, negociantes, ferreiros, eclesiásticos e músico).

Renato Marcondes percebeu que:

⁴⁶ Idem p. 171. E ver também Zélia Cardoso de Mello, op. cit. p. 138.

“Os cafeicultores de 1829 que mantiveram essa ocupação em 1830/79 apresentaram uma riqueza média superior à dos que abandonaram a rubiácea entre os dois momentos. A maioria destas últimas pessoas passaram a atuar como produtores de derivados de cana (83,3%).”⁴⁷

Portanto, continuou, nas mãos dos cafeicultores, a principal parcela da riqueza em Lorena. A maior parcela da riqueza total dos indivíduos pesquisados estava com os cafeicultores, lojistas de fazendas secas e usurários (92,5%), juntamente com os produtores de derivados de cana, envolvendo pessoas com riqueza significativa que mantinham 94,2% da posse de cativos.

Podemos resumir algumas conclusões do autor. 1°) a fortuna encontrava-se em intensa desigualdade; 2°) a faixa etária e a posse de cativos em 1829 foram relevantes para os níveis de riqueza atingida pelos indivíduos; 3°) fora as pessoas que receberam heranças ou dotes, dificilmente um pequeno possuidor de escravos conseguiria alcançar o status de grande proprietário, demonstrando pouca mobilidade permitida por este meio social; 4°) a cafeicultura e a produção de derivados de cana foram dois importantes meios de acumulação de riqueza e de escravos; 5°) os que se ocuparam do cultivo da cana apresentaram altas fortunas acumuladas, mas inferiores aos cafeicultores em geral; 6°) comerciantes de fazendas secas favoreceram-se da economia cafeeira, alcançando também expressiva fortuna.

João Fragoso, a partir do trabalho com inventários em “Homens de Grossa Aventura”, entre outras conclusões, trata de ressaltar a tendência do grande negociante em acentuar suas atividades. Tendo como principal alvo à metamorfose desses negociantes e de suas riquezas, o autor corroborou com a tese de que a origem das grandes famílias da aristocracia cafeeira estava no comércio. Nessa origem, encontrou negociantes das praças do Rio de Janeiro e

⁴⁷ Marcondes, Renato L. op cit p. 175.

Minas Gerais, não só ligados a agroexportação, mas também ao abastecimento interno. Para ele, a conversão de acumulação mercantil em fazendas confirma uma sociedade baseada no prestígio social, onde as relações de poder tomam o lugar das relações de produção. Terras e escravos sugeriam um investimento seguro, uma opção por produtos de exportação os quais tinham melhores preços que os de mercado interno. Segundo esse autor:

“há uma brutal desigualdade na distribuição da riqueza (...) onde 44% dos inventários detém menos de 4% das fortunas levantadas. Ao mesmo tempo, mais de 60% dos montes-brutos retidos por 9,1% a 14% dos inventariados (...) que controlam sempre mais de 40% dos principais setores da economia (rural e comércio/usura), percentual esse que pode chegar a 95%, como é o caso das dívidas ativas”.⁴⁸

Kátia Mattoso trata o tema em questão em um capítulo de seu clássico livro sobre a Bahia do século XIX. A autora utilizou inventários *post mortem* para demonstrar a riqueza baiana desse período. Ao classificar tal riqueza, ela diz que “*numa cidade onde a maioria vivia na penúria, algumas centenas de mil réis no bolso já era riqueza (...) na Bahia, a posse de qualquer bem configurava fortuna*”.⁴⁹ No topo da pirâmide de fortunas estavam os negociantes e, no mais baixo nível, os marítimos e pescadores⁵⁰. Diferentemente do que encontramos na coleta de dados através dos quais se verifica que, no período inicial, o ativo mais importante era o escravo, Kátia Mattoso indica os imóveis urbanos para esse papel na Bahia do XIX, num conjunto de fortunas, segundo ela, muito diversificadas e, onde ser rico era “*nascer branco, descendente de português, com dedicação à produção e exportação de açúcar*”.⁵¹

⁴⁸ FRAGOSO, João L. Ribeiro. op cit p. 368.

⁴⁹ Idem, p. 608.

⁵⁰ Idem, p. 616.

⁵¹ Idem, p. 647.

I.2 De Mata Atlântica A Zona Da Mata: A Expansão Do Café

Considerada por muitos autores como uma região marginal na Capitania de Minas Gerais, isso deve-se ao fato que a Zona da Mata mineira localizava-se fora da área mais dinâmica da economia dessa Capitania durante o período colonial. A importância econômica da região é, de fato, tardia, pois ela está ligada ao café e essa cultura tem sua produção significativa na segunda metade do século XIX, estendendo-se até as primeiras décadas do XX. Sua origem, no que diz respeito à colonização e povoamento, data do século XVIII, quando se liga ao centro minerador de Minas Gerais através da construção do Caminho Novo.

O distrito de Minas Gerais foi separado juntamente com o de São Paulo em 1708 da Capitania do Rio de Janeiro, e posteriormente, em 1720, vem a sua emancipação com a criação da Capitania de Minas Gerais. Sendo a mineração o fundamento da Capitania, nesse período coube à Mata o papel que está diretamente ligado ao seu nome. Em outras palavras, por ser coberta por densa vegetação, mais precisamente de Mata Atlântica, essa região serve como uma espécie de barreira natural aos desvios e contrabandos de metais preciosos da região dos campos e cerrados, onde ocorria a mineração. Por esse motivo, o governo Português não tinha nenhum interesse que tal região fosse explorada, sendo esta uma das razões que explica que o seu povoamento fosse tardio em relação às outras regiões mineiras. Além disso, também os obstáculos naturais (vegetação densa, tribos indígenas, etc.) provocaram esse atraso.⁵²

A região começa a ser ocupada no princípio do século XVIII e sua origem está

⁵² COSTA, J. R. *Toponímia de Minas Gerais*. Imprensa Oficial do Estado, Belo Horizonte, 1970.

associada ao “Caminho Novo”,⁵³ criado em 1709 para fazer chegar de forma mais rápida e fiscalizada o ouro até o litoral, e ao comércio de tropas que se estabeleceu através dessa ligação entre o centro minerador de Minas Gerais e o porto do Rio de Janeiro.⁵⁴

Com o declínio da mineração, a população da região aurífera vai se dispersar para outras regiões de Minas Gerais, principalmente a Mata, possuidora de características promissoras para o cultivo do café.⁵⁵ Com isso a utilização desse caminho, que era ligada ao abastecimento da Capitania, sofreu uma inversão, já que vai abrigar um fluxo grande de mercadorias produzidas principalmente no Sul de Minas para abastecer o Rio de Janeiro⁵⁶.

Ao longo do traçado desse caminho surgiram ranchos e pousos, que invariavelmente eram acompanhados por roças de produção agrícola e de criação de animais, denotando uma atividade que visava abastecer o tráfego das tropas que passavam pelo Caminho Novo⁵⁷.

Juiz de Fora surgiu também como um desses ranchos ou pousos. O viajante Saint-Hilaire, em sua viagem a Minas Gerais no início do XIX, assim a descreve:

“Uma légua e três quartos de marmelo encontra-se a habitação do juiz de fora, nome que vem sem dúvida do emprego que ocupava o primeiro proprietário. Da venda de juiz de fora tem-se sob os olhos uma paisagem encantadora. Essa venda foi construída na extremidade de uma grande pastagem, cercada de morros por todos os lados. O Paraibuna corre perto do caminho; sobre um pequeno regato, que aí desemboca, depois de ter atravessado a estrada, foi construída uma ponte de madeira de efeito muito pitoresco; perto está uma cruz; mais longe vêem-se uma capela abandonada e as ruínas de um engenho de açúcar. Ao lado da venda está um vasto rancho e muito perto, um celeiro para milho”.⁵⁸

⁵³ A descrição do Caminho Novo encontra-se em ANTONIL. André João. **Cultura e Opulência do Brasil, por suas drogas e minas**. Edição fac-símile. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711 (cap. 12).

⁵⁴ VALVERDE, O. “O estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais”. In: *Revista brasileira de Geografia*. RJ, 20(1) 3-82 jan/mar, 1958, p.22.

⁵⁵ OLIVEIRA, P. *História de Juiz de Fora*. Dias Cardoso, Juiz de Fora, 1953, p. 10.

⁵⁶ LENHARO, A. *As tropas da moderação* (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842). São Paulo: Ed. Símbolo, 1979.

⁵⁷ ESTEVES, A. *Álbum do município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915. P. 16.

⁵⁸ OLIVEIRA, P.op cit. p. 58.

A área que seria ocupada para se transformar na cidade de Juiz de Fora, era de treze herdeiros do juiz-de-fora, entre eles Antônio Dias Tostes Junior e Manoel Dias Tostes, filhos de Antônio Dias Tostes. Estes doaram algumas terras, o que fez também o genro de Manoel, Henrique Guilherme Fernando Halfeld, para que se estabelecesse o povoado, o qual antes se instalara na outra margem do Paraibuna, conhecido como ‘da boiada’ ou ‘da rocinha’.⁵⁹

Juiz de Fora surgiu então como um povoado que situava-se em uma sesmaria que daria origem à cidade: a “rocinha”. Primeiramente o povoado se estendia na margem esquerda do Paraibuna, próximo ao morro da boiada, e também, da casa do “juiz de fora”. Posteriormente foi transferido⁶⁰.

Tal mudança deveu-se ao fato de que um engenheiro havia sido contratado pelo governo das Minas para a “*abertura de um caminho que fosse da Vila Rica a Paraybuna*”,⁶¹ que ia até os limites com o Rio de Janeiro. Esse engenheiro, Henrique Guilherme Fernando Halfeld, aproveitou vários trechos do “Caminho Novo”, fundando, então, o que viria a ser um dinâmico povoado. Halfeld, que chegou por aqui em 1836, projetou e abriu ruas, em sua fazenda e na de seu cunhado, ‘orientadas pela posição do sol.’ Mais tarde, Halfeld construiu um prédio para sua residência, que depois seria a Câmara Municipal, bifurcando a Rua da Califórnia, atual Rua Halfeld, transferindo o povoado que se iniciara à margem esquerda do Rio Paraibuna para a margem direita, onde atualmente se encontra o centro da cidade⁶².

⁵⁹ ESTEVES, Albino. op cit . p. 51.

⁶⁰ BASTOS, W. L. **Academia de Comércio**. Juiz de Fora: Mimeo.

Em 1839 a localidade contava com numerosa população, passando a chamar-se Vila de Santo Antônio do Paraybuna. A primeira cadeira de instrução primária foi construída em 1847, e, em 1848, uma igreja estava em construção para substituir a antiga capelinha. Em 31 de maio de 1850, de acordo com a lei provincial de no. 472, o arraial foi elevado à categoria de vila, compreendendo a paróquia de Juiz de Fora e a de Chapéu D'uvas⁶³.

Sobre a origem da cidade podemos destacar o seguinte texto:

“A abertura do Caminho Novo, no início do século XVIII, por Garcia Rodrigues Paes, possibilitou os primeiros povoamentos que deram origem a cidade de Juiz de Fora, que, entretanto, só começou a ser acelerada com a vinda do engenheiro Guilherme Fernando Halfeld, em 1836, nascendo então o povoado de Santo Antônio do Paraibuna.(...) A 31 de maio de 1850, era elevado a categoria de vila, com essa mesma denominação.(...) Depois, pela lei de 2 de maio de 1856, foi elevada à categoria de cidade, tendo isso determinado uma lei provincial de 1865.”⁶⁴

Dessa forma, por volta de 1830/40, essa região será beneficiada pela entrada do café que derrubou a Mata Atlântica, impulsionando o crescimento dessa região.

Juiz de Fora, nosso alvo espacial de pesquisa, localiza-se na Zona da Mata mineira, região essa localizada no sudeste desse estado. A região teve uma produção cafeeira crescente durante todo o período em estudo, sendo a região mais rica da província até o início do século XX, devido principalmente a produção de café⁶⁵. Sendo apenas 5% do território do estado de Minas Gerais, essa região beneficiou-se não apenas de sua adequação cafeeira como também de sua localização estratégica, pois encontra-se próxima ao Vale do Paraíba Fluminense, situado no estado

⁶¹ OLIVEIRA, P op cit. 2ª ed. p. 18

⁶² Idem. p. 24.

⁶³ ESTEVES, Albino. op cit. p. 51.

⁶⁴ PROCÓPIO FILHO, J. **Aspectos da vida rural de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: S. ed. , 1973.

em que se localizava a Corte e principal centro comercial exportador do país durante o século XIX, além de ser grande produtor de café durante o oitocentos, entrando em decadência no final do mesmo século, conforme tabela 1 abaixo.⁶⁶

Tabela 1: Relação Proporcional da Produção Cafeeira Da Zona Da Mata Na Produção Do Estado De Minas Gerais (períodos selecionados)

Período	Minas Gerais*	Zona da Mata*	%
1847/48	745.381	743.707	99,77
1850/51	900.264	898.184	99,76
1886	5.776.866	4.316.067	74,71
1888	5.047.600	4.433.800	87,83
1903/04	9.404.136	5.993.425	63,73
1926	12.793.977	9.105.543	71,17

*em arrobas

fonte: PIRES, A. J. op cit. p. 96

Já em meados do XIX, a Mata era responsável por 99% da produção mineira de café. Principal região cafeicultora do estado de Minas Gerais até 1920, com uma produção de 81.000 arrobas em 1829/1830, essa região terá um crescimento de produção para aproximadamente 2,5 milhões de arrobas em 1870/71. Em 1890, 75% da receita de todo o estado advinha de suas taxas pela produção cafeeira. Entre 1870 e 1930, o café vai participar em cerca de 60% do total do valor das exportações de Minas Gerais. Essa região e o sul, maiores produtores de café da província desde o final do século XIX, serão responsáveis por 86% do total da produção de Minas, restando somente 14% para as demais regiões mineiras. A produção matense sofreu uma queda em relação ao sul da província no final do século passado, quando da expansão da lavoura desse produto para essa

⁶⁵GIROLETTI, D. *A Modernização capitalista em Minas Gerais*. Museu Nacional, UFRJ, Tese de doutoramento. 1987, p. 66 (tabela).

⁶⁶ LANA, Ana L. *A Transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata de Minas Gerais 1870/1920*. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1985, p. 30.

região, embora a Mata continuasse tendo a maior produção até o início desse século, com cerca de 60% do total do estado.⁶⁷

Tabela 2: Produção Exportável De Café Das Principais Regiões Produtoras (1.000 sacas)

Média anual	São Paulo		Rio de Janeiro		Minas Gerais		Espírito Santo		Soma	
	Volume	%	volume	%	Volume	%	Volume	%	Volume	%
1876/80	925	24,3	1.987	52,2	767	20,2	124	3,3	3.803	100
1881/90	2.138	37,1	2.176	37,8	1.200	20,8	250	4,3	5.764	100
1891/1900	4.775	60,5	911	11,5	1.787	22,7	416	5,3	7.889	100
1901/10	9.252	68,0	995	7,3	2.772	20,4	579	4,3	13.598	100
1911/20	9.303	70,2	812	6,1	2.446	18,4	700	5,3	13.264	100
1921/30	11.131	66,5	945	5,6	3.445	20,0	1.210	7,2	16.731	100

*(SP, RJ e MG) TAUNAY A de E e FRAGA, C C; (ES) ROCHA E COSSETTI. Apud PIRES, A J., op cit p. 90.

Prefaciando um estudo sobre a industrialização de Juiz de Fora, Francisco Iglésias vai afirmar que:

“Na história de Minas, Juiz de Fora tem um papel relevante e singular. Relevante pelo significado econômico e social, ou pela originalidade de seu processo: não é de origem mineratória, pois se desenvolveu pela posição geográfica, no caminho do centro de busca de ouro e pedraria e o Rio de Janeiro. Com o comércio mais pujante que outros da Província, em breve iniciou atividade produtiva com base no artesanato e na manufatura, como o principal núcleo industrial da unidade”.⁶⁸

Vários fatos vão possibilitar que a cidade tenha o desenvolvimento que a tornou centro sócio-econômico da Mata. Em 1861, para facilitar o escoamento da produção cafeeira para o porto do Rio de Janeiro é inaugurada a rodovia União-Indústria, empreendimento feito por Mariano

⁶⁷ GIROLETTI, D. op. cit., e do mesmo autor, **A industrialização de Juiz de Fora (1858/1930)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 10(3):144-202, mai, 1980.

Procópio Ferreira Lage, figura de muita expressão na cidade. Nas palavras do Imperador D. Pedro

II:

“Uma empresa cujo fim é a construção de uma estrada que ligue duas províncias tão importantes e que, continuando talvez para o futuro até as margens do Rio do Brasil, reunirá os interesses de seis províncias, de certo merece ser chamada de patriótica. Afianço-lhes pois a continuação de minha proteção, e creio que não poderia melhor agradecer os sentimentos de amor e fidelidade que acaba de me manifestar em nome da Companhia”.⁶⁹

Essa rodovia irá consolidou e expandiu a economia exportadora. Juiz de Fora foi, ao mesmo tempo, entreposto comercial e núcleo urbano fundamental, além de ponto estratégico para captação da produção cafeeira do restante da região. Em contrapartida, tornou-se distribuidora de produtos importados que vinham, principalmente, da Corte em direção ao interior. Segundo Albino Esteves “*Esta estrada, cuja construção mereceu de Agassiz o título de estrada modelo, única no mundo, veio abrir novos horizontes commerciaes e industriaes à nossa cidade(...)*”⁷⁰

Portanto, desde a criação da União-Indústria, a cidade tornou-se o principal centro sócio-econômico da Mata, intensificando assim o intercâmbio, onde o seu papel será de catalisadora de recursos. Assim a descreve Giroletti:

“Eram 144 km de estrada macadamizada que permitiria o tráfego de carruagens e da qual saíam ramais para Pomba, Mar de Espanha, Ubá, rio Novo e Rio do Peixe. Havia Estações com armazéns de mercadorias e mudas de animais em cada 10 ou 20 milhas de distância”.⁷¹

⁶⁸ GIROLETTI, D. op cit

⁶⁹ Discurso de D. Pedro II, no dia da inauguração da Companhia União e Indústria, em 12/04/1856. In: ESTEVES, Albino. Op cit p. 62

⁷⁰ ESTEVES, Albino op cit. p. 54.

⁷¹ GIROLETTI, D. op cit, p. 81.

Além da União-Indústria, as ferrovias desempenharam importante papel para integrar a região com o Rio de Janeiro, espaço de comercialização da lavoura cafeeira.⁷² Duas serão as ferrovias importantes para o desenvolvimento da região nesse período: A ferrovia D. Pedro II e Estrada de Ferro Leopoldina. A primeira chega a Juiz de Fora em 1875, passando por Matias Barbosa. Tinha o objetivo de ligar o Rio de Janeiro com Minas e, também, com São Paulo, através de Cachoeira. Essa será a primeira ferrovia a atingir o solo mineiro. A segunda, principal via férrea da Zona da Mata, atravessando a região no sentido norte-sudeste, será a fusão de antigas ferrovias mineiras e fluminenses, resultando na Estrada de Ferro Leopoldina, que ligará toda a região efetivamente⁷³.

Juiz de Fora contará ainda com serviços e atividades tipicamente urbanas que, apesar de serem distintos da cafeicultura, foram também importantes para o processo de reprodução da economia agroexportadora regional. O capital acumulado graças à atividade cafeeira possibilitou grandes investimentos industriais e comerciais na região, demonstrando a diversificação da economia local e a formação de riquezas pessoais.

A década de 70 foi bastante expressiva na transformação urbana do município. Em 1870 existiam 153 estabelecimentos comerciais e de serviços que sobem para 231 em 1877, apresentando um crescimento de 151%. Dos 34 estabelecimentos industriais passou-se para 80 no mesmo período, crescimento de 235,29%. No setor de serviços, 48 profissionais se dividiam entre: 12 capitalistas, 16 advogados, 6 médicos, 4 pintores, 3 dentistas, 3 padres, 2 vidraceiros, 1 modista

⁷² Idem. p. 68.

⁷³ Idem. p..35.

e 1 retratista⁷⁴. Até 1854 eram várias as hospedarias, embora não existissem ainda hotéis, onde se instalavam principalmente os tropeiros, que também exerciam nessa época a principal atividade comercial.

“(...) as tropas preferiam os ranchos vizinhos da cidade: o povo era alegre e folgazão e a linha de casebres, ‘rua de Santa Rita’ estava povoada por marchadeiras vindas de São João, Barbacena, Rio Preto e de outras velhas cidades. A noite, choravam saudade e idílios as violas: o batuque afogava mágoas, reconfortava das fadigas de atribuladas viagens”⁷⁵.

As festas neste momento eram as de igreja e os circos de cavaleiros. O problema do saneamento era urgente. Em 1887 mandou-se instalar 14 chafarizes, e a água potável vinha por um rego próximo a matriz. Por volta de 1850-55 o distrito de Santo Antônio do Paraybuna contava com mais ou menos 600 habitantes. A cidade mudou seu nome de Santo Antônio do Paraybuna para Juiz de Fora em 1863. Em 1857 monta-se o primeiro teatro na cidade e quatro anos mais tarde o primeiro colégio, o Roussin, e, no mesmo ano, o primeiro matadouro municipal. Vários benefícios foram chegando para desenvolvimento local: estação telegráfica (1872), jornal ‘O Pharol’ (1871), 6 escolas em 1878 (três masculinas e três femininas), mercado e jardim municipais (1880), bondes (1881), cadeia (1882), etc.⁷⁶

Juiz de Fora crescia a olhos vistos. Transcrevemos este trecho do álbum do município para melhor ilustrar:

⁷⁴ Idem p. 36.

⁷⁵ ESTEVES, Albino. op cit. p. 56.

⁷⁶ Idem, p. 59.

“(…) possuía em 1877 a Escola agrícola, mantida pela Companhia União e Indústria, uma igreja na colônia onde também funcionavam duas escolas de ambos os sexos, pagas pelo governo; 778 casas assobradadas; oito em chalets e 86 térreas; 27 lojas de armário e fazendas; 76 de roupas feitas, mantimentos e molhados; 12 bihares; 2 hotéis; cinco farmácias; três padarias; seis açougues, 3 confeitarias, 12 capitalistas, 16 advogados, 6 médicos, 3 padres, 6 negociantes de jóias, 4 relojoeiros, 4 ourives, um retratista, 3 dentistas, 4 pintores, 4 cambistas, uma casa de agência de leilões, uma modista, 2 casas de café torrado, 2 vidraceiros, 2 chapeleiros, um marmorista, uma typographia, 2 colchoeiros, 20 carros de aluguel, 2 oficinas de fogos de artifício, 10 lojas de alfaiate, 6 lojas de barbeiro, 6 de carpinteiro, 9 de caldeireiro e funileiro, 3 de marceneiro, 2 de selleiro, 10 de sapateiro, 6 diversas, a vapor, 12 de ferreiro, 2 fábricas de cerveja, quatro de tijolos, 5 de carros e carroças, 4 de charutos e cigarros. Número de escravos, 14.368, no município. A população, 12.562 almas, na cidade. Mencionaremos, ainda em 1878, mais três inaugurações: a da capela S. Sebastião, a do prédio doado a infância pelo Barão de Cataguazes (à Rua Marechal Deodoro, esquina da Direita), e a fórum, todos no dia 20 de março.”⁷⁷

Ainda em 1878, a cidade possuía nove ruas: Direita (Rio Branco), Halfeld, Imperador (XV de novembro), comércio (Batista de Oliveira), Liberdade (Floriano Peixoto), Imperatriz (Mal. Deodoro), Santa Rita, Espírito Santo e São Mateus. Destas, eram macadamizadas a Direita, Imperador, Halfeld, parte da de S. Mateus e era calçada a de Santa Rita.

O memorialista Pedro Nava iria escrever que:

“Juiz de Fora progredia. A população subia, andava ali pelos doze a treze mil habitantes - imaginem! Treze mil ! e essa densidade exigia progresso. Esse começara em 1870 com a inauguração dos telégrafos. Logo depois viriam os trilhos da Estrada de Ferro D. Pedro II. Em 1885 a cidade começa a ser dotada de encanamentos e de água à domicílio. No mesmo ano as casas passam a ser numeradas.”⁷⁸

Em 1886 realizou-se no edifício do fórum a Exposição Industrial Sul Brasileira, tendo ainda duas outras seções no Jardim Municipal e mercado (criação e produtos agrícolas), e outra para maquinismos num pavilhão construído na Rua Direita. A exposição contava com as

⁷⁷ Idem p. 69.

⁷⁸ NAVA, Pedro. **Baú de Ossos**. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1972, p.200.

mais diversas seções: café, cereais, farinha, açúcar, doces, manteiga e queijos, tecidos, bordados, confecções e flores artificiais, calçados, mobiliário, selins e arreios, vinhos e bebidas alcoólicas, produtos farmacêuticos e químicos, cerâmica e imagens, fumo, cigarros, charutos, artefatos de ferro e aço, curtumes e madeira, belas artes (compreendendo plantas para edificações, mapas e jornais, máquinas, carros, trollys e carroças e mineralogia).⁷⁹ Juiz de Fora, então cumpria seu papel de principal cidade da região e centro sócio-econômico.

Em 21 de agosto de 1889 realizou-se a primeira experiência com luz elétrica na cidade, o que ocorreu com muita festa “*As ruas estavam enfeitadas. Uma banda de música (...) dirigiu-se ao edifício da Loja Maçônica. (...) A banda do Club São Matheus percorreu a cidade (...) Houve lunch e sarau dansante*”.⁸⁰

Em suas memórias, Pedro Nava relata a presença de seu avô no seguinte trecho:

“Também, fora da Câmara, meu avô não teve de se amofinar com a epidemia de varíola que devastou Juiz de Fora. Iniciada em 1888, fora terrível em 1889 e na passagem para os noventa. Há males que vêm para bem. Devemos a essa epidemia a decisão dos médicos de Juiz de Fora se congregarem num grêmio que fosse para o município o que era a academia Imperial de Medicina para o país. Órgão de orientação, colaboração e conselho. Foi assim que a 20 de outubro de 1889, às duas da tarde, na sala das sessões da Câmara Municipal, sob a presidência do Dr. João Nogueira Penido - fundou-se a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora”.⁸¹

O jornal do Comércio, em artigos publicados em comemoração a entrada do século XX, assinados por Francisco de Campos Valadares, em 1901, traz os seguintes dados para o desenvolvimento da cidade:

⁷⁹ ESTEVES, Albino. op. cit. p. 73.

⁸⁰ Idem, p. 76.

⁸¹ NAVA, Pedro. op cit. p. 200.

“É a cidade mineira produtora por excelência e a que mais exporta, - desde o tecido superior de suas fábricas, até (...) o dinheiro, que o Banco de Crédito Real espalha pelo estado, em proveitosos auxílios à lavoura e às demais indústrias. (...) A Cia. Mineira de Eletricidade - fundada em 1887 por Bernardo Mascarenhas - explora a eletricidade sob todas as suas formas em duas turbinas, tipo Stilwell Bierce, cada uma da força de 500 cavalos. (...) Fábrica de tecidos de Mariano Procópio - propriedade da Cia. de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira - data de 1883; é talvez, a maior de Minas, produzindo 6.000 metros de magnífico tecido, diariamente. A matéria-prima empregada é toda nacional, sendo o fio preparado e tinto na própria fábrica. É seguramente, uma das mais importantes do país. Tecelagem Mascarenhas (...) criada em 1887, dá trabalho a cerca de 200 operários, com maquinários movidos a eletricidade. (...) Mecânica Mineira - o mais importante estabelecimento mecânico do estado mineiro. Fabrica principalmente, máquinas para a lavoura, veículos de transporte, vagões e vagonetes. (...) Construtora Mineira, (...) devendo-se a ela a edificação dos melhores e mais belos edifícios de Juiz de Fora. (...) Fábrica de móveis de 1878 (...) de meias, de Antônio Meurer, começou a funcionar em 1899. (...) A fábrica de pregos São Nicolau, de proprietários alemães, uma das mais importantes da cidade.⁸²”

Dando um salto no tempo, passando para 1912, assim se constituía a cidade: dez avenidas, 55 ruas, dez praças, oito morros, duas travessas. Neste mesmo ano foram construídas 212 casas novas. Em 1913, a repartição de obras expediu licença para a construção de 191 novos prédios e outras obras. Em 1914, o número de construções atingiu o total de 183, tudo isto somente no distrito sede. É curiosa uma resolução de 1912 de teor seguinte:

“Resolução de número 666, de 14 de outubro de 1912:

Art. 1. Ficam isentos de todos os impostos municipais, pelo prazo de cinco annos, a contar da data em que o requererem, os proprietários que construírem grupos de cinco casas, no mínimo, para residência de operários, na zona urbana e suburbana.

1° Essas construções obedecerão às regras de hygiene e seu aluguel não poderá exceder de 30\$000 mensaes, emquanto durarem os favores desta lei.

2° As plantas e perfis para sua construção serão sujeitos a aprovação do presidente da Câmara.

3° A isenção de impostos concedida pela Camara aos proprietários de casas para operários se refere apenas aos impostos após a conclusão dos alludidos predios, não abrangendo o disposto no art. 1° da resolução no 111, 8 e 9°, concernente ao pagamento de licença para construção ou reconstrução em terreno particular para habitação, etc.

Art. 2° Revogam-se as disposições em contrário”.⁸³

⁸² VALADARES, Francisco de C. **Indústrias. Juiz de Fora no século XIX.** (artigos publicados no Jornal do Comércio de Juiz de fora comemorando a entrada do século XX). Juiz de Fora: Tipografia Central, 1901. P. 1-12.

⁸³ Idem p. 169.

Juiz de Fora contava então com várias instituições de ensino: 8 escolas estaduais, 2 municipais, 21 particulares, incluindo a de Farmácia e Odontologia e a Faculdade de Direito. O recenseamento escolar ocorrido em 1911 acusou 4.633 pessoas (crianças e adultos) estudando na cidade.

Os estabelecimentos industriais eram em número de 67, entre cervejarias, mecânicas, fabril, laticínios, curtumes, bebidas, aniagem, arreios, malas, artigos de vime, banha, café moído, calçados, carros e carroças, arreios, chapéus, cimento, colchões, confeitos, ferraduras, vassouras, fumos, cigarros, ladrilhos, telhas, máquinas e fundição, móveis, meias, fubá, fiação, tinturaria e alvejamento, máquinas de serraria, litografia, refinação de açúcar, pregos, entre outras.⁸⁴ Os juizforanos, então, tinham em sua cidade uma grande possibilidade de consumo, sem que para isso precisasse recorrer ao Rio de Janeiro ou outro local de comércio.

O setor de comércio e serviços, de forma geral, abrigava açougues, alfaiates, advogados, aluguéis de carro, agências de leilões, barbeiros, bicicletas, botequins, bilhares, bombeiros, construtores, confeitarias, costureiras, casas de pasto, curtumes, charutarias, cortiços, despachantes, depósitos de lenha, drogarias, dentistas, móveis, bebidas, queijos, ferradores, manteiga, gelo, fumo, cigarros, ferragens, cerveja, fogueteiros, meias, ladrilhos, tamancos, balas, vassouras, baldes, banha, agência de empregos, café, caixas, funileiros, pregos, tecidos, calçados, garagens, guarda livros, hotéis, jóias, litografias, lavanderia, fazendas e perfumarias, gêneros, médicos, ferragens, vime, animais, relógios, chapéus, leite, marmoristas, frutas, oficinas diversas, olarias, fotografias, papelarias, padarias, pensões, parteiras, pedreiras, restaurantes, refinações,

⁸⁴ ESTEVES, Albino. op cit p. 83.

modas.⁸⁵ A cidade até hoje tem os resquícios desse crescimento industrial. Falta um trabalho de pesquisa regional para entender a ‘falência’ da cidade em termos industriais, transformando-a em uma prestadora de serviços como atividade principal, no período posterior a 1930, quando o café entra em declínio e Juiz de Fora não consegue se desdobrar em um centro industrial de importância relativa no cenário nacional.

No tocante a imprensa, circularam na cidade desde 1861, 97 jornais e revistas, especializados ou para o grande público, uns com pouca duração e outros ainda sendo impressos em 1914. A grande maioria teve uma ou somente algumas publicações, ficando como os principais desta área ‘O Pharol’, ‘Jornal do Commercio’, ‘Correio de Minas’, ‘Diário do Povo’ e ‘Diário Mercantil’.⁸⁶ Através dos jornais que estão em arquivos locais, podemos compreender um pouco da vida cotidiana da cidade, seus eventos (os mais variados), em outras palavras, as ‘notícias’ de Juiz de Fora de então.

Existiam em 1914, 7 igrejas católicas (além de 4 capelas), 1 metodista, 1 luterana. Também já era de importante contribuição para o lazer e a cultura da cidade o Museu Mariano Procópio (chamado então de Museu Ferreira Lage)⁸⁷.

Os estabelecimentos comerciais conheceram um crescimento significativo no período que vai de 1870 até 1925, com cerca 6,85% ao ano, segundo tabela 3.

⁸⁵ Idem, p. 84.

⁸⁶ Idem, p. 89.

⁸⁷ Idem, p. 89.

**Tabela 3: Crescimento Dos Estabelecimentos Comerciais De Juiz De Fora
1870/1925**

ANO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	ÍNDICE %
1870	190	100
1877	310	163
1891	384	202
1904	692	364
1925	716	377

fonte: PIRES, A. J. op cit. p. 114.

Em 1872, segundo censo realizado, a população de Juiz de Fora contava com 38.336 almas. Isso representaria um percentual de 10,25% da população de Minas Gerais. Os escravos de Juiz de Fora teriam um percentual de 3,8% em relação ao total geral da população mineira e 15,10% em relação ao total de escravos na província⁸⁸. Os homens livres, somando 23.968 em Juiz de Fora, representavam 8,6% de mineiros livres e 6,41% relativamente ao total da população mineira (livres e escravos) moradora em Juiz de Fora. Como podemos acompanhar nas tabelas 4, 5 e 6.

Tabela 4: População/Recenseamento de 1872

POPULAÇÃO DE JUIZ DE FORA 1872		
	Nº Habitantes	Porcentagem
Livre	23.968	62,53%
Escrava	14.368	37,47%
Total	38.336	100,00%

fonte ANDRADE, Rômulo G. op cit

⁸⁸ Existe uma discussão recente estabelecida por Elione Guimarães acerca da validade dos censos quanto ao número de escravos, assim no censo de 1872 aponta-se para Juiz de Fora 14.638 escravos, entretanto, a autora encontrou um documento onde existia um escravo matriculado com o número de 19.141 e já que a numeração era feita em série, a partir da lei do ventre-livre de 1871, fica a questão de que na verdade a população de cativos do município era bem maior, ver GUIMARÃES, Elione Silva. **Criminalidade e conflito nas relações entre senhores e escravos no município de Juiz de Fora (1830-90)**. São Paulo: Núcleo de Estudos em História Demográfica. FEA_USP, http://members.tripod.com/~Historia_Demografica/INDEX.HTM, Boletins. HTM, novembro de 1999, n. 18

Tabela 5: Recenseamento de 1872

POPULAÇÃO DE JUIZ DE FORA EM 1872 POR DISTRITOS					
	Homens	Escravos	Mulheres	Escravas	Total
Santo Antônio Do Juiz De Fora	6.842	4220	4762	2951	18.775
N. S. D'assunção Chapéu D'uvas	2.496	893	1.885	691	6.415
S. José Do Rio Preto	2.606	2.215	2.433	1.888	9.142
S. Francisco De Paula Do Monte Verde	1.327	828	1.167	682	4.004
S. Pedro De Alcântara *					
Total:					38.336

fonte ANDRADE, Rômulo G. op cit

*não foi recenseado

Tabela 6: Recenseamento de 1872 - Juiz de Fora, Zona da Mata e Minas Gerais

LOCAL	POPULAÇÃO			%					
	LIVRE	ECRAVA	TOTAL	LIVRE		ESCRAVA		TOTAL	
JUIZ DE FORA	23.968	14.368	38.336	8,60	1,43	15,10	3,87	10,25	1,87
ZONA DA MATA	278.666	95.099	373.765	LIVRE		ESCRAVA		TOTAL	
				16,69		25,67		18,32	
MINAS GERAIS	1.669.276	70.459	2.039.735	LIVRE		ESCRAVA		TOTAL	
				100		100		100	

fonte ANDRADE, Rômulo G. op cit

Outros dois censos foram realizados no período que compreende a nossa pesquisa. O de 1890 aponta uma população de 55.185 habitantes em Juiz de Fora e seus 13 distritos de então. Para 1907 a população de juizforanos é de 85.450 pessoas (tabelas 7 e 8), revelando um crescimento populacional de 44% e 122,9% respectivamente, tendo como base o ano de 1872 e o censo realizado neste mesmo ano. Ao compararmos o crescimento da população de Juiz de Fora nos três censos realizados no período estudado, vimos que houve um crescimento de mais de 100% no crescimento populacional entre 1872 e 1907 (tabela 9). Também a população matense assiste a um grande salto quantitativo com 22.000 habitantes em 1822, 250.000 em 1872 (66,88% do total

mineiro) e para o ano de 1890 temos 430.000 almas⁸⁹, significando um crescimento de 2.150% em relação ao período inicial.

Tabela 7: Recenseamento de 1890

POPULAÇÃO DE JUIZ DE FORA/1890⁹⁰			
DISTRITOS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
JUIZ DE FORA	9.213	8.409	17.622
VARGEM GRANDE	2.257	2.142	4.399
ÁGUA LIMPA	1.792	1.559	3.351
PAULA LIMA	1.299	1.074	2.373
N. S. ROSÁRIO	1.243	1.191	2.434
SANT'ANNA DO DESERTO	2.256	2.167	4.423
S. PEDRO DE ALCÂNTARA	2.745	2.567	5.312
PORTO DAS FLORES	624	624	1.272
S. JOSÉ DO RIO PRETO	1.565	1.309	2.874
SARANDY	1.087	861	1.939
S. FRANCISCO DE PAULA	2.305	2.049	4.354
S. SEBASTIÃO DO CHÁCARA	1.698	1.551	3.294
MATHIAS BARBOSA	887	696	1.583
TOTAIS	28.971	26.199	55.185

fonte: ESTEVES, Albino. op cit. p. 14.

Tabela 8: Recenseamento de 1907

POPULAÇÃO DE JUIZ DE FORA/1907⁹¹			
DISTRITOS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
JUIZ DE FORA	13.774	14.779	28.553
VARGEM GRANDE	2.767	2.625	5.392
ÁGUA LIMPA	3.220	2.756	5.976
PAULA LIMA	2.833	2.611	5.444
N. S. ROSÁRIO	1.628	1.502	3.130
SANT'ANNA DO DESERTO	2.451	2.358	4.809
S. PEDRO DE ALCÂNTARA	2.576	2.689	5.265
PORTO DA FLORES	839	820	1.659
S. JOSÉ DO RIO PRETO	1.824	1.627	3.451
SARANDY	2.684	2.487	5.171
S. FRANCISCO DE PAULA	3.046	2.880	5.926
S. SEBASTIÃO DO CHÁCARA	2.355	2.129	4.484
MATHIAS BARBOSA	3.366	2.822	6.190
TOTAIS	43.363	42.085	85.450

fonte: ESTEVES, Albino. op cit. p. 14.

⁸⁹ PIRES, A. op cit. p. 33.

⁹⁰ ALBINO, Esteves. op cit. p.14.

⁹¹ Idem ibidem.

Tabela 9: Comparação entre os censos de 1872, 1890 e 1907

ANOS DO CENSO	TOTAIS	%
1872	38.336	100
1890	55.185	44
1907	85.450	122,9

fonte: ANDRADE, Rômulo G. op cit. e ESTEVES, Albino. op cit.

O crescimento industrial de Juiz de Fora e sua constituição mostraram-se como indissociáveis da estrutura e da dinâmica da economia agroexportadora regional. Este crescimento industrial tem seu capital originado direta ou indiretamente no seu núcleo principal, ou seja, a acumulação do capital cafeeiro realizada na região. Essa acumulação vai implicar na diversificação setorial da economia agroexportadora, principalmente no setor urbano.⁹²

É também o aparelhamento bancário ocorrido na cidade que deu suporte para que boa parte dos recursos não escoassem para o Rio de Janeiro, caracterizando uma retenção na própria esfera produtiva. O relacionamento da região com o centro financeiro localizado no Rio de Janeiro permitiu-nos compreender como ocorreu o funcionamento das unidades cafeeiras. Primeiramente, o comissário de café servia de agente comercial, uma espécie de intermediário entre o fazendeiro e o exportador⁹³. Depois, também, a atividade financeira ficou a cargo desse comissário, tanto para o movimento de giro e reprodução simples com empréstimos a curto prazo, quanto para a reprodução ampliada (principalmente para pés de café e escravos), que tinham um prazo maior para a quitação. A origem desse tipo de financiamento era comercial, fruto da acumulação do capital comercial ou do capital portador de juros⁹⁴.

⁹² PIRES, A. op cit. p. 133.

⁹³ A respeito do comissário e sua atuação conferir os trabalhos de: FRANCO, Maria S. de. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 4^a ed. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1997.; SWEIGART, Joseph E. **Coffe Factorage and the emergence of a Brazilian Capital Market, 1850/1888**. New York, London: Garland Publishing, 1987. e FERREIRA, Marieta de M. **A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em História da UFF. Niterói, 1977.

⁹⁴ MARX, Karl. **O capital**. Crítica da Economia Política. Vol III, Livro terceiro, Tomo II. 2^a ed. São Paulo: Nova

Com o desenvolvimento paulatino de um sistema financeiro, as fontes de crédito, que antes centravam-se no comissário, passaram para os bancos através do crédito bancário. Tal movimento, que fez com que os comissários desaparecessem, atrelou o desenvolvimento da economia da região matense aos bancos da região, dinamizando os setores urbanos e de serviços, não diretamente ligados à cafeicultura. A fundação do Banco Territorial e Mercantil de Minas em 1887, primeiro banco da província, serve como exemplo inicial, apesar dessa instituição não ter resistido a crise do encilhamento e ter sua falência decretada em 1892.⁹⁵ Com esse fechamento, desloca-se para o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, criado em 1889, a referência mais importante no processo de evolução financeira da região. É importante notar que durante o período de 1889-92, dois bancos existiram com suas sedes localizadas na cidade de Juiz de Fora e, ao analisar a listagem dos principais acionistas do BCRMG, verificamos serem todos de residência em Juiz de Fora. Entre os 11 principais acionistas, 7 eram fazendeiros ligados a produção cafeeira. Esse banco foi fundado com investimento local, de pessoas da cidade, e conseguiu expandir seus negócios para outras cidades mineiras e como também para outros estados. Mesmo que o investimento na lavoura cafeeira fosse modesto por parte do BCRMG, a possibilidade da abertura de um banco com capital local, sediado em Juiz de Fora, serve como mostra da capacidade financeira que a cidade adquiriu muito cedo.

Cultural , 1985.

⁹⁵ ALMICO, Rita e BERNARDINO, Maria do Carmo. “BTMM: Origem e processo de falência”. In: *Anais do IX encontro da ANPUH/MG*. Juiz de Fora, 1994.

Tabela 10: Relação dos Maiores Acionistas do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A. (1889)

ACIONISTAS	AÇÕES	OCUPAÇÃO
Barão de Monte Mário	200	Fazendeiro
Barão de Santa Helena	100	Fazendeiro
Prudente Augusto Resende	100	Fazendeiro
Bernardo Mascarenhas	100	Industrial
Joaquim Ribeiro de Oliveira	100	Comerciante
Francisco Batista de Oliveira	100	Comerciante
Azarias José de Andrade	50	Médico e Industrial
Francisco E. de Resende	50	Fazendeiro
Espiridião E. de Oliveira	50	Fazendeiro
José S. Valente Vieira	50	Fazendeiro
João Pimentel Barbosa	50	Fazendeiro
Bento Xavier	100	Comerciante e Industrial

*todos de Juiz de Fora (com residência na cidade)
 fonte: PIRES, Anderson J. op cit. p. 62.

Este tipo de empreendimento demonstra que a cidade teve capacidade de reter capital e de financiar sua reprodução com capital próprio, mesmo de forma modesta, seja através de bancos ou de empréstimos de cunho pessoal, denotando que não havia falta de liquidez entre os juizforanos.

I.3- Juiz De Fora Em Discussão

A produção historiográfica sobre a Zona da Mata mineira tem se debruçado, principalmente, sobre a caracterização da economia agroexportadora desenvolvida em meados do século XIX. Faz-se, importante tentar compreender como se estruturou o sistema agrário local, a fim de que possamos perceber com funcionava a reprodução da economia agroexportadora. Alguns autores estudiosos dessa região⁹⁶, cujos trabalhos são de grande importância para o entendimento da evolução sócio-econômica que aqui se estabeleceu, a partir da expansão da cafeicultura regional, vão constatar que a estrutura fundiária da economia agroexportadora da Mata teve o predomínio de pequenas e médias propriedades. Esta característica, no entender destes autores, nos levaria a detectar a dispersão do excedente gerado no processo produtivo.

“A cafeicultura mineira teria se desenvolvido sob a larga predominância de capitais médios (...) o tamanho médio de suas propriedades cafeeiras era sensivelmente menor que as de São Paulo (e também que as do Rio de Janeiro, no seu apogeu). Esse capital de reduzido porte desempenharia, de modo geral, apenas funções estritamente agrárias. Não transbordaria diretamente para fora das plantações. Os pequenos proprietários venderiam o seu café na porteira da fazenda, e quando isso não acontecesse, chegariam no máximo até a estação mais próxima. Repetimos, dificilmente participariam de qualquer etapa comercial ou financeira ligada ao negócio cafeeiro, e pouco provavelmente teriam excedente disponível para diversificar suas inversões”.⁹⁷

Dessa forma ficaria inviabilizada a capitalização e ligação com o mercado internacional dessa economia regional. Também os recursos, além da produção, afluíam para a

⁹⁶ Ver principalmente CANO, W. “Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras”, In: *Revista Estudos Econômicos*, SP, 15(2):291-306. Mai/ago, 1985, IPE/USP, e LIMA, J. H. *Café e Indústria em Minas Gerais*, Vozes, RJ, 1981.

⁹⁷ LIMA, J. H. op cit. p. 36.

Corte, o que indicaria a não retenção de capitais⁹⁸. A crise e a decadência desta economia seriam inevitáveis, seja com a abolição, seja com uma crise de preços de café, como ocorreu no início do século XX: A cafeicultura da Zona da Mata teria, portanto, um destino similar à do Vale do Paraíba Fluminense.⁹⁹

Como não haveria mecanismos de retenção de excedente nas unidades produtivas da própria economia regional cafeeira, isso faria com que a acumulação de capitais no setor agroexportador fosse limitada. A partir dessa interpretação, seria limitada a possibilidade de diversificação econômica, principalmente no universo urbano-industrial estreitamente ligado a expansão das relações capitalistas.

Nosso trabalho procura dialogar com essa interpretação, tentando contribuir, através da transformação da riqueza, para o entendimento do alcance e dos limites da retenção do excedente regional e de seus efeitos para a diversificação econômica. Como demonstraremos no corpo desse trabalho, a afirmativa “*não transbordaria diretamente para fora das plantações*” não é de todo correta, já que a cidade vivenciou um significativo processo de urbanização e, portanto, diversificação econômica oriunda do capital cafeeiro.

Por essa razão, procuramos investigar a transformação ocorrida com a riqueza, associada não apenas ao espaço da produção cafeeira, mas, sobretudo, em relação as possibilidades de investimentos que foram surgindo na cidade e que proporcionaram a estas pessoas exercerem a diversificação de suas fortunas ali mesmo, desenvolvendo dessa forma a cidade de Juiz de Fora.

Como estamos lidando com uma região pouco estudada pela historiografia, achamos necessário descrevermos o desenvolvimento sofrido por essa mesma região, para deixar claro a

⁹⁸ PIRES, A. J. op cit. p. 14-15.

possibilidade de estudo das transformações da riqueza, nosso objeto principal, apesar de, como já escrito antes, entendermos por riqueza o acúmulo de bens de indivíduos no transcorrer de suas vidas.

Valemo-nos, para isso, das sugestões fornecidas por estudos mais recentes, os quais vêm sugerindo que a interpretação anterior não era de todo correta. É o caso, por exemplo, do estudo de Rômulo Garcia de Andrade, que afirma em seu trabalho a existência de grandes propriedades na região, ao contrário do que se pensava anteriormente. Sobre isso ele diz:

“Em nossa pesquisa encontramos uma situação diferente no tocante ao tamanho das propriedades. (...) dividimos de acordo com o tamanho do plantel os inventários estudados (...). Por esse critério, **as propriedades de Juiz de Fora podem ser consideradas grandes em sua média.** Nesse sentido, mesmo as unidades cafeeiras classificadas como médias com base no número de escravos (10-49) podem ser classificadas como grandes, pois atingem a proporção de 67.636 pés de café por propriedade¹⁰⁰.”

Ainda sobre o tamanho das propriedades, esse autor ressalta que Juiz de Fora apresenta um número de pés de café por propriedade inferior apenas ao Rio de Janeiro e uma área média por fazenda menor somente que a do Espírito Santo, comparando com o trabalho de Wilma Almada para esse estado. Ao comparar com um trabalho sobre toda a Zona da Mata, precisamente de Peter Blasenhein, o autor corrobora a sua afirmativa da existência de grandes propriedades em nossa região, ao utilizar a afirmação de que a média da plantation na Mata alcançava 3.370 acres, o que corresponde a 280 alqueires.¹⁰¹

⁹⁹ SILVA, F. C. **Abolição e crise na província do Rio de Janeiro**, RJ: 1987, mimeo.

¹⁰⁰ ANDRADE, R. “Escravidão e cafeeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata” In: *Revista Brasileira de História*. SP. Vol. 11, número 22, mai/ago, 1991. p. 96 (grifo nosso).

¹⁰¹ ANDRADE, R. op cit p. 97.

Outro autor que estudou, recentemente, a economia da Zona da Mata mineira, foi Anderson Pires. Ainda sobre o tamanho das propriedades na cidade em questão, ele analisa propriedades com área total superior a 200 alqueires, consideradas pela historiografia como grandes.

“outros dados importantes para a caracterização da estrutura produtiva, como a média do número de pés de café e do número de escravos por propriedade, e, fundamentalmente, a participação percentual do plantel de escravos no conjunto do valor da unidade (...) vem confirmar a homogeneidade, pelo menos tendencial, da estrutura produtiva da agroexportação local com esta mesma estrutura vigente em grandes centros produtores, principalmente do Rio de Janeiro, demonstrando a identificação, em seus aspectos básicos, da economia cafeeira de Juiz de Fora com a plantation escravista do país neste período”.¹⁰²

Segundo tabela presente no trabalho de Wilma Almada para o Espírito Santo, em comparação com outros principais centros produtores de café¹⁰³, de um total de 26 fazendas para Juiz de Fora, essas demonstram uma média em hectares de 522 por fazenda, sendo próxima aos outros municípios que constam do mesmo quadro, como os do Rio de Janeiro (Cantagallo, Paraíba do Sul e Valença) e de São Paulo (Campinas e Rio Claro). Em médias de pés de café por fazenda, as de Juiz de Fora são inferiores apenas as do Rio de Janeiro, e, em médias de escravos por fazenda, só perde para Valença e Campinas.¹⁰⁴

No seu trabalho, este autor reafirma a acumulação de capitais¹⁰⁵ na região, a partir do complexo cafeeiro agroexportador nos moldes de outros centros cafeeiros do país. Segundo Anderson Pires,

“A estruturação de um segmento financeiro local, delimitado e autônomo como setor econômico, vai abrir pelo menos parcialmente a possibilidade de retenção de boa parte os recursos gerados no núcleo produtivo no interior da economia regional. O

¹⁰² PIRES, ANDERSON J. op cit. p. 36.

¹⁰³ ALMADA, Wilma Paraíso F. de. **Escravidão e Transição: O Espírito Santo (1850-1888)**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1984. p.92.

¹⁰⁴ Idem, Ibidem.

¹⁰⁵ PIRES, A. J., op. cit. 37.

setor financeiro ao desempenhar sua função básica de instância intermediadora por excelência das relações entre demanda e oferta de crédito geradas no sistema, e, principalmente, ao se colocar como agente fundamental de financiamento do movimento de re-produção da estrutura produtiva, vai inviabilizar um canal até então existente de transferência do excedente originado na economia regional para o núcleo comercial-financeiro localizado no Rio de Janeiro.”¹⁰⁶

Essas instituições vão confirmar a existência de um capital local que irá financiar a reprodução da estrutura agroexportadora da cidade. É importante ressaltar que com o aparelhamento bancário, ficam parcialmente rompidos os vínculos que a cidade e região mantinham com o sistema financeiro do Rio de Janeiro, evidenciando assim a retenção de capitais no município em questão.¹⁰⁷

Por fim há que se ressaltar também que Juiz de Fora foi um dos maiores municípios escravistas do Brasil, ao final do oitocentos. Tal fato, mais do que significar uma posição conservadora por parte dos grandes fazendeiros, ou agentes econômicos do município, foi prova de capacidade econômica destes, pois mantiveram o número de cativos, principalmente a partir do tráfico interprovincial, como já foi, aliás alvo de vários estudos¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Idem, p. 16.

¹⁰⁷ Idem e ver também o trabalho de OLIVEIRA, Mônica R. op cit. onde a autora tenta perceber a origem do sistema cafeeicultor da Mata. Ela afirma que são os laços de parentesco, a causa da formação de uma forte e crescente elite mercantil, entrosada internacionalmente, que recebia favorecimentos, como doação de sesmarias, que dará origem ao sistema agrário cafeeicultor da Zona da Mata. Dessa forma, o povoamento, formação e abertura de fronteiras agrícolas, são vinculadas ao próprio interior mineiro, com investimentos de capital mercantil de dentro da própria capitania e, anterior a introdução do café aqui na região.

¹⁰⁸ Ver a esse respeito o trabalho de BLASENHEIN, Peter “**Uma História Regional: A Zona da Mata Mineira - 1870 / 1906**” IN: V Seminário de Estudos Mineiros. UFMG/PROEP, Belo Horizonte, 1982 e MACHADO. Cláudio Heleno. Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. São Paulo: Núcleo de Estudos em História Demográfica. FEA_USP. http://members.tripod.com/~Historia_Demografica/INDEX.HTM. Boletins. HTM, novembro de 1999, n. 18 LANNA, Ana op cit e SARAIVA, Luiz Fernando. **Um Correr de Casas, Antigas Senzala: Transição da Mão de obra escrava em Juiz de Fora 1870 – 1900**. Dissertação de Mestrado em andamento UFF. Este autor também ampliou a noção da grande propriedade para a Juiz de Fora, ao desmontar os dados da visita de Carlos Prates que apontou a pequena e média propriedades para as fazendas de Juiz de Fora.

Capítulo II: As Formas Tradicionais De Riqueza

II.1- As Modificações Dos Ativos

A base documental desse trabalho constitui-se de 1.918 inventários, tratam-se de documentos que jamais foram consultados em sua totalidade antes. Temos todas as razões para acreditar que esse conjunto reflete de forma significativa o universo de inventários existentes para o período em estudo.

Como dissemos anteriormente, consideramos riqueza o que foi acumulado pelas pessoas da mostra durante toda a sua vida. Algumas conseguem constituir verdadeiras fortunas, outras nem tanto. Uma das decisões iniciais foi a de descartarmos os inventários de quem não possuía riqueza alguma. Esse tipo de inventário não nos interessava por termos como tema central de nossa pesquisa as fortunas existentes e sua diversificação. Dessa forma, quem não possuía bens não nos traria a contribuição de que precisávamos. Em seguida, estabelecemos uma hierarquia de fortunas baseada na realidade que encontramos em nossos inventários de Juiz de Fora. Para eliminação dos que não possuíam bem algum, percebemos que isto ocorria com maior frequência nos inventários com Monte mor abaixo de 10:000\$000 (dez contos de réis). Feito isto, nos ativemos na análise dos inventários restantes, representativos das fortunas existentes. Inicialmente contávamos com o número de 1918 inventários para todo o período. Após eliminarmos os que não representavam fortuna considerável para nossa análise, restaram 283 inventários para o primeiro período (1870/1888) e 468 inventários para o período posterior

(1889/1914), totalizando 751 inventários, o que será o nosso universo de análise.

Trabalharemos com dois períodos distintos: 1870/1888 e 1889/1914. Buscamos com isso perceber como essas macro periodizações da economia brasileira têm efeitos sobre a dinâmica da riqueza na região estudada. O primeiro período (1870/1888) procura cobrir a duas décadas finais de vigência da escravidão, com isso pretendemos desenhar o perfil da riqueza na região cafeeira da Zona da Mata, a qual a historiografia convencionou chamar de “riqueza tradicional”, fundada principalmente no café e na propriedade fundiária, para, a partir daí, alcançarmos os resultados relativos às modificações ocorridas com as fortunas dos habitantes locais em direção ao final do período. O segundo período (1889/1914) é o que compreende o início do trabalho livre no país e a difícil transição econômico financeira que marcou os primeiros anos da república. Buscaremos perceber as direções da modificação das fortunas em relação ao primeiro período. É importante estabelecer esta ligação com o período anterior para que possamos acompanhar o movimento de modernização da riqueza e, dentro dele, avaliar os efeitos do desenvolvimento sofrido pela cidade.

Procuramos, no corpo desse texto, acompanhar as modificações esperadas de acordo com as transformações maiores que estavam ocorrendo em nível nacional.

Como já dissemos no início deste trabalho, iremos trabalhar com valores nominais, já que foi a melhor saída encontrada para eliminarmos o problema das variações inflacionárias, particularmente violentas no segundo período estudado (1889-1914). Assim, a natureza de nossa fonte limita a percepção da evolução de cada fortuna individual. Ela é apenas retratada no momento da morte do indivíduo, ainda que represente uma trajetória de décadas de acumulação. Além disso, o efeito de diacronia que procuramos obtém-se pela comparação do peso relativo dos itens no interior do conjunto patrimonial. Na medida em que tratamos com valores nominais, isso

minimiza também alterações, que podem ser importantes, no preço relativo dos ativos. Acreditamos que estas limitações são inevitáveis nessa etapa da pesquisa e que, no entanto não impedem de visualizar os grandes traços que são objeto desse trabalho.

Para traçarmos um perfil dos inventariados por nós analisados, começaremos por destacar os primeiros informes do inventário: estado civil, residência, grau de parentesco com o inventariante e atividade exercida. Para classificá-los, utilizamos o critério de diferenciação de meio onde vive e tem sua principal atividade, se urbano ou rural. Os inventários terão sua fortuna agregada por ano, o que denominaremos riqueza do ano, representando a soma do total de todas as riquezas daquele ano¹⁰⁹, e essas, por sua vez, serão agregadas em períodos de + ou – 10 anos (1870/1879; 1880/1888; 1889/1898; 1899/1908 e 1909/1914), excetuando o período que se encerra no ano da abolição, que é um marco de nossa primeira parte de análise, e o último período da análise, que soma seis anos. Depois de agregados, estes ativos serão analisados de acordo com sua participação no montante da riqueza do período. Utilizaremos uma tabela e um gráfico gerais de todos estes ativos no período e como também, tabelas e gráficos de cada um dos ativos, sendo que quando necessário, compararemos dois ou mais ativos dentro de um mesmo período.

¹⁰⁹ Ver metodologia de Zélia Cardoso de Mello. op cit. p. 67.

II.2- Os Inventariados

O perfil dos inventariados de nossa mostra pode ser entendido pelos dados apresentados a seguir. De um total de 283 inventários no período em questão, 158 são homens e 125 mulheres, o que perfaz um total de 55,83% do sexo masculino e 44,16% do feminino. Dentro desse total, 86,21% moram na zona rural (244 pessoas) e o restante, residindo na área urbana, soma 13,78% (39 casos). Percebemos aí a demonstração de uma sociedade majoritariamente agrária, constituídas por indivíduos que levam suas vidas no mundo rural, com raras exceções, pois, quando nos voltamos para as profissões encontradas, verificamos que viviam basicamente em torno de atividades ligadas à lavoura cafeeira.

Dos 283 casos analisados, 236 pessoas são (ou eram no momento da morte) casadas (83,39%), 41 viúvos (14,49%), e apenas 6 solteiros (2,12%). Quanto às residências, essas se concentravam principalmente em Juiz de Fora, distrito sede (25,62%).

Dentre o número total de inventariados, 236 têm posse de escravos e 49 não têm a presença desse ativo. O número total de escravos presentes nos inventários é de 7.027 cativos. A média de posse total de escravos para o total de inventariados é, portanto, 29,77 para cada indivíduo. Entretanto, dos proprietários de escravos que são do mundo rural, temos o total de 215 pessoas (91,01%), com 6.664 escravos, o que nos dá uma média de 30,99 escravos para cada inventariado. Na zona urbana, 21 inventariados possuem 345 escravos, com média de 16,42 para cada um. Dos que não possuem cativos, 18 estão na cidade e 31 no campo. Este e outros indicadores, fornecidos mais adiante, parecem convergir para as conclusões de outros estudos,

que apontam para a manutenção do trabalho escravo na Zona da Mata mineira até os momentos finais da vigência legal da escravidão, diferente, por exemplo, do que ocorria neste momento no Oeste Paulista.¹¹⁰

Quanto à principal riqueza da região, os inventários que constam a presença de cafezais são em número de 162. Desses, 144 possuem café e escravos e 18 não possuem cativos entre seus bens. O número de escravos para os que possuem cafezais é de 5.871 mancípios no total, o que significa que 83,76 % dos escravos inventariados estão ligados ao cultivo do café direta ou indiretamente. Sobram então, 1.138 escravos de nosso total que não estão na lavoura de café. Embora, muitas vezes, pudessem ser alugados para trabalhos nesta lavoura, como aponta Rômulo de Andrade.¹¹¹

Das 121 pessoas que não possuíam o ativo café em seus inventários, chama atenção os 87 indivíduos com residência declarada para o meio rural, estes dedicavam-se à agricultura produtora de alimentos (milho, feijão, arroz e cana principalmente) e à atividade criatória. Dentre estes 23 não possuíam escravos enquanto que no inventário de 16 destes proprietários consta a presença de cativos. As terras inventariadas ocupadas com outros cultivos que não o café perfazem um total de 5.978 alqueires (20,73%), dando em média 153,28 alqueires por proprietário, sendo que o maior proprietário possuía 289 alqueires e o menor, apenas 1 alqueire. Temos ainda 82 inventariados que não trabalham com roças e nem com café. Entre esses, dos que possuem terras, 48 não cultivavam nenhum gênero, atuando em outras atividades voltadas para criação de animais, aluguéis de pastos, e ainda, terras ocupadas por matas virgens e

¹¹⁰ Ver principalmente LANNA, Ana L. op cit e, SARAIVA, Luiz F. op cit.

¹¹¹ ANDRADE, Rômulo G. op cit.

capoeiras, com total de 5.109,5 alqueires (17,72%) de terras. A média de propriedade para esses indivíduos é de 106,44 alqueires para cada um. Os 34 restantes são da zona urbana e não possuem terras, somente terrenos pequenos nos quais podem cultivar algum tipo de lavoura para consumo próprio ou para pequeno comércio. O total de alqueires presente nos inventários do período é de 28.824,25, sendo 17.736,75 alqueires ocupados por cafezais, nos dando o total de 61,55% do total de terras, com média de 109,48 alqueires por cafeicultor. O total de possuidores de terras em seus inventários é de 216 pessoas, com média de 133,44 alqueires para cada proprietário. Os 66 restantes se dividem em 34 de residência urbana e 33 que residem nos distritos ou em terras de outros, ou ainda, moram com seus pais.

Os inventariados que não tinham café entre seus bens possuem em média 9,40 escravos e suas terras estavam destinadas a produção de alimentos, pastagens, capoeiras e matas virgens. Dos 49 indivíduos que não possuem escravos em seus inventários, 31 estão no mundo rural e 18 nas cidades. Desses, 3 possuem fortuna superior a 200 contos de réis. Vale a pena citá-los como indicação de acumulação não escravistas encontradas na região. Chama atenção o fato de que os três inventários pertenciam a mulheres e, em todos eles, estavam presentes fazendas de café.

No inventário de número 760¹¹², do ano de 1880, de Florisbela Francisca de Assis Barbosa Lage Moretszohn, vimos que a inventariada era possuidora de uma fortuna de 375:814\$266 (contos de réis), seus bens encontram-se distribuídos em 160 alqueires de terras na Fazenda Boa Esperança, com 54.150 pés de café, 10 casas para empregados, além da casa de vivenda da fazenda, 100 ações do Banco do Brasil e 8 da Estrada-de-Ferro Macaé-Campos, tendo

¹¹² inventário sob número 760, caixa 106 B do ano de 1880.

em conta corrente com diversos negociantes da Corte e de Juiz de Fora e 25:287\$624 contos em dinheiro (também uma quantia com o marido inventariante).

Outro inventário é o de Lúcia Joaquina Moreira¹¹³ residente na Fazenda São João, e proprietária de 161 alqueires de terras destinadas principalmente ao plantio do café, somando 202.000 pés no total, além de casas para empregados. Possuía também, no Rio de Janeiro, dois prédios (urbanos), além de 46 ações da Cia União dos Lavradores e 50 ações da Academia de Comércio, dando um total de 253:406\$871 contos de réis em seu inventário que data de 1885.

Outro exemplo é o de Maria Angélica das Dolores, moradora da Fazenda da Gameleira, a qual teve seu inventário aberto em 1871. Entre seus bens existiam 787 alqueires de terras, sendo 143 em mata virgem, com uma lavoura de 272.000 pés de café. Ainda possuía 46,5 alqueires de terras destinadas ao cultivo de roças de milho, feijão e arroz, vários animais, entre eles, 204 porcos. O fato de serem mulheres nos levou a pensar que poderiam possuir escravos em nome de seus maridos, dado que foi descartado por estar explícito em seus inventários que seriam avaliados os 'bens do casal'. A presença de casas de empregados nesses três inventários pode denotar a existência de outro tipo de mão-de-obra que não a cativa. É possível que estes três inventários refiram-se a médios e grandes produtores, os quais, possivelmente, faziam uso de mão-de-obra livre, fato que constitui uma exceção no nosso universo de pesquisa. Os trabalhos mais clássicos¹¹⁴ e pesquisas mais recentes parecem apontar que a maioria absoluta das fazendas de café manteve até o final o trabalho escravo. Afirma Luiz Fernando Saraiva que:

¹¹³ Inventário de Número 941, caixa 134 B do ano de 1885.

¹¹⁴ LANNA, Ana, op cit

“Quase todas as grandes unidades produtoras de café de Juiz de Fora mantiveram o trabalho escravo até as vésperas da abolição, dado este que já foi apreendido pela historiografia a partir de outras fontes documentais e que podemos comprovar, com mais precisão, através da análise dos inventários.

Desta forma, entender a transição da mão-de-obra para a região passa muito mais pela expectativa que os fazendeiros da região tinham na manutenção da escravidão e do trabalho do liberto no pós-abolição, do que a ‘urgência’ vista em todo Império (a bem da verdade São Paulo) com a questão da imigração. Na Zona da Mata mineira, ou ao menos para Juiz de Fora, a maioria dos fazendeiros não demonstrou grande interesse em realizar experiências com trabalhadores estrangeiros antes da abolição, pois, além de não sentirem a ‘escassez’ de escravos, continuaram investindo na aquisição de cativos”.¹¹⁵

Das profissões encontradas nas declarações dos inventários¹¹⁶, constatamos a presença de 182 fazendeiros (64,31%), sendo que, dentre eles, 01 era também capitalista, 02 eram tenentes, 01 era capitão, 01 cafeicultor, 02 majores 01 tenente-coronel e 02 comendadores; 51 lavradores (18,02%), sendo que, desses, 14 eram pequenos lavradores de residência urbana. Somando-se fazendeiros e lavradores, temos um total de 233 indivíduos vivendo com sua atividade principal ligada a terra (82,33%). Em seguida encontramos 16 que se declaram proprietários (5,65%), 16 comerciantes (5,65%), sendo 01 dono de padaria, 01 marceneiro, 01 sapateiro, 01 carpinteiro, 01 ferreiro, 01 mecânico. Havia também 03 negociantes (1,06%), com total de 35 pessoas ligadas ao comércio de uma forma geral (12,36%), 02 advogados (0,70%), 01 médico (0,35%), 02 engenheiros (0,70%), totalizando 05 profissionais liberais (1,76%); 01 industrial (0,35%), 02 tenentes e 01 tenente coronel (que acumulam a função de fazendeiros) com 1,06%, 01 alferes (0,35%), 03 capitães, sendo 01 fazendeiro também (1,06%), 02 majores que

¹¹⁵ SARAIVA, Luiz Fernando op cit. p. 101.

¹¹⁶ No caso dos inventários de mulheres, optamos por colocar a profissão do marido como principal atividade e forma de acumulação da família, já que o que vai para ser inventariado é denominado no corpo do inventário como “bens do casal”, e também porque as mulheres por nós inventariadas não possuíam profissão discriminada, tendo seus bens através de herança dos pais, ou do marido. Essa classificação nos interessa para sabermos de que tipo de atividade

também são fazendeiros (0,70%), sendo, então 09 militares (3,18%); 01 capitalista (0,35%), além de alguns títulos como 01 desembargador (0,35%), 02 comendadores (0,70%), sendo estes últimos fazendeiros, o que ratifica o perfil rural desta sociedade. Em apenas quatro casos não encontramos declaração quanto ao item profissão.

Na distribuição da riqueza ano/ano, podemos perceber a grande concentração de riqueza da região. Em 1870, de um total de 16 inventários, apenas 04 inventariados detêm 87,48% da riqueza do ano. Desses, o primeiro tem seu Monte mor em 841:244\$332, representando 26,62% da riqueza do ano, pertencente ao Tenente Coronel Francisco de Assis Alves.¹¹⁷ Esse tinha a parte mais valiosa de sua riqueza composta pela soma do valor dos cafezais: 286:163\$333. Sozinho, esse ativo representa 9,05% da riqueza do ano e 34,01% do total da riqueza do Tenente. Outro ativo significativo em sua fortuna era os escravos com valor de 210:200\$000 (duzentos de dez contos e duzentos mil réis), somando 262 cativos. Suas propriedades rurais eram muitas, num total de 1.317 alqueires de terras, o que fez com que Francisco de Assis Alves ocupasse a posição de maior proprietário de terras de nossa mostra nesse período. Entre as suas propriedades estão as fazendas da Piedade e a São Roberto, num total de 274:672\$499, somente nesse ativo (terras, benfeitorias e casas), o que corresponde a 32,65% do total de sua riqueza e, 8,69% do total da riqueza anual. Dos quatro inventariados, os outros três representam respectivamente 18,49%, 15,5% e 13,55% do total do montante da riqueza. Restando 395:898\$237 contos de réis para os outros inventariados deste ano, que somados significam 12,52% da riqueza do ano de 1870, menos do que o Tenente Francisco possui somente em terras.

advinha os bens acumulados, por isso tomamos essa decisão.

¹¹⁷ inventário de número 456, sob a custódia do AHUFJF.

A Baronesa de Sant'Anna, falecida também em 1870¹¹⁸, deixou os seus bens para o Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, seu filho, grande empreendedor de Juiz de Fora, celebrizado principalmente pela construção da rodovia União-Indústria, em 1861. Seu inventário correspondia a 18,49% do total da riqueza anual, possuindo um Monte Mor igual a 584:702\$727, tendo como ativo principal as propriedades rurais que somadas representavam 214:600\$000, ou 7,23% da riqueza do ano de 1870, correspondendo a 39,09% de sua riqueza. Ela possuía 235 escravos, que valiam 206:300\$000. Além de 62 ações da Cia. União Indústria no valor de 15:500\$000.

O ano de 1875 contém o mais rico inventário coletado nesse primeiro subperíodo. Sob o número 629, caixa 79b, encontram-se os bens deixados por D. Maria da Conceição Monteiro da Silva, Baronesa de Três Ilhas, esposa do Barão das Três Ilhas, José Bernardino de Barros. Seu Monte Mor é de 1:298:121\$600, ou seja, superior a vários totais de riqueza anuais, de anos do mesmo período. O casal vivia no meio rural, mais precisamente na fazenda da Boa Esperança, em Vargem Grande. Seus 265 escravos valiam 521:800\$000, assumindo dessa forma um percentual de 40,19% de sua riqueza e 17,70% da riqueza desse ano. O total de terras indicava um produtor com 470 alqueires (pequeno se comparado ao Ten. Coronel Francisco Alves de Assis, que possuía 1.317 alqueires), onde se encontravam plantados os seus 726 mil pés de café, que totalizavam 339:000\$000.

Os proprietários de escravos do total de nossa pesquisa somam o número de 236, de um universo de 283 inventários, em que 47 pessoas não possuíam nenhum cativo. O número de escravos no período de 1870/87 é de 7.027 peças. No período de 1870 até 1879 o número de

¹¹⁸ inventário de número 475, sob a custódia do AHUFJF.

possuidores de escravos é de 152, para um total de 4.857 cativos, o que dá uma média de 31,95 escravos para cada indivíduo. De 1880 até 1888 o número de proprietários é de 84 para um total de 2.170 escravos, com média de 27,12 para cada um. A média do período todo seria de 29,77 para cada inventariado possuidor de cativos. Segundo o censo de 1872, no total da Província de Minas Gerais viviam 370.459 escravos, para um total de 2.039.735 habitantes em toda a Província. A Zona da Mata nesse mesmo período conta com 373.765 almas, sendo 95.099 escravos, o que representa, respectivamente, 18,32% e 25,67% do total da população mineira. Para melhor explicitar estes números, elaboramos um quadro comparando a população de Juiz de Fora, Zona da Mata e Minas Gerais apresentado no capítulo anterior (tabelas 4, 5 e 6).

No relatório da Presidência da Província de Minas Gerais em 1886¹¹⁹, a população escrava nos quinze principais municípios cafeeiros da Zona da Mata pode ser vista na tabela seguinte:

¹¹⁹ LIMA, J. H. op cit.

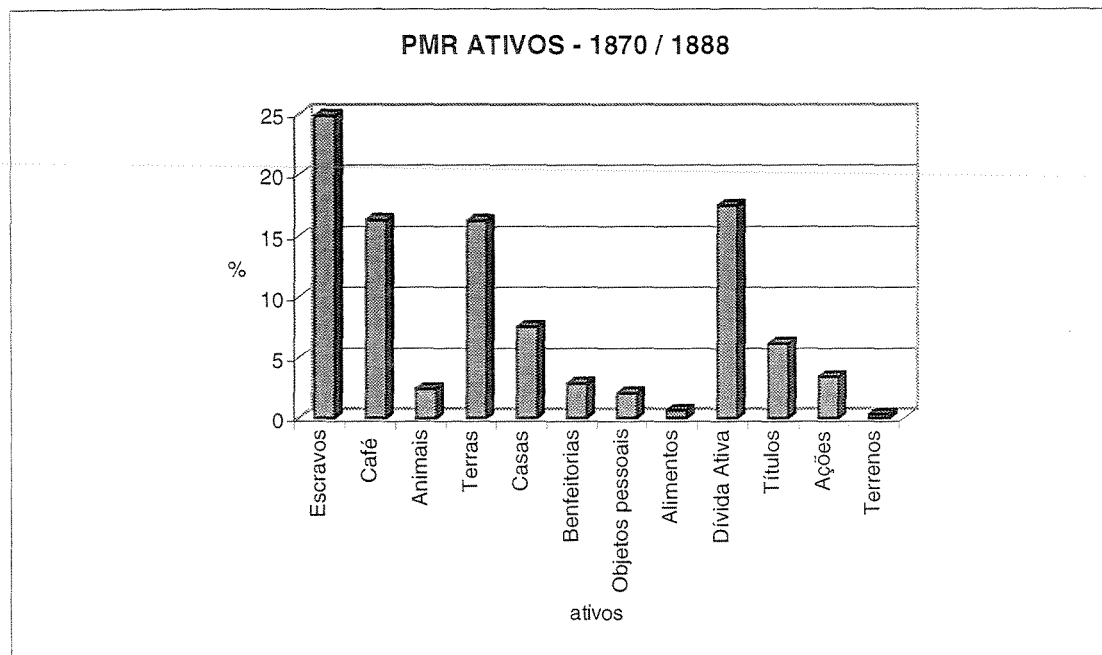
Tabela 11: População Escrava dos 15 Principais Municípios Cafeeiros da Zona da Mata Mineira (1886)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO ESCRAVA	%
JUIZ DE FORA	20.905	20,57
MAR DE ESPANHA	11.777	11,59
LEOPOLDINA	10.905	10,73
UBÁ	8.656	8,52
ALÉM PARAÍBA	8.029	7,90
POMBA	6.029	5,93
RIO PRETO	5.410	5,32
MURIAÉ	5.326	5,24
CATAGUASES	4.955	4,87
PONTE NOVA	4.732	4,65
SÃO JOÃO NEPOMUCENO	4.125	4,06
RIO NOVO	3.662	3,60
VIÇOSA	3.042	2,99
CARANGOLA	2.127	2,09
RIO BRANCO	1.908	1,87
TOTAL	101.588	100

Fonte: LIMA, João Herald. op cit.

Ao analisarmos os bens, que foram previamente separados em grupos, temos para o período 1870/1879 (ver gráfico 1 e tabelas 12, 13) o primeiro grupo formado pelos escravos, representando o principal ativo com participação no valor total da riqueza do período analisado, como veremos adiante. Estes aparecem nos inventários com riqueza de detalhes (número de matrícula, aptidão para o trabalho, a origem, relações familiares, cor, etc), muitos dos quais não foram aproveitados para essa pesquisa, por não fazerem parte do nosso objeto de estudo.

GRÁFICO 1: Participação no Montante da Riqueza – Ativos 1870/1888



fonte: inventários *post-mortem* - AHUFJF

Tabela 12: Participação relativa dos ativos no total da riqueza inventariada
(médias por períodos)

Ativos	Média 1870/1879	Média 1880/1888	Média 1870/1888
Escravos	32,68	16,00	24,80
Terras	17,70	14,54	16,20
Café	16,65	15,87	16,28
Dívida Ativa	11,76	23,74	17,44
Casas	6,01	9,19	7,51
Títulos	4,50	7,96	6,14
Benfeitorias	2,76	2,92	2,84
Animais	2,64	2,18	2,42
Objetos	2,32	1,74	2,05
Ações	1,93	5,00	3,39
Alimentos	0,77	0,42	0,61
Terrenos	0,18	0,43	0,30
	100	100	100

fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

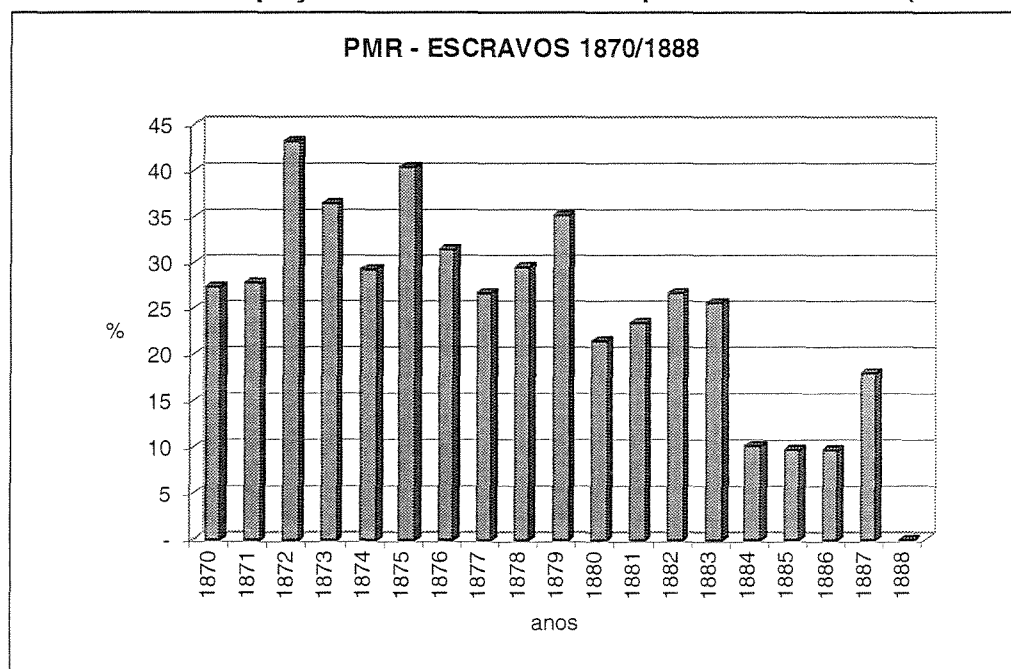
Tabela 13: Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza do Período - 1870/1879

Escravos	Café	Animais	Terras	Casas	Benfeitorias	Objetos	Alimentos	Dívida ativa	Títulos	Ações	Terrenos
32,68	16,65	2,64	17,70	6,01	2,76	2,32	0,77	11,76	4,50	1,93	0,18

fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

Em nossa coleta, valorizamos o sexo, idade, profissão e valor, por pensarmos inicialmente na possibilidade de fazer uma média do valor de acordo com tais critérios. Infelizmente não o fizemos, deixando esse procedimento para um trabalho posterior (gráfico 2).

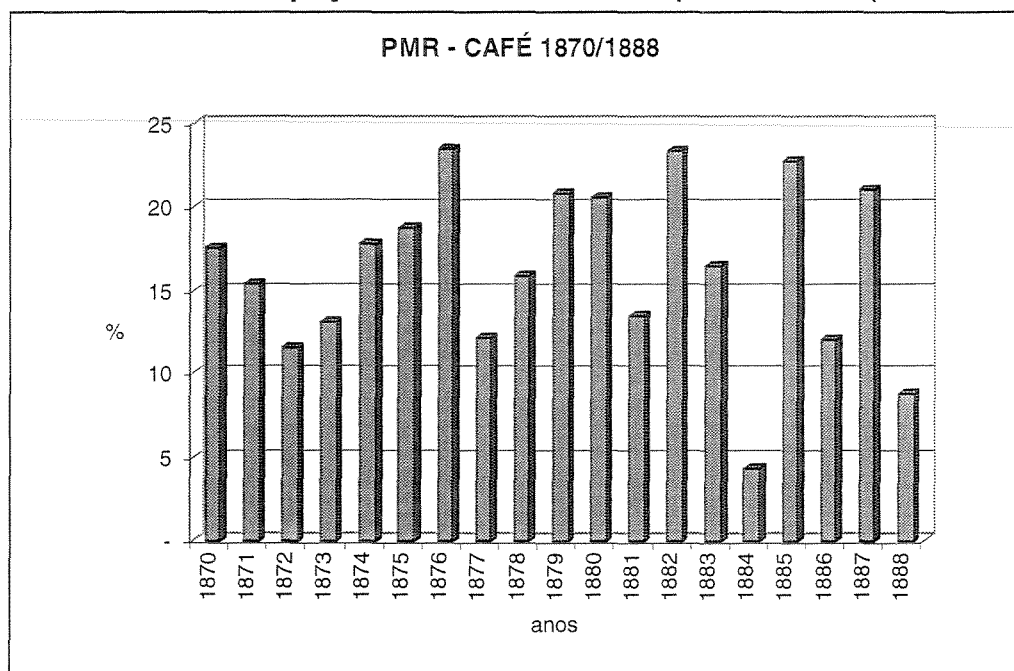
GRÁFICO 2: Participação no Montante da Riqueza – Escravos (1870/1888)



fonte: inventários *post-mortem* - AHUFJF

Quando acontece de serem libertos por vontade prévia do inventariado, isso vem explicitado no ato da partilha, sendo então seu valor diminuído do montante da riqueza. Para nossa pesquisa não descartamos tal valor por entendermos que o que nos interessa é o investimento feito por tal indivíduo em sua vida, e não o ocorrido após sua morte. Não é difícil constatar que Minas Gerais possuía realmente, segundo a historiografia, o maior plantel de escravos do país, pois somente no período aqui em demonstração temos o total de 7.027 escravos no período de 1870 até 1887. Estes pertencem a 152 proprietários no período de 1870 até 1879 e 84 no período seguinte, de 1880 até 1888, num total de 236 proprietários de cativos. A partir de 1883, esse ativo entra em declínio, perdendo posição para as dívidas ativas e os títulos.

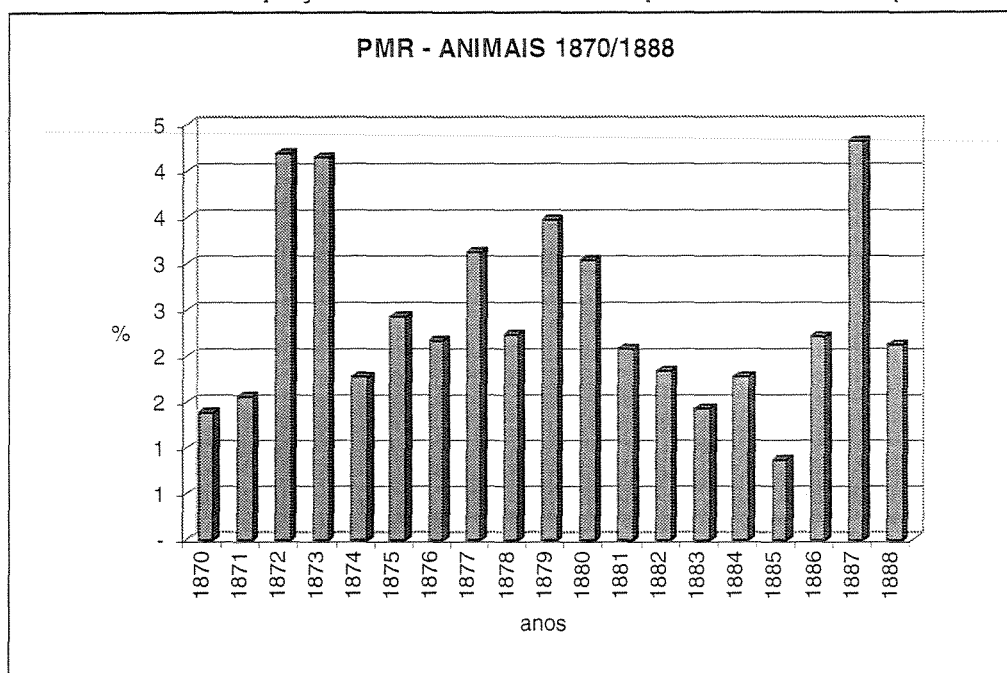
Em seguida temos os cafezais, com avaliação tanto de café já colhido, como de de pés de café. Os primeiros vêm em arrobas ou sacas, quando já estão prontos para serem vendidos. Ocorre também de serem avaliados ainda nos pés mas com a designação de 'café pendente', tendo sua avaliação feita também em arrobas. Dessa forma podemos perceber a produção que está pronta para a venda. Os cafezais vêm com idade, quantidade de pés, localização e valor, esse último variando de acordo com os dados iniciais. Sabemos que na cultura cafeeira um pé de rubiácea demora de quatro a cinco anos para começar a produzir, o que lhe dá um valor razoável nessa época, elevando-se quando começa a produção e decaindo com o envelhecimento, mais ou menos após 20 anos. Esse ativo já se encontra separado da terra e está entre os mais valiosos bens do período coletados.

GRÁFICO 3: Participação no Montante da Riqueza – Café (1870/1888)

fonte: inventários *post-mortem* - AHUFJF

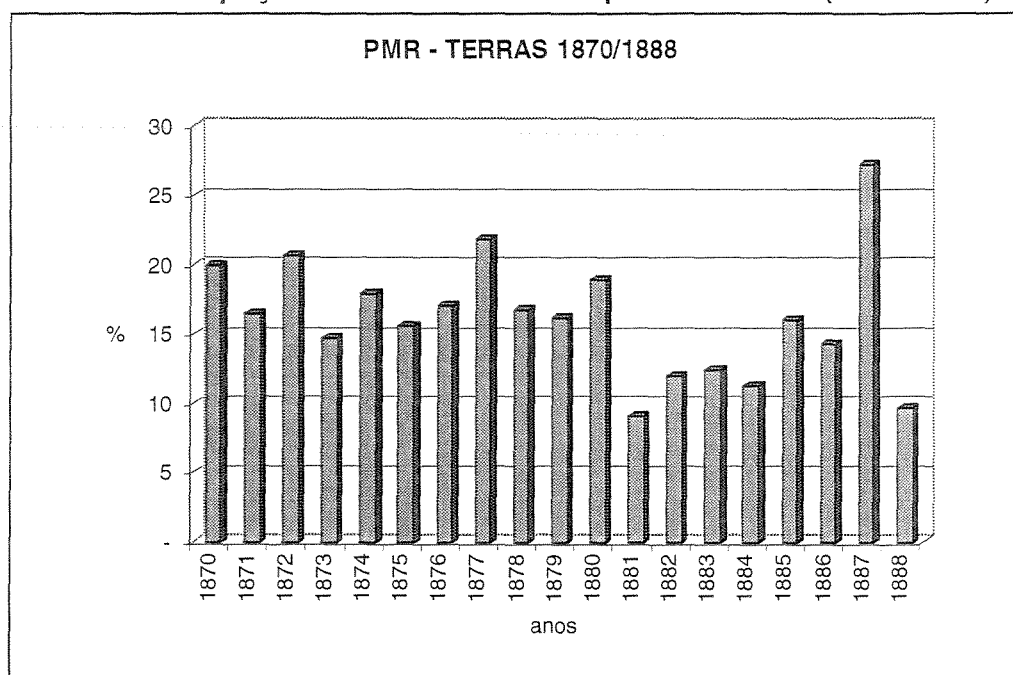
Os animais aparecem com definição de espécie, quantidade e valor. Os mais comuns são o gado, burro, jumentos, ovelhas, cabras, cabritos, cavalos, mulas e bestas, porcos e carneiros. Esses também têm as suas divisões como, por exemplo, no caso do gado, que vem especificado no inventário como vacas com cria, paridas, solteiras, de leite, bois de carro, touros, novilhas e bezerros, tendo cada um o valor relativo ao que se destina. Os porcos aparecem com capados, de engorda, de ceva, etc.. Dependendo da quantidade, podemos concluir se são para uso próprio ou para comércio. Este ativo tem pouca expressão na participação do montante da riqueza, ficando com média de 2,64% e 2,19% nos dois períodos estudados (1870-1879 e 1880-1888, respectivamente). Para exemplificar, ver o gráfico 4.

GRÁFICO 4: Participação no Montante da Riqueza – Animais (1870/1888)



fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

O grupo de terras aparece em nossa ficha de coleta de dados com sua descrição, medida, valor e sua localização (em qual povoado e/ou fazenda). É importante frisar que nos inventários esses bens aparecem descritos de forma minuciosa na maioria das vezes. As terras aparecem com suas medidas em alqueires ou braças, sendo a primeira forma a mais comum, especificando-se ainda a principal atividade exercida nestas, se lavoura de café ou pasto, etc. Este bem será analisado mais adiante, devido a sua importância na participação da riqueza anual, juntamente com escravos, cafés, dívidas e títulos. (gráfico 5)

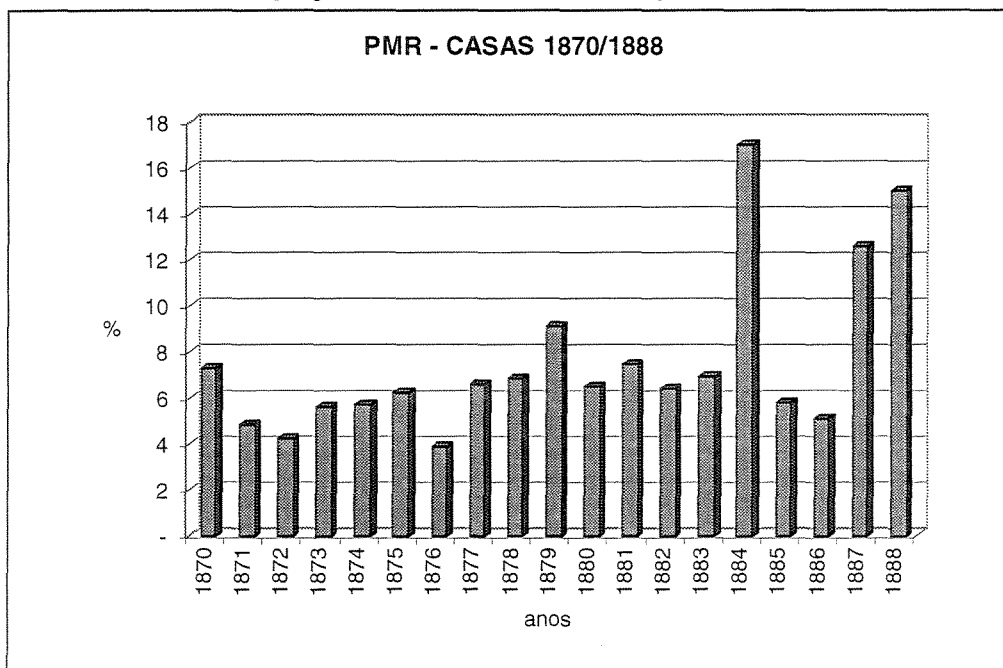
GRÁFICO 5: Participação no Montante da Riqueza – Terras (1870/1888)

fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

As casas também são descritas de forma a esmiuçar o tamanho, através do número de cômodos, sendo apresentadas como de morada, de vivenda, de colonos ou de empregados, na sua maioria. Há ainda a descrição do tipo de construção, se chalets, sobrados ou térreas. Na parte reservada à localização, quando rural, aparece o nome da fazenda e a localidade onde ela está situada. Nos inventários de patrimônio extra-fundiário, o que surge sobre as casas na cidade são seu endereço, com rua e número, descrição de tamanho, qual o número de cômodos, se de um pavimento ou de dois, número de portas e janelas, e seus confrontantes. Quando a atividade exercida pelo inventariado é a de comerciante, é feita a avaliação da casa que se destina a este fim; por exemplo, temos a localização de sua casa comercial, tipo de comércio e descrição detalhada de todos os gêneros comerciais existentes na loja ou em seu estoque e seus respectivos

valores, somando-se a essas informações quais eram seus fornecedores e devedores. A parte de estoque nós colocamos na seção destinada a outros na ficha de coleta de dados que, quando agregamos, ficou no grupo dos objetos pessoais. O imóvel onde se localiza o comércio também é avaliado. A participação deste ativo no total dos bens é sempre inferior a 10% no período de 1870/1879, obtendo como média a razão de 6,01%. Já no período posterior, ocorre um crescimento para 9,19%, sendo que nos anos de 1884, 1887 e 1888 sua participação é de 16,96%, 12,57% e 15,02% respectivamente, alcançando, assim, as maiores médias em todo o período. (gráfico 6).

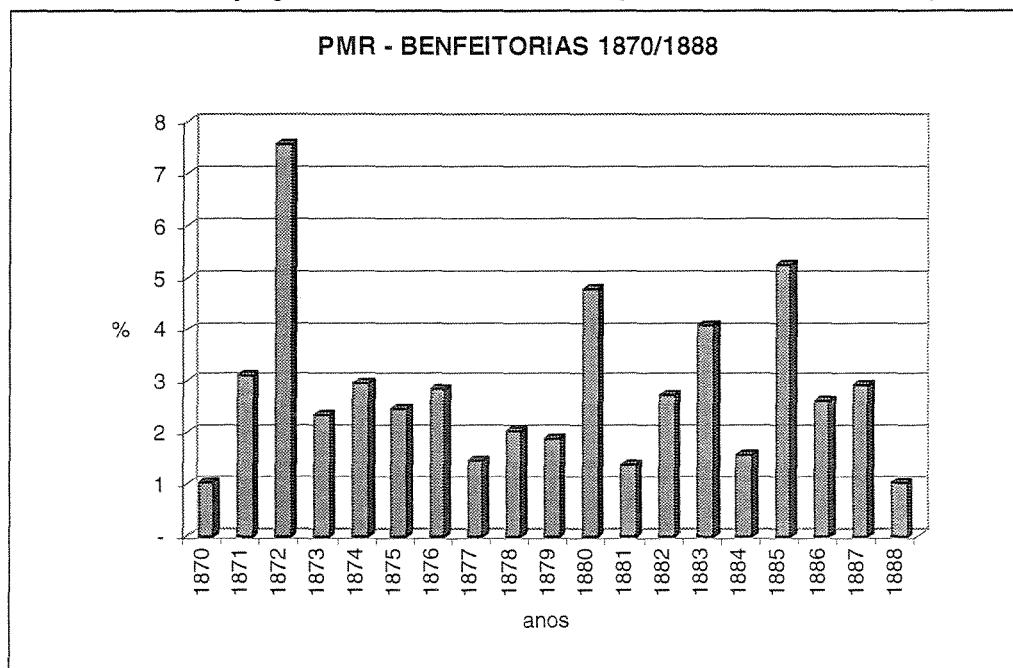
GRÁFICO 6: Participação no Montante da Riqueza – Casas (1870/1888)



fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

Nas benfeitorias, temos moinhos, monjolos, paióis, ranchos, chiqueiros, galinheiros, senzalas, máquinas de beneficiamento de café (outros tipos são mais raros), engenhocas (para moer a cana, o café ou o milho), engenhos, currais, e terreiros para secagem do café, entre as mais comuns do patrimônio fundiário. A participação deste ativo é muito pequena, somente ultrapassando 5% da riqueza do ano em dois momentos: 1872 e 1885, com 7,55% e 5,24% (gráfico 7). Na média obteve 2,76% para 1870/1879 e 2,94% para o período seguinte, ficando com 2,85% no espaço de tempo total.

GRÁFICO 7: Participação no Montante da Riqueza – Benfeitorias (1870/1888)

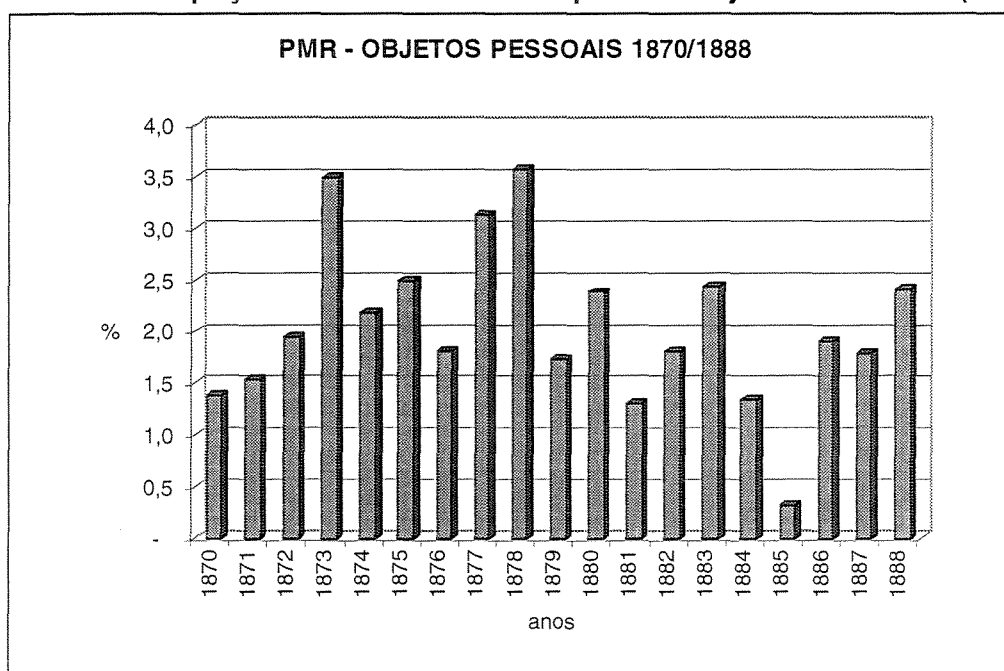


fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

Outro tipo de riqueza encontrada nos inventários é o que denominamos objetos pessoais. Esses são, na realidade, o que nos dá a noção da vida privada do indivíduo. Como

objetos pessoais temos uma subdivisão de móveis (móvelia), jóias, utensílios, instrumentos profissionais e outros. Todos vêm com seu respectivo valor e, no caso de instrumentos profissionais e outros, procuramos sempre especificar quais e de que tipos são. Essa categoria de bens nos permite adentrar na casa da pessoa, conhecer seus móveis, roupas de cama, quadros, livros, enfim, tudo aquilo que juntamos em nossas vidas e que pode até não ter um valor monetário significativo, mas com certeza tem o seu valor sentimental e revela, sem dúvida, um pouco do que somos. Seus percentuais relativos ao total da riqueza são baixos, com média de 2,05% para todo o período, segundo o gráfico 8

GRÁFICO 8: Participação no Montante da Riqueza – Objetos Pessoais (1870/1888)

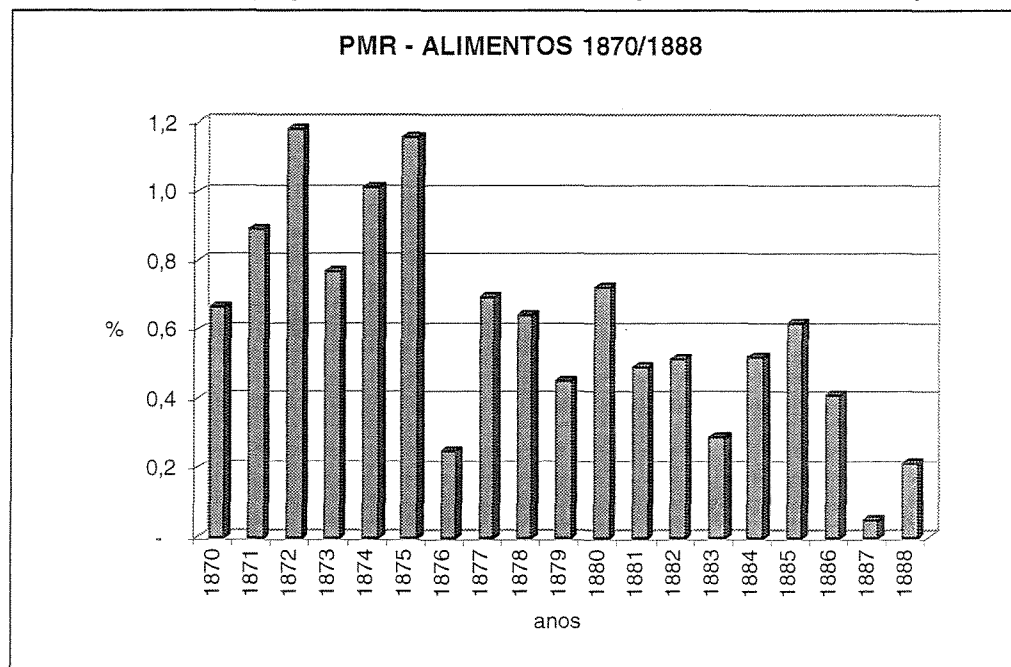


fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

Os alimentos, grupo que diz respeito aos mantimentos e roças, são de pouca expressão na participação total da riqueza, aparecendo-nos a primeira vista que serviam para o

sustento da fazenda, sendo raro encontrá-los quando a fortuna era do tipo urbano. Consideramos mantimentos o que já está colhido e se encontra em estoque para uso próprio ou para venda. Os mais comuns são arroz, feijão, milho, que após a colheita recebem outro valor para a venda propriamente dita. As roças são encontradas com indicação de quantidade, valor e localização. Podem surgir da seguinte forma: “300 alqueires de feijão no valor de 1:200\$000”.¹²⁰ Esse ativo, juntamente com os mantimentos, não tem significativa representação no montante da fortuna dos indivíduos analisados até então, ficando com percentuais de 0,77% e 0,43%, respectivamente nos dois períodos. A média para o período inteiro foi de 0,61%. (gráfico 9)

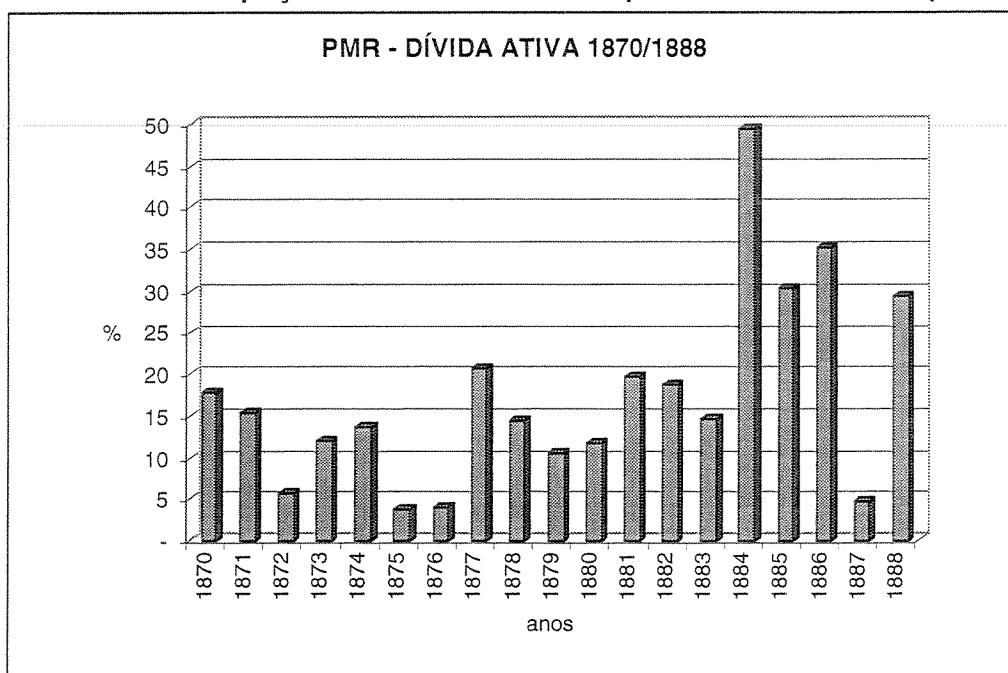
GRÁFICO 9: Participação no Montante da Riqueza – Alimentos (1870/1888)



fonte: inventários *post mortem* – AHUFJF

¹²⁰ Inventário da Baronesa das Três Ilhas. Número 629, caixa 79b do ano de 1875. AHUFJF

As dívidas, subdivididas em ativas (gráfico 10) e passivas, cobráveis e incobráveis, formam o grupo de bens que nos leva ao entendimento do tipo de relação pessoal e econômica que unia estas pessoas no que diz respeito aos empréstimos pessoais. Nessa categoria aparecem o nome do devedor ou credor, o valor do crédito ou débito, seu prazo, juros e, quando é o caso, a parte que já foi paga. As dívidas passivas, obviamente, não entram na soma do montante da riqueza pessoal. No caso de ser devedor, no momento da partilha fica abatido do valor total da riqueza do indivíduo o montante para pagamento das dívidas, ou no caso de os bens não serem suficientes para efetuar o pagamento aos credores, os mesmos “vão à praça” (são leiloados) para então efetuar-se o pagamento no final do inventário. Quando acontece de o indivíduo ter muitas dívidas passivas, optamos por não excluí-las do montante analisado. Consideramos, como no caso dos escravos, a riqueza que foi acumulada, sem levarmos em conta o pagamento ou não das dívidas, o que não nos interessa para este trabalho, por entendermos que o nosso objeto são os bens conquistados, não importando o destino que será dado a este bem. Nesse ativo podemos perceber as ligações existentes na sociedade via formas de crédito e, também através de sua origem, demonstrar de onde vêm as formas de crédito, se dessa mesma sociedade ou de um outro centro como por exemplo, o Rio de Janeiro. Teremos uma análise do comportamento deste ativo em outra parte do trabalho.

GRÁFICO 10: Participação no Montante da Riqueza – Dívida Ativa (1870/1888)

fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

Apólices, títulos da dívida pública, dotes e dinheiro que porventura pertencessem ao inventariado na época de sua morte foram agrupados, permitindo-nos detectar uma possível forma de proteção do patrimônio, por representarem investimentos de certa forma seguros; entretanto, evidenciando formas mais urbanas de riqueza, se comparadas às de origem fundiária. Denominamos este grupo como títulos (Gráfico 11), que foram agrupados para melhor entendimento da proporção na riqueza de ativos que são de teor financeiro, como também o são as ações, diferentemente dos demais. Também neste caso, analisaremos posteriormente. Incluímos nesse grupo os dotes, que servem como uma espécie de adiantamento da herança no momento do casamento dos filhos, depois descontado na hora da partilha. Apesar de ser investimento

financeiro, esse grupo se caracteriza por uma certa garantia de recebimento, seja no caso dos dotes que explicitam uma maneira de garantir a parte a que os herdeiros têm direito, seja nos outros casos em que o proprietário pode estar querendo investir seu capital numa forma mais segura e, dessa maneira garantir o seu patrimônio. A presença quase que certa desse ativo (principalmente dos títulos da dívida pública), nos inventários analisados, pode nos levar a concluir uma certa preocupação com o futuro e uma aposta na “segurança” que esses traziam para as pessoas.

Também é importante abrir aqui um espaço para alguns comentários acerca desse ativo. Em artigo sobre o tema, Wilma Peres Costa¹²¹ afirma ser a partir da Guerra do Paraguai que o ativo dívida ativa vai crescer obviamente atrelado ao crescimento da dívida pública assumida pelo Estado nesse período:

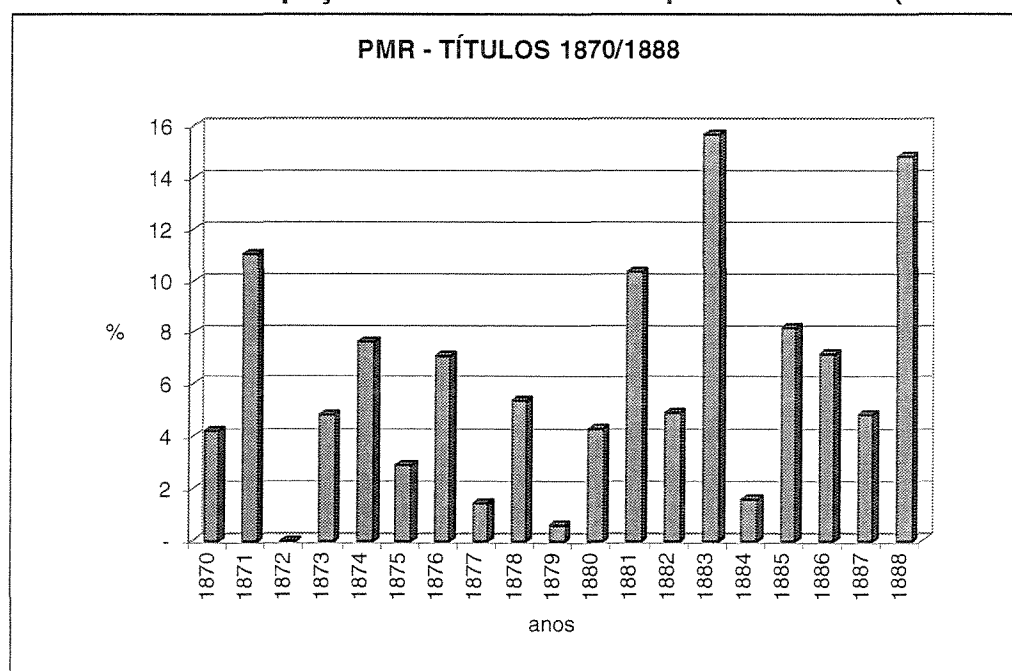
“Até meados do século, ela se destinava principalmente à cobertura dos déficits relacionados à construção do Estado Nacional: despesas originadas da guerra de Independência e da negociação com Portugal, conflitos internos e repressão das rebeliões provinciais, além dos conflitos externos na região platina. Na segunda metade do século aparecem despesas de um novo tipo: as melhorias públicas, em particular as estradas de ferro. Com efeito, esse foi, entre 1850-1870, um importante elemento no equacionamento das relações entre o centro político e as forças provinciais (...). O período da Guerra do Paraguai (1865-1870) aparece como um divisor de águas no endividamento público, determinando um crescimento notável tanto no estoque da dívida quanto no peso do seu serviço sobre as receitas do Estado”.¹²²

A crescente oferta de títulos públicos a partir da década de 1870 e a segurança a eles atribuída (parte dos empréstimos internos feitos durante a guerra do Paraguai eram indexados ao ouro) fazia desse ativo uma das formas mais atrativas de proteção patrimonial. A autora pauta

¹²¹ COSTA, Wilma Peres, **A Questão Fiscal na Transformação Republicana – Continuidade e Descontinuidade**.

a sua idéia de crescimento da dívida pública com a tímida capacidade financeira do Estado, que sofre pressões regionais de toda ordem, visando aumento de recursos em um país que está atravessando várias transformações e, principalmente, aquelas referentes à transição para o trabalho livre (que colocaria a mão-de-obra não mais como um tipo de investimento, em que o trabalhador direto era ao mesmo tempo uma propriedade). A República seria, então, herdeira de todo esse desgaste financeiro e político do período imperial, que “*resultou muito mais do lento processo de decomposição do regime imperial do que de um projeto orgânico e claramente delineado*”.¹²³

GRÁFICO 11: Participação no Montante da Riqueza – Títulos (1870/1888)



fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

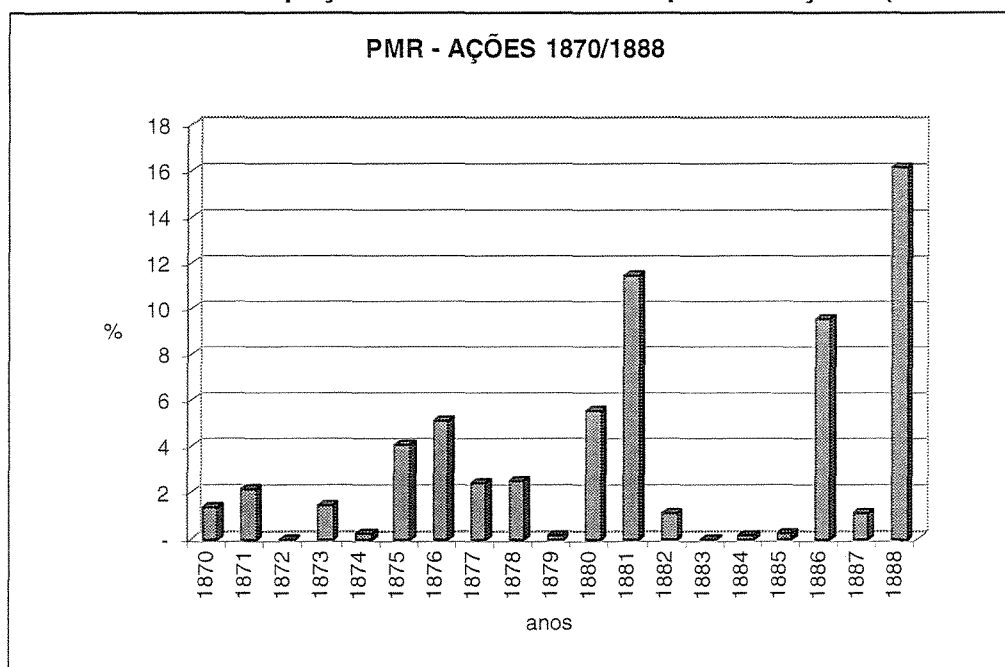
In: Economia e Sociedade, IE/UNICAMP, número 10, out. 98.

¹²² COSTA, Wilma Peres. op cit. p. 5-6.

¹²³ COSTA, Wilma Peres, op cit p. 12.

As ações que existiam nos inventários por nós pesquisados foram separadas dos demais ativos de ordem financeira, por apresentarem um investimento de risco, diferente dos demais que, ao contrário, trazem certa segurança acerca do patrimônio, como já dissemos anteriormente. Sendo basicamente de empresas locais, essas ações dão uma indicação do crescimento industrial e comercial pela qual a cidade passou, juntamente com a urbanização que detalhamos em outra parte desse nosso trabalho. Apesar de não apresentarem participação significativa nesse primeiro período por nós analisado, esse ativo irá obter um crescimento de grande importância nos anos subsequentes à abolição, como veremos adiante. (Gráfico 12)

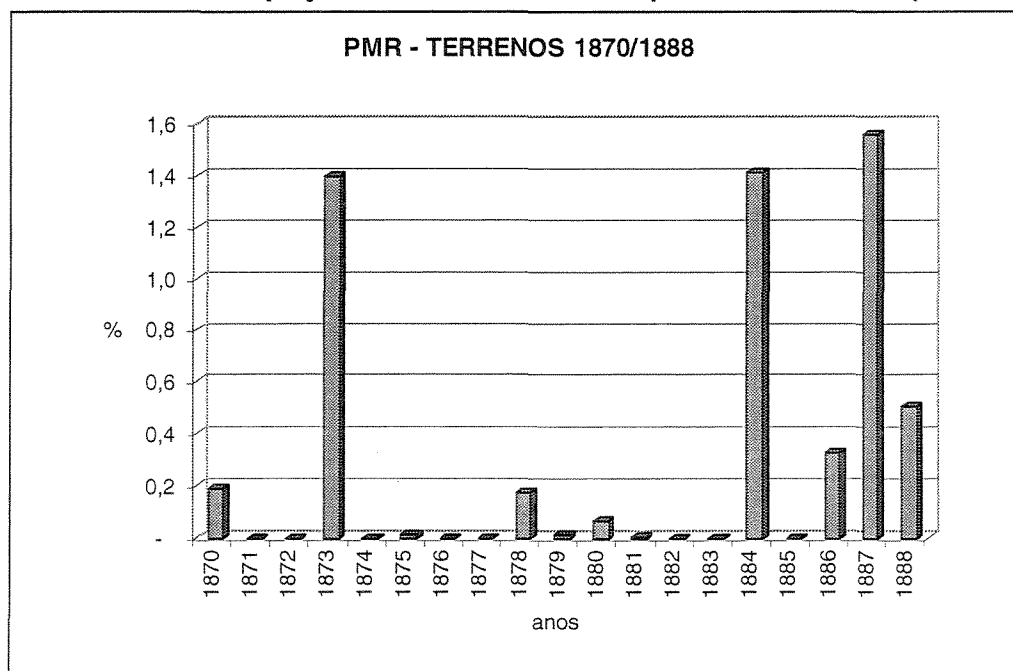
GRÁFICO 12: Participação no Montante da Riqueza – Ações (1870/1888)



fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

Os terrenos também entram na fortuna dos indivíduos, podendo ser rurais ou urbanos. Quando rurais, referem-se, geralmente a pastos ou terrenos que foram alugados por outrem. Na zona urbana, estes podem ter ou não casas construídas, tendo a avaliação feita separadamente. Aparecem com descrição de medidas e localização que, no caso de serem urbanos, vem com rua e número. Sua parcela relativa na riqueza do ano é tímida, tendo 0,18% para o período de 1870/1879 e 0,43% para 1880/1888, com média igual a 0,30% para todo o período. (gráfico 13)

GRÁFICO 13: Participação no Montante da Riqueza – Terrenos (1870/1888)



fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

Podemos perceber durante esse primeiro período que a riqueza encontra-se concentrada basicamente no meio rural, tendo como ativo principal os escravos, riqueza

considerada pela historiografia como tradicional. Nos demais ativos percebemos que as propriedades, cafezal e dívidas ativas seguem de perto em importância o ativo escravo. De acordo com tabela número 12, o ativo escravo representa 32,68% em relação ao total da riqueza, na média do período de 1870/1879, seguido de terras com 17,70% e do café, que participou com 16,65% . Estes três ativos juntos correspondem a 67,03% da riqueza total do período. Se analisarmos ano a ano (tabela 15), podemos perceber que o ativo escravo é o que apresenta maior participação na riqueza em todos os anos, e somente em dois anos a tríade escravo/terra/café não ocorre: em 1870 as dívidas ativas aparecem em terceiro lugar no grau de participação e em 1877 este mesmo ativo também ocupa a terceira colocação na hierarquia dos ativos em relação a sua participação na riqueza.

II.3- OS ATIVOS

Dos ativos encontrados em nossa pesquisa podemos destacar os seguintes:

1) escravos; 2) cafezal; 3) animais; 4) utensílios; 5) terra; 6) casas; 7) benfeitorias; 8) instrumentos profissionais; 9) prata; 10) ouro; 11) móveis; 12) outros; 13) mantimentos; 14) roças; 15) dívidas ativas; 16) dotes; 17) café colhido; 18) terreno; 19) títulos; 20) ações; 21) apólices; 22) dinheiro. Estes foram agrupados em conjuntos de bens para melhor análise. restando, então, os grupos de: 1) escravos, 2) cafés (cafezais e café colhido), 3) animais, 4) terras, 5) casas, 6) benfeitorias, 7) objetos pessoais (instrumentos profissionais, utensílios, prata, ouro, móveis e outros), 8) alimentos (mantimentos e roças), 9) dívidas ativas, 10) títulos (títulos, dinheiro, dotes e apólices), 11) ações e 12) terrenos.

Os bens são separados em categorias e somados ano a ano, equivalendo a soma dos bens de todos os indivíduos à soma das riquezas individuais, denominadas riqueza do ano, calculando-se a partir daí a participação de cada ativo na riqueza anual. Isso serviu para evidenciar os traços mais gerais do movimento desses ativos.¹²⁴

Como o universo inclui todas as categorias sociais, no período estudado, a primeira providência será separar o indivíduo por grupos sócio-profissionais. Esse dado relacionado à profissão aparece no inventário como atividade principal do indivíduo. Como muitas vezes não há declaração explícita da atividade exercida, baseamo-nos em informes contidos no corpo do inventário. Com isso, de acordo com nossas perguntas, poderemos perceber quais categorias sócio-profissionais se destacam e, também, como se dão as mudanças na representatividade dessas

categorias e sua importância no topo da riqueza da cidade a cada ano. Além disso, compararemos as categorias umas com as outras para que possamos analisar como elas vão trocando de lugar no decorrer do período estudado.

Outra divisão feita para melhorar a análise é o que utilizaremos para diferenciar a riqueza urbana da rural, o que denominamos, de acordo com metodologia de outro trabalho sobre Juiz de Fora, como riqueza fundiária e riqueza extra fundiária¹²⁵, ou seja, o meio rural e o meio urbano. Daí poderemos perceber se uma economia que se baseava principalmente no café para exportação conseguiu enveredar para outras formas de riqueza que não a originalmente fundada no campo. Dessa forma tentaremos detectar uma possível modernização da cidade, já que esta sofre um surto industrial em fins do séc. XIX e início do XX, possivelmente através de elementos constitutivos da riqueza que denotem uma mudança da riqueza fundiária para uma riqueza extra fundiária, ou melhor, uma transição de um mundo essencialmente rural para o mundo urbano. Isso denotaria uma diversificação de investimentos do fazendeiro, que, assim, estaria transbordando suas riqueza para fora do mundo rural. Também outras categorias sócio-profissionais poderiam ter se beneficiado com a valorização de algum bem investido, ou ainda com alguma mudança ocorrida que valorize determinados ativos.

Em um universo de 283 inventários faremos agora uma análise da composição da riqueza no período que vai de 1870 até 1888. Segue abaixo tabela (14) com o total da riqueza de cada ano deste período e número de inventários para melhor entendermos a distribuição deste dentro do período supracitado.

¹²⁴ CARDOSO DE MELLO, Z. M. op cit p. 67.

¹²⁵ Ver metodologia de Anderson Pires. op cit p. 18.

Tabela 14: Número de Inventários e Total da Riqueza Por Ano – 1870/1888

ANOS	NÚMERO DE INVENTÁRIOS	TOTAL DA RIQUEZA
1870	16	3:160:561\$323
1871	22	1:328:542\$013
1872	5	464:404\$860
1873	12	706:200\$146
1874	13	1:749:956\$587
1875	17	2:947:925\$636
1876	19	1:578:793\$895
1877	17	1:425:386\$243
1878	25	2:404:509\$181
1879	17	817:765\$962
1880	20	1:440:481\$706
1881	15	871:870\$916
1882	11	1:511:570\$299
1883	14	1:143:460\$606
1884	13	1:056:470\$049
1885	3	542:993\$791
1886	14	2:295:490\$722
1887	14	690:795\$090
1888	15	1:876:055\$851

*em conto de réis

fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF.

Esses bens serão separados e somados em cada categoria durante o ano, e comparados num escalonamento dentro desse ano, e também comparados à riqueza total do ano correspondente. Dessa soma e posterior comparação com o total da riqueza do ano, poderemos criar uma forma de classificação para os bens que permitirá ver sua transformação ano a ano, além de sua importância no total dos bens. Os dados estão presentes na tabela 15 e no gráfico 1.

Tabela 15: Participação dos Ativos no Total da Riqueza - 1870/1888

DATA	ESCRAVOS	CAFÉ	ANIMAIS	TERRAS	CASAS	BENFEIT.	OBJETOS	ALIMENTOS	TÍTULOS	DÍVIDA ATIVA	DOTÉ	TERRENOS
1870	27,34	17,59	1,37	19,96	7,27	1,03	1,37	0,66	3,57	17,70	1,94	0,19
1871	27,81	15,41	1,55	16,46	4,82	3,12	1,53	0,89	13,12	15,29	-	-
1872	43,12	11,50	4,19	20,63	4,22	7,55	1,94	1,18	-	5,68	-	-
1873	36,31	13,09	4,14	14,72	5,58	2,33	3,50	0,77	6,27	11,92	-	1,39
1874	29,28	17,83	1,77	17,85	5,68	2,95	2,18	1,01	7,42	13,54	0,39	-
1875	40,30	18,78	2,43	15,52	6,24	2,44	2,49	1,16	6,94	3,69	-	0,01
1876	31,49	23,51	2,16	17,08	3,85	2,84	1,80	0,25	12,13	4,08	-	-
1877	26,55	12,11	3,11	21,82	6,56	1,47	3,12	0,69	3,83	20,74	-	-
1878	29,48	15,90	2,23	16,78	6,79	2,04	3,56	0,64	4,67	14,47	3,24	0,18
1879	35,14	20,85	3,46	16,16	9,07	1,88	1,73	0,45	0,55	10,53	0,18	0,01
1880	19,43	21,08	3,11	19,47	6,61	4,91	2,44	0,74	9,02	12,14	0,99	0,07
1881	23,27	13,51	2,09	9,10	7,47	1,38	1,30	0,49	18,03	19,61	3,76	0,01
1882	26,64	23,41	1,83	11,97	6,41	2,73	1,82	0,51	3,95	18,63	2,09	-
1883	25,59	16,52	1,43	12,43	6,95	4,08	2,42	0,29	15,42	14,62	0,25	-
1884	10,05	4,27	1,77	11,18	16,96	1,56	1,34	0,52	1,59	49,30	0,06	1,41
1885	9,78	22,82	0,86	15,95	5,77	5,24	0,32	0,62	8,31	30,34	-	-
1886	9,85	11,64	2,19	14,53	4,93	2,63	1,91	0,41	12,05	35,13	4,88	0,33
1887	17,88	21,02	4,31	27,22	12,57	2,90	1,79	0,05	5,08	4,74	0,86	1,55
1888	-	8,72	2,11	9,68	15,02	1,01	2,41	0,21	29,08	29,37	1,88	0,51

fonte: inventários *post mortem* – AHUFJF

Numa sociedade cuja economia tem como principal produto o café, que tem neste período o início de seu apogeu na cidade e em toda uma região, ocupando cada vez maiores proporções de terras cultiváveis, derrubando matas virgens para a lavoura cafeeira ser implementada, a forma de trabalho predominante é o braço escravo, e a necessidade de crédito é primordial para a reprodução das unidades produtivas, é perfeitamente compreensível que esses ativos supracitados ocupem as primeiras posições na composição das fortunas da época.

Quanto às dívidas ativas e passivas, através da importância que assumiram nos inventários, e portanto na composição das fortunas pesquisadas, demonstram um sistema de financiamento de ordem pessoal, em que alguns indivíduos possuíam uma capacidade financeira suficiente para impedir que faltasse liquidez na economia local, embora esse tipo de financiamento seja anterior ao aparelhamento bancário que ocorrerá na cidade no final dos anos 80. Dessa forma, a partir dessa época, os bancos serão outra alternativa a um tipo de crédito que antes era feito somente por pessoas “endinheiradas”.

Como veremos no próximo capítulo, mesmo com este aparelhamento bancário, a maior parte da ‘oferta’ de dinheiro continuará nas mãos de particulares. Esse ativo aparece nos inventários analisados como créditos, com juros que normalmente são cobrados, ou melhor, corrigidos, mensalmente à cifra de 1%. É importante essa análise, pois nos períodos que trabalharemos posteriormente poderemos confrontar com esse primeiro, denotando modernização na riqueza juizforana, a partir da “tradicionalidade” encontrada na riqueza analisada até então.

Para o período seguinte, podemos começar a perceber algumas mudanças na importância que os ativos assumem na participação do total da riqueza (tabela 16). Se no período

anterior houve a supremacia do ativo escravo, este agora terá a sua participação, apesar de ainda bastante significativa, ultrapassada por outros componentes da riqueza. No total do período de 1880/1888, encontramos as dívidas ativas com participação média de 23,74% do montante total, sendo seguida pelo café, com 15,87%, e dos escravos, que têm 16,04% de representação no total da riqueza acumulada no período.

Tabela 16: Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza do Período 1880/1888

Escravos	Café	Animais	Terras	Casas	Benfeitorias	Objetos	Alimentos	Dívida ativa	Títulos	Ações	Terrenos
16,04	15,87	2,18	14,54	9,19	2,92	1,74	0,42	23,74	7,96	5,01	0,43

fonte:inventários *post mortem* - AHUFJF

Em 1880 ainda permanece a participação dos principais ativos do período anterior: café (21,02%), terras (19,47%) e escravos (19,43%). É somente a partir de 1881 que as dívidas começam a surgir com crescimento significativo no total geral das participações dos ativos. Neste ano, ainda os escravos detêm a maior participação, com 23,27%; em segundo lugar vêm as dívidas ativas, e em seguida os títulos.

Parece que a necessidade de crédito se faz cada vez mais , presente e nunca é demais lembrar que o aparelhamento bancário só irá ocorrer na cidade no final do período, com a fundação do BTMM, em 1887, e do BCRMG, em 1889. Enquanto isso não acontece, o atendimento da demanda de crédito se faz através de particulares que dispõem de dinheiro para empréstimos a outros. Parece também que a crise do escravismo e da monarquia foi vivenciada como uma tendência à proteção patrimonial e à financeirização da riqueza.

Essa mudança, com o surgimento de dois novos ativos entre os que detêm maior participação, sugere o desenvolvimento que a cidade está sofrendo, como já visto na primeira

parte deste trabalho, com a abertura de companhias locais e a possibilidade da aquisição de ações de tais companhias, como também de depósitos nos bancos em c/c, além de títulos da dívida pública, um investimento sempre seguro para aplicação de algum capital que esteja sobrando. No ano seguinte, 1882, os escravos continuam ocupando a primeira colocação, com 26,64%, e as dívidas aparecem em terceiro lugar, com 18,63%. Em 1883, se repete a ‘dobradinha’ escravo/café, e os títulos aparecem no lugar das dívidas, representando 15,42%. Nos anos de 1884, 1885 e 1886, as dívidas assumem a maior participação, tendo respectivamente, 49,30%, 30,34% e 35,13%, variando a composição com terras, casas, café e títulos alternando-se em escala de importância atrás das dívidas. Para 1887, há um retorno do ativo escravo entre os três primeiros colocados, atrás de terras e café, que ocupam o maior percentual relativo. No último ano do período não encontramos nenhum inventário que possuísse escravos, e as dívidas vão representar a maior participação na riqueza, com 29,37%, acompanhadas dos títulos (29,08%) e das casas, com 15,02%.

As dívidas surgem nesse momento com um crescimento de 102,12% em relação a sua participação no período anterior (1870/1879). Já os títulos têm um crescimento de 94,70%, contando com 5,85% no período de 1870/1879 e com 11,39% entre 1880 e 1888, ocupando, desta forma, a quinta posição em participação relativa no total da riqueza.

Tabela 17: Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza do Período 1870/1888

Escravos	Café	Animais	Terras	Casas	Benf.	Objetos	Alimentos	Dívida ativa	Títulos	Ações	Terrenos
24,80	16,28	2,42	16,20	7,51	2,84	2,05	0,61	17,44	6,14	3,39	0,30

fonte: inventários *post mortem* – AHUFJF

Para o total do período de 1870/1888, as médias apresentam uma consonância com o que foi dito anteriormente nos dois períodos analisados (tabela acima). O ativo escravo se confirma como o de maior participação no montante total da riqueza acumulada do período em questão, com 24,80%. As dívidas ativas assumem importância em seguida aos escravos na média de participação dos ativos no espaço de tempo referido. Esse ativo participa relativamente com 17,44% da riqueza dos indivíduos inventariados de 1870/1888, assumindo dessa forma uma parcela cada vez maior nos bens, juizforanos, que como já dito antes, necessitavam de maior crédito para sua reprodução. Em terceiro lugar vêm os cafezais e cafés colhidos (conjunto de bens relativos ao ativo café), que representam 16,28% da riqueza do período estudado. Os títulos e terras, ativos que apresentaram participação significativa na parcela da riqueza em cada período, com médias de 6,14% e 16,20% respectivamente, seguem de perto os que obtiveram as maiores participações. Os demais bens mantêm as suas participações de acordo com o que foi apresentado anteriormente; excetuando-se as casas, com 7,51% dos bens do período, os outros não ultrapassam os 3% de parcela na riqueza de 1870/1888.

As dívidas passivas são os compromissos assumidos em vida pelo inventariado e podem se apresentar com ou sem juros, de curto, médio e longo prazo, sendo para particulares ou para instituições de crédito. Os comissários de café tanto podiam ser credores, como também devedores. Também podiam ser de natureza de prestação de serviços (honorários de advogados, médicos, medicamentos, salários de empregados, despesas com o funeral, missas encomendadas, serviços especializados como pedreiros, marceneiros, etc.). Pelo que observamos nos inventários analisados, os juros variavam de 6% a 12% ao ano, sendo cobrados de diversas formas (mensal, trimestral, semestral ou anualmente). No caso de o credor ser comerciante ou industrial, o número de

devedores invariavelmente é grande, devido principalmente a contas por compra de gêneros, que eram anotadas em cadernetas próprias para esse fim. Nesses casos, porém, as dívidas eram de pequeno valor em sua maioria.

Dos 283 inventários de nossa mostra, 183 possuíam dívidas passivas em seu conteúdo, sendo que 157 eram de pessoas do meio rural e 26 da zona urbana. O inventário que possui o maior montante em dívidas passivas é o da Baronesa de Sant'Anna, com 296:107\$835, o que soma um total de 50,64% do total de seus bens, que montavam em 584:702\$727 contos de réis. O curioso de suas dívidas passivas é que eram para a firma Ferreira Lage e Cunha, negociante do Rio de Janeiro, sendo esse o seu único credor, que lhe cobrava juros de 6% ao ano. Outro caso é o de D. Francisca Benedita de Miranda Lima, inventário aberto em 1877, com Monte Mor de 471:713\$923 contos de réis, moradora da Fazenda da Cachoeira. Com 576 alqueires de terras, ocupadas principalmente por cafezais, no total de 228.750 pés de café, com 134 escravos em seu plantel, ela também possuía alguma terra destinada ao cultivo de feijão, arroz e milho. Eram 13 os seus credores. Desses, somente a hipoteca no Banco do Brasil da Corte era de outra localidade que não a cidade de Juiz de Fora. Todos os demais credores eram da própria cidade onde ela morava, entre negociantes, familiares e serviços prestados. Suas dívidas perfaziam um total de 57,43% do total de sua fortuna.

Certamente estamos diante de uma desigualdade que se baseia numa hierarquia dificilmente penetrável, em que a diferença econômico-social se reproduz de tal forma que alcança o nosso século e adentra-o. Essa divisão é desleal, deixando de fora da repartição da riqueza uma imensa parcela da população que dificilmente alcançará os que estão no topo. Nos limites desse trabalho procuramos demonstrar essa desigualdade, sendo agentes principais do período de

1870/1888 os fazendeiros, que têm sua riqueza basicamente rural. A partir da idéia da desigualdade social verificada, percebemos que também em Juiz de Fora, como em outros locais, é grande a diferença que existe na sociedade em relação à divisão de renda. A nosso ver, essa má divisão foi causada, em nossa cidade, por uma distribuição de terras na origem da região, as quais somente poucos tiveram acesso e, dessa forma, reproduziram suas riquezas. A base dessa riqueza estava concentrada na terra, com produção em grande escala de café, o que demandava uma necessidade crescente de créditos para suprir uma atividade lucrativa e de manutenção e reprodução com altos custos. Essa atividade regional cafeeira, exercida por uma pequena parcela da população que detinha a maior porcentagem de riqueza acumulada, visava principalmente à exportação, sendo exercida basicamente por mão-de-obra escrava. Os ativos que apresentaram a maior parcela da riqueza estão direta ou indiretamente ligados à economia cafeeira, seja com a mão-de-obra, com as terras ou com o próprio café, seja ainda com as dívidas ativas e títulos que estão relacionados com a atividade cafeeira indiretamente. A parcela da população de Juiz de Fora do final do século passado, por nós estudada, apresentou acúmulo de riqueza bastante significativo, conseguindo fazer com que a cidade se desenvolvesse pautada no café produzido ali, e destinado ao porto do Rio de Janeiro principalmente, visando à exportação. Foi dessa maneira que estes indivíduos se enriqueceram e diversificaram as suas fortunas, como veremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III: A Transformação da Riqueza

III.1- Os inventariados

A idéia de estudar as transformações ocorridas com a riqueza pessoal em Juiz de Fora, em períodos separados centralmente por um marco históricos – a abolição da escravidão no Brasil, passa por entendermos que, após esse fato histórico, com suas conseqüências políticas, sociais e econômicas, teríamos uma mudança no comportamento dos agentes econômicos e que os investimentos (sejam eles destinados ao capital ou à riqueza simples), que se antes eram destinados aos escravos principalmente, agora teriam outro destino. Qual foi o destino na região da Zona da Mata mineira são as nossas principais indagações.

Assim nessa parte do trabalho tentaremos perceber o que substituiu o escravo, não como mão-de-obra, mas como forma de investimento. Também a modernização proporcionada pela riqueza acumulada graças ao café trouxe uma certa modernização para a sociedade brasileira de então, e os locais de maior produção cafeeira (como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) sentiram de forma mais profunda os benefícios dessa modernização. Como já vimos anteriormente, transportes, máquinas de beneficiamento, sugerindo outros compôs para investimentos e diversificação da riqueza. Resta saber se o indivíduo também acompanhou essas transformações em

sua vida cotidiana e em seus negócios, não de uma forma particular, mas se o grupo de fazendeiros, comerciantes, industriais e etc. diversificou sua riqueza numa espécie de acompanhamento das transformações que estavam ocorrendo na sociedade de forma estrutural.

No período que vai de 1889 até 1914, obtivemos informações de 468 inventários, que nesses 26 anos nos darão uma mostra do perfil do cidadão juizforano no período. Desses, 277 eram inventários de homens totalizando 59,19% dos inventariados. Os outros 191 eram de mulheres (40,81%). Trataremos essas mulheres como no capítulo anterior desse trabalho, determinando como profissão e atividade principal aquela de seus maridos.

Quanto à residência dessas pessoas, encontramos 266 ocorrências no mundo rural e 202 urbanas, o que significa dizer que 56,83% viviam no campo e 43,17% levavam suas vidas na cidade. Isso representa um crescimento que vai de 13,78% de moradores da área urbana no período anterior para 43,17% nesse período em questão, com aproximadamente 313% de aumento da ocorrência de moradores da cidade no período posterior à abolição. Ao mesmo tempo, tivemos obviamente uma diminuição de moradores do campo, de 86,21% para 56,83%. Embora os moradores rurais ainda representassem maioria, há um crescimento evidente da população urbana, corroborada inclusive pelos dados demográficos apontados anteriormente. O processo de urbanização significou também, como procuraremos demonstrar, um crescimento da importância relativa dos ativos de natureza urbana.

Do total, 355 eram casados no momento da morte, representando 75,85% do total, 57 eram viúvos (12,17%), 21 eram solteiros (4,48%), 2 divorciados e 1 separada (0,64%) e 32 não têm declaração de estado civil, (6,83% do total).

A produção principal dos fazendeiros continuava, como no período anterior, se concentrando na produção de café, quando 185 indivíduos dos 266 que moravam no campo exerciam essa atividade, sendo então 69,55% do total de fazendeiros e 39,52% do total de inventariados do período. Dos 294 inventários nos quais existe a presença de terras como um dos ativos componentes da riqueza, temos um total de 42.982, 28 alqueires de terras, sendo que os 65 maiores proprietários (com propriedade acima de 200 alqueires) detinham 27.089,62 alqueires, ou seja, 63,02% das terras inventariadas entre 1889 e 1914 estavam nas mãos de 22% somente dos proprietários em questão. Desses, o maior proprietário era Francisco Antônio de Jesus, que possuía 2.000 alqueires de terras no distrito de Chapéu D'uvas¹²⁶, e o menor era Generosa Horta de Carvalho com 0,74 alqueire de terra, com inventário sob número 1474 (AHUFJF).

A produção de alimentos e de outros gêneros era realizada por 55 fazendeiros que, além de produzirem café, também produziam alimentos (29,72%), ou têm roças e mantimentos declarados entre seus bens. É importante frisar que esses alimentos possuíam valores sempre muito inferiores aos que eram alcançados pelo café na venda, o que era de se esperar!

Entre os que não produziam café e que têm nos seus inventários a presença de roças e mantimentos em estoque (já colhidos) apontamos a presença de somente 10, com roças e mantimentos, e 18 com apenas mantimentos (esses últimos podem ser pequenos comerciantes locais). Concluindo, dos 294 proprietários de terras, apenas 10 destinam essas para o cultivo de somente alimentos, o que significa dizer que 3,4% praticam somente esse tipo de cultura. Os outros 104 proprietários destinavam suas terras para o pasto, perfazendo um total de 35,37% dos proprietários de terras, contando ainda com a presença de capoeiras, matos e matas virgens nas suas

¹²⁶ inventário de número 1644, sob a custódia do AHUFJF.

propriedades.

Dos cafeicultores, somente 16 não possuíam animais entre seus bens, sendo que os demais contavam com os mais variados tipos, porcos, vacas, bois, burros, bestas, carneiros, éguas, cavalos, cabras e etc. Do total de inventários, 227 registram a presença desses animais (entre rurais e urbanos), demonstrando a importância desse ativo seja como atividade lucrativa (para a venda), seja para manutenção da fazenda ou transporte, o que nos dá um total de 48,50% dos inventariados.

Ainda em relação ao perfil dos inventariados, no período estudado nesse capítulo, apontamos a presença de várias atividades e profissões. Entre os 468 indivíduos, temos 166 fazendeiros (sendo que desses, 3 indivíduos são também comerciantes, 3 militares, 1 comendador, 2 capitalistas), o que nos dá um total de 35,47% dos inventariados, número bastante inferior ao do período anterior que contava com uma participação de 82,33% de fazendeiros entre os inventariados, (cai em mais ou menos 230%). Estão aí incluídos os 36 casos de lavradores.

A atividade comercial aparece em 58 casos. Há participação de 11,32% no caso de comerciantes com essa denominação, que são em número de 53 (sendo 1 também capitalista, 1 fazendeiro e proprietário, 2 fazendeiros e 1 proprietário), e 5 negociantes (1,06%), que agregamos com os comerciantes e obtemos um total de 58 pessoas envolvidas com atividades mercantis (12,40%).

Algumas atividades têm função dupla, como tentaremos explicitar a seguir. Temos a presença de 1 alfaiate, 1 barbeiro, 1 sapateiro e 4 farmacêuticos. Esses indivíduos tinham em seus inventários declarada a sua atividade, que podemos desdobrar da seguinte forma: o alfaiate e o sapateiro, podem ser considerados comerciantes e pequenos industriais, pois fabricavam suas mercadorias e destinavam sua produção (no caso do sapateiro, bastante significativa) para o

comércio. O barbeiro tinha obviamente um pequeno comércio (sua barbearia) e os 4 farmacêuticos, além de produzirem (manipularem) alguns medicamentos, também exerciam uma atividade comercial em suas respectivas farmácias. Altivo Halfeld, um farmacêutico, aparece em grande parte das dívidas passivas dos inventariados em questão, por ter prestado serviços como aviamentos de remédios e/ou venda desses, nos momentos de enfermidade que culminaram com a morte de nossos inventariados. Apesar de não termos o inventário desse cidadão, encontramos-lo como inventariante de sua mulher e de seu pai. O pai de Altivo, Bernardo Mariano Halfeld, morto em 1902, deixa para seu filho a farmácia como um dos componentes de seu espólio. Encontramos Altivo Halfeld novamente em 1905, quando do falecimento de sua mulher, Clotilde Santos Halfeld, e seus negócios, herdados do pai, estavam sendo levados aparentemente com sucesso. O movimento desses estabelecimentos aparece nas dívidas de seus negócios, que no inventário surgem separadas de dívidas pessoais, dando-nos uma noção do movimento que esses homens tinham em seus negócios. Portanto, se agregarmos esses com os outros comerciantes que têm dessa forma declarada sua atividade, obteremos um aumento na participação dessa atividade no total dos inventariados, ficando, portanto, representada por 65 indivíduos que representam 13,88% do total.

Os demais indivíduos exercem atividades como 6 capitalistas (1,28%) - que no período anterior era somente 1 caso - 3 militares, sendo seis a menos do que no período anterior (1 capitão e 2 maiores), com 0,64%, 5 profissionais liberais (1 médico, 1 engenheiro e 3 advogados), com 1,06%, 7 industriais (1,50%) com crescimento de mais seis casos em relação ao período anterior, sendo que 1 deles era ainda proprietário, 1 oficial da ordem imperial da rosa (0,42%), 1 comendador que acumulava a função de fazendeiro (0,42%), 2 eclesiásticos (1 padre e 1 vigário) com 0,64%, e ainda 53 proprietários (pessoas que viviam de alugar casas, principalmente na cidade,

havendo alguns casos de aluguel de casas nos distritos), sendo que alguns desses indivíduos exerciam também outras atividades como 1 fazendeiro e comerciante, 1 fazendeiro, 1 capitalista, 1 comerciante e 1 industrial, perfazendo uma participação de 11,32% dos casos estudados. Esse tipo de atividade não foi encontrada no período que vai de 1870 até 1888. Em 173 casos não houve declaração da profissão ou atividade exercida pelo inventariado (36,96% dos casos).

Dos inventariados que vivem na cidade (só consideramos como moradia urbana os que moravam em Juiz de Fora, já que seus distritos eram precários não tendo perfil de cidade) temos um total de 202 casos, o que representa 43,17% do total estudado. Esses se distribuíam nas mais diversas funções. Todos os industriais presentes em nossa mostra moravam na cidade, o mesmo ocorrendo com os advogados, alfaiate, médico, engenheiro, sapateiro e o barbeiro. Do total de fazendeiros, apenas dois moravam na cidade, e dos comerciantes seis tinham moradia rural. Dos seis capitalistas em estudo, somente um era da zona rural da cidade, ocorrendo o mesmo com 11 dos 53 proprietários.

A riqueza juizforana estava concentrada em poucas mãos, como vimos no capítulo anterior desse trabalho. No período que vai de 1889 até 1914, não é diferente. Citaremos seis exemplos de indivíduos que retratam bem a gritante concentração, entre o pequeno grupo da população que estudamos. Dos 468 inventários desse período, 6 pessoas possuem fortuna superior a 1:000:000\$000 (mil contos de réis), o que era uma quantia muitíssimo elevada para os padrões da cidade na época, e desses, um inventariado apenas somava o montante superior a dois mil contos e quinhentos mil réis (2:500:000\$000). Sob o número 1462, com data de abertura em 1896, João José Vieira possuía fortuna de 2:543:044\$974 contos de réis, que se encontravam distribuídos em variadas aplicações em diferentes ativos. Sua riqueza estava concentrada principalmente em ações,

apólices, títulos e dinheiro. Mais de mil contos de réis estavam em apólices, principalmente da Dívida Pública Federal. As ações somavam mais ou menos setenta contos de réis, de quatro estabelecimentos locais (Cia. Mineira de Eletricidade, Químico Industrial Mineira, BCRMG e da Academia de Comércio) e da Cia. Estrada de Ferro Central do Brasil. Seus títulos estavam principalmente no BCRMG, o que ocorria também com o dinheiro que se encontrava depositado. Os imóveis urbanos somavam 325:250\$000 contos de réis. Possuindo 250 alqueires de terras, João José Vieira não produzia café.

Em 1892, temos a abertura do inventário de David Moretzsohn, com o número 9168, e Monte Mor de 1:947:078\$640 contos de réis. Desse total, podemos excluir 698:623\$890 contos de réis referentes a depósitos feitos no Banco Territorial e Mercantil de Minas que teve, como já afirmamos em outra parte desse trabalho, sua falência decretada em julho de 1892. Esse cidadão era um dos fiscais designados pelo banco para apurar possíveis ‘falcatruas’ que estivessem ocorrendo nas agências, o qual faleceu, no mesmo período em que tal falência estava ocorrendo. Esse dinheiro depositado em tal instituição não será recebido por nenhum dos herdeiros de David, como acontecerá com a maioria das pessoas que tinham algum investimento no BTMM. Mesmo descontando esse dinheiro que se encontrava em tal instituição, o nosso inventariado continuaria entre os seis mais ricos, com fortuna superior a mil contos de réis (sobraria para seu total de riqueza a importância de 1:248:454\$750 contos de réis). Além desse dinheiro, ele possuía também depósitos em outras instituições financeiras como o Banco de Crédito Real de Minas Gerais (banco de sede local) e no Banco de Comércio do Rio de Janeiro, que juntos somavam 1:051:407\$510 contos de réis, significando 28,37% do total de sua riqueza. Possuía também títulos da Dívida Pública Federal e Municipal (7,34% da sua riqueza), apólices, ações de diversos bancos e devedores que somavam

13,70% de participação em sua fortuna.

Outro exemplo que ilustra bem o período em questão é o inventário número 2389, de Carolina de Assis Isabel de Campos, de 1913, com Monte Mor de 1:758:040\$900, divididos em 22,75% em apólices da Dívida Pública Federal, 41,77% em ações, sendo 714:400\$000 contos de réis da Cia. Mineira de Eletricidade e 20:000\$000 do Banco Mercantil do RJ, além de títulos da Cia. Mineira de Eletricidade, do BCRMG e da Cia. Fluminense Força e Luz que representam 10% de sua riqueza. Os imóveis urbanos participavam com 12,55% no total de sua fortuna, possuindo também dinheiro depositado em diversos bancos, e 320.000 pés de café plantados em 800 alqueires de terras na Fazenda Floresta.

A Baronesa de Juiz de Fora, Camilla Francisca de Assis Rezende, com inventário 1192 do ano de 1892, fazendeira e capitalista, possuía fortuna de 1:445:419\$084 contos de réis, distribuídos em terras, cafezais, imóveis rurais, títulos da Estrada de Ferro Leopoldina, apólices das Dívidas Federal e Municipal, ações de três empresas locais (Cia. Mineira de Eletricidade, Cia. Mecânica Mineira e Cia. Químico Industrial). Sua principal riqueza estava concentrada em dívidas ativas, o que nos remete a sua atividade de capitalista (atividade exercida pelo seu marido, o Barão de Juiz de Fora). Nesse ativo encontramos a importância de 885:678\$784 contos de réis, cujos principais devedores eram negociantes do Rio de Janeiro, uma hipoteca da Cia. Mecânica Mineira e outra do Sanatório de Barbacena, que representava um total de 61,27% de sua riqueza.

O industrial Bernardo Mascarenhas¹²⁷, falecido em 1889, possuía fortuna de 1:165:467\$634 contos de réis. Os principais ativos eram 27,95% em ações (325:770\$500 contos de réis) da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, Cia. Estrada de Ferro Leopoldina, Cia. Tecidos

¹²⁷ Inventário de número 1567, sob a custódia do AHUFJF.

de Juta, BCRMG, Cia. Mineira de Eletricidade e Cia. Construtora Mineira. Suas dívidas ativas representavam 23,40% do total de sua riqueza, sendo de natureza diversa, com vários devedores, além do BCRMG e da Cia. Cedro e Cachoeira. Em matéria-prima, mercadorias e maquinários, Bernardo Mascarenhas possuía 267:951\$388 contos de réis (22,99%). Esse indivíduo foi o responsável pela vinda da luz elétrica para Juiz de Fora, possuindo também uma cachoeira (sic) (85:000\$000 contos de réis), um gerador de 3.000 cavalos e maquinismos localizados nessa cachoeira para geração de luz elétrica. O último exemplo é o inventário¹²⁸ de Hypólito Dornellas de Albuquerque Mello, grande cafeicultor da Fazenda Santa Cecília. Em apólices, ações, títulos e dinheiro estavam concentradas 51,43% de sua riqueza. Em ativos de origem rural possuía cerca de 40% de sua fortuna.

Como já tratamos no período anterior, os censos realizados em 1890 e 1907 nos dão conta de um crescimento da população de 44% para 1890, indo de 38.336 habitantes para 55.185. Em 1907 vemos o crescimento de 122,9%, pois o município de Juiz de Fora contava então com 85.450 almas.

¹²⁸ Inventário de número 1284, sob a custódia do AHUFJF.

III.2- Os ativos

Os ativos que compõem a riqueza dos indivíduos nesse período que vai de 1889 até 1914 não se diferem dos encontrados no período anteriormente estudado (1870/1888), com exceção dos escravos que não existem mais, obviamente, após a abolição da escravidão em 1888. Portanto, a descrição desses ativos se encontra no capítulo anterior, o que nos pouparemos de fazer novamente nesse capítulo, por acharmos perfeitamente dispensável. Temos, então, para esse capítulo onze (11) grupos de bens, alguns agregados, que se apresentam da seguinte forma: 1) café (cafezais e café colhido); 2) animais; 3) terras; 4) casas (rurais e urbanas); 5) benfeitorias; 6) objetos pessoais (móveis, ouro, prata, utensílios, instrumentos profissionais e outros); 7) alimentos (roças e mantimentos em estoque); 8) dívida ativa; 9) títulos (títulos, apólices, dinheiro e dote); 10) ações e 11) terrenos.

Apresentaremos, a seguir, a tabela 18, com o número de inventários e total da riqueza por ano desse período, para algumas considerações acerca de forma de distribuição da riqueza entre os inventariados de nossa mostra.

Tabela 18: Número de Inventários e Total da Riqueza por Ano – 1889/1914

DATA	NÚMERO	TOTAL DA RIQUEZA*
1889	4	:367:399\$334
1890	17	1:044:191\$279
1891	19	2:254:878\$931
1892	29	6:274:504\$922
1893	22	2:707:993\$671
1894	22	2:212:852\$681
1895	27	1:412:630\$466
1896	33	4:668:437\$187
1897	19	1:400:628\$298
1898	1	150:812\$000
1899	25	3:501:119\$017
1900	28	2:572:857\$941
1901	18	1:318:190\$730
1902	15	890:432\$768
1903	18	1:143:675\$885
1904	14	1:654:967\$367
1905	19	2:144:314\$249
1906	18	526:584\$491
1907	15	1:804:851\$787
1908	12	1:312:882\$007
1909	13	949:287\$562
1910	17	1:806:129\$681
1911	13	600:750\$799
1912	19	2:005:832\$954
1913	18	2:968:383\$462
1914	13	877:074\$825

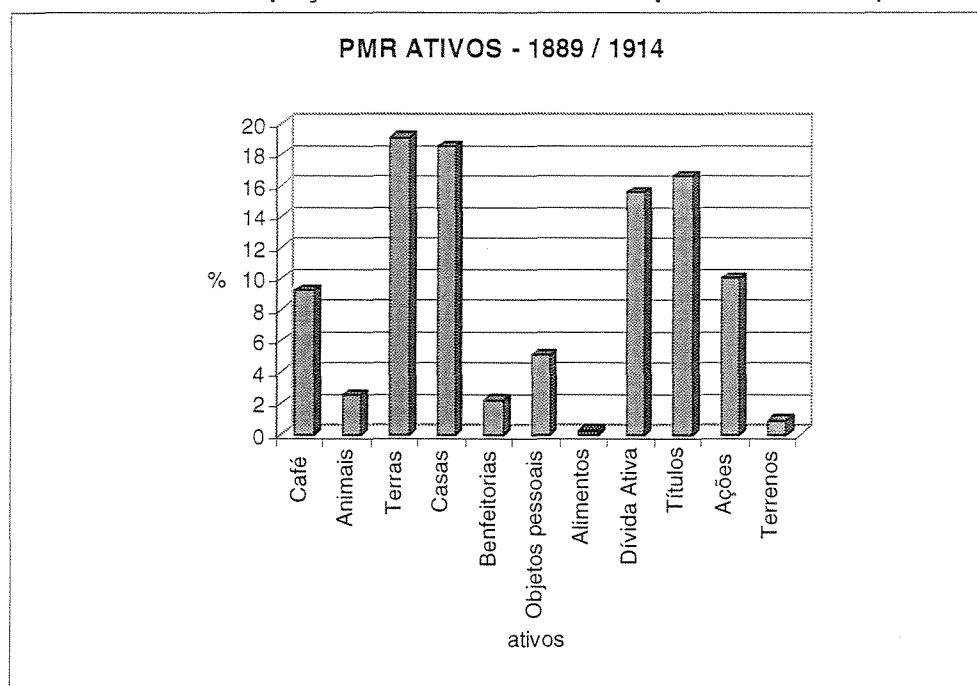
*em contos de réis

fonte: inventários *post mortem* – AHUFJF

Dessa riqueza total do período, os exemplos citados anteriormente (6 casos com fortuna superior a mil contos de réis) detêm 20,50% concentrados em suas mãos. Podemos perceber também que somente cinco anos do período somam riqueza maior do que o indivíduo mais rico apresentado em nossa mostra (João José Vieira, com fortuna superior a dois mil e quinhentos contos de réis), respectivamente 1913 (2:968:383\$462), 1899 (3:501:119\$017), 1896 (4:668:437\$187), 1893 (2:707:993\$671) e o ano de maior riqueza do período, 1892 (6:274:504\$922).

Segundo metodologia já explicitada anteriormente, os ativos têm participação r riqueza desse período, de forma que podemos visualizar melhor no gráfico 14 e na tabela 19, qu seguem.

GRÁFICO 14: Participação no Montante da Riqueza – Ativos (1889/1914)



fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

Tabela 19: Participação dos Ativos no Total da Riqueza – 1889/1914

DATA	CAFÉ	ANIMAIS	TERRAS	CASAS	BENFEIT.	OBJETOS PESSOAIS	ALIMENTOS	DÍVIDA ATIVA	TÍTULOS	AÇÕES	TERRENOS
1889	18,01	2,07	24,83	15,91	2,76	2,15	0,68	22,44	9,58	0,00	0,00
1890	12,18	2,10	15,83	21,49	2,48	5,22	0,20	17,09	15,66	5,84	1,64
1891	13,46	1,90	12,10	9,08	0,64	1,70	0,80	43,01	11,32	2,89	1,25
1892	5,87	1,10	7,72	8,63	1,57	1,16	0,05	22,84	41,68	9,98	0,34
1893	11,45	2,92	25,60	14,99	0,83	0,99	1,87	21,27	17,86	0,74	0,73
1894	21,40	2,27	18,01	9,28	1,32	3,38	0,06	10,85	18,62	15,08	0,21
1895	8,62	2,52	20,37	35,02	1,05	9,97	0,00	10,45	5,78	3,71	2,43
1896	11,20	2,28	12,84	14,09	1,52	2,31	0,01	8,01	20,11	26,96	1,14
1897	6,49	1,62	11,36	24,88	7,19	3,67	0,05	21,55	24,89	2,46	1,51
1898	19,89	10,90	47,71	7,91	5,20	0,95	0,80	4,64	0,00	0,00	0,00
1899	11,42	1,38	11,48	11,11	4,58	9,39	0,20	19,39	23,57	5,45	1,41
1900	13,36	1,15	36,48	17,07	1,03	2,92	0,09	9,74	12,53	0,80	1,28
1901	6,67	5,53	23,24	31,60	1,71	2,92	0,18	13,16	1,79	13,65	0,18
1902	6,12	2,24	16,57	16,37	2,80	21,14	1,06	16,26	17,51	0,00	1,03
1903	12,88	2,29	20,68	24,12	2,83	3,22	0,18	17,72	10,86	4,89	0,37
1904	6,94	2,54	12,93	16,03	1,30	15,19	0,01	27,18	8,27	7,38	0,70
1905	3,17	2,28	10,27	29,67	2,70	3,27	0,08	21,17	16,01	12,41	0,37
1906	10,85	2,60	17,78	16,40	3,81	16,53	0,18	9,00	23,10	0,00	0,87
1907	6,07	1,29	21,70	16,64	1,21	1,33	0,08	8,50	17,46	22,65	0,42
1908	2,52	1,74	12,09	14,61	0,68	1,63	0,16	3,68	19,04	42,84	0,49
1909	5,89	0,91	23,54	19,90	1,67	0,53	0,26	16,04	24,09	7,23	0,93
1910	11,46	5,95	34,36	25,71	0,22	1,51	0,00	4,42	0,76	12,33	1,84
1911	1,96	2,78	28,19	20,50	0,68	1,06	0,07	26,98	3,65	14,26	0,26
1912	6,55	1,20	11,66	18,58	0,60	17,90	0	12,83	14,12	14,07	2,36
1913	3,86	1,47	9,44	13,18	2,34	1,01	0,00	10,35	41,40	18,33	0,31
1914	1,68	1,10	10,22	28,24		2,13	0,22	6,47	30,51	16,07	0,98

fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

Destacamos em negrito os três principais ativos, com maior participação na riqueza, a cada ano. Dos 11 grupos de ativos presentes nesse período que vai de 1889 até 1914, 26 anos no total, esses se distribuem da forma apresentada a seguir.

Se no período anterior, de 1870 até 1888, os escravos, café e terras compunham a tríade principal na participação do montante da riqueza, surgindo com significativo crescimento, as dívidas ativas, mais intensamente no final do período (principalmente a partir de 1880), no pós-abolição teremos um quadro bastante diferente. Fora a ausência do ativo escravo, nesse período de 26 anos, outros ativos que não apresentaram participação significativa no período analisado no capítulo anterior, começam a surgir com elevada importância na riqueza desse período.

Em 17 anos, as terras aparecem entre os três ativos de maior participação na riqueza. Em seis desses anos, esse ativo surge como o principal, ou o de maior participação. Isso não nos causa nenhum espanto, já que é a terra o fundamento da economia, que, apesar de uma determinada diversificação, continua baseada na produção de café principalmente. O café aparece também entre os três principais ativos de cinco anos do período em questão (1889, 1891, 1894, 1898 e 1900), diminuindo em relação ao período anterior onde esse ativo estava entre os principais em 15 anos dos 19 do total do período. As casas também formam o grupo dos maiores ativos, ocorrendo essa participação em 16 anos, sendo que em seis anos esse é o maior ativo na composição da riqueza. Há um crescimento significativo em relação ao período passado, quando em somente dois anos as casas tinham presença entre os principais ativos. A urbanização ocorrida na cidade nesse período é certamente um dos responsáveis por esse crescimento; como vimos, há um crescimento de 313% de moradores urbanos em relação ao período anterior. Objetos pessoais

e animais, ativos que não estiveram presentes entre os principais no período anterior, aumentam sua participação estando entre os três principais ativos em 4 e 1 anos, respectivamente, sendo que no caso dos objetos pessoais, em 1902, aparecem como o ativo de maior participação na riqueza do ano.

A maior mudança em relação ao período de 1870 até 1888, quando comparado ao período em questão (1889/1914), se dá com os ativos de ordem financeira. Títulos, Ações e Dívida Ativa aparecem com crescimento entre as principais participações na riqueza total de cada ano desse período. As dívidas ativas aparecem como ativo principal em dois anos, estando entre os três principais em outros 11 casos. Os títulos apareceram no período anterior somente em um ano, o mesmo acontecendo com as ações (1883 e 1888, respectivamente). No período em estudo (1889/1914), os títulos estão presentes entre os três principais ativos em 15 anos do período, sendo que em sete desses é o principal ativo na participação da riqueza. No caso das ações, essas aparecem em sete anos dos 26 em estudo, estando em primeiro lugar em importância em três desses sete anos.

De 1889 até 1914, os ativos trocam de lugar e de importância, de acordo com sua maior participação na riqueza. Em 1889, terras, dívidas ativas e café são os três principais ativos, nessa ordem de importância, com 24,83%, 22,44% e 18,01%, respectivamente. Esse ano mantém, de uma certa forma, o movimento dos ativos do período anterior. No ano seguinte, 1890, as casas substituem o café entre os ativos de maior importância, sendo esse mesmo ativo o de maior importância na hierarquia da riqueza desse ano, com 21,49%, seguido de dívidas ativas (17,09%) e terras (15,83%). O ano de 1891 repete a hierarquia apresentada em 1889, ou seja, terras, café e dívidas ativas, mudando somente a ordem de importância, sendo então, as dívidas com 43,01%,

café com 13,46% e as terras, que eram o principal ativo em 1889, com participação de 12,10%. 1892 é o primeiro ano a apresentar somente ativos de ordem financeira em sua hierarquia de importância quanto a participação na riqueza. Títulos, dívidas ativas e ações são os três principais grupos de bens, nessa ordem, com 41,68%, 22,84% e 9,98% respectivamente, da riqueza total do ano. Não podemos esquecer que esse é o ano da crise do encilhamento, quando a emissão de títulos cresceu assustadoramente, causando a falência de empresas que foram criadas para especulação, as quais levaram consigo outras tantas que não foram criadas para esse fim. No caso dos nossos inventariados, como têm ações principalmente de empresas locais, sendo que a maioria dessas sobreviveu ao encilhamento, podemos minimizar um pouco a importância dessa crise de ordem financeira sobre os investimentos de ordem pessoal que são nosso objeto de estudo, na cidade de Juiz de Fora. De qualquer maneira, vale ressaltar a necessidade de um estudo específico sobre o impacto do encilhamento em nossa região, sendo essa uma importante lacuna na história da Zona da Mata Mineira¹²⁹. Em 1893, as terras aparecem novamente entre os principais ativos (25,60%), seguidos das dívidas ativas (21,27%) e dos títulos (17,86%). O principal ativo do ano de 1894 é o café, com participação de 21,40%, seguido de títulos, com 18,62% e terras, com participação de 18,01%. Casas, terras e dívidas ativas compõem o grupo de principais ativos do ano de 1895 (35,02%, 20,37% e 10,45%, respectivamente). As ações são o principal grupo de bens do ano de 1896, com 26,96% do total da riqueza no ano, ficando em segundo lugar os títulos (20,11%) e as casas (14,09%). Em 1897, títulos, casas e dívidas ativas são os bens com maior participação, todos com percentual acima de 20% do total da riqueza do ano. As terras chegam a alcançar quase a metade da riqueza do ano de 1898, com 47,71%,

seguidas de café e animais (esse é o único ano em que o ativo animais aparece entre os principais). Cabe ressaltar que nesse ano temos apenas um inventário como mostra em nossa pesquisa, de acordo com a metodologia já explicada anteriormente nesse trabalho. A presença de animais como ativo de grande participação no montante da riqueza só se justifica por termos nesse ano um único inventário, já que isso não ocorre em nenhum dos outros anos estudados. Por isso, devemos relativizar a importância desse ativo entre os de maior destaque. Novamente títulos, dívidas ativas e terras são os três principais ativos no ano de 1899. Já em 1900, as terras (36,48%) são acompanhadas de casas (17,07%) e café (13,36%).

O século XX tem em seu primeiro ano a participação de 31,60% das casas, 23,24% de terras e 13,65% das ações. 1902 tem como maior ativo os objetos pessoais, graças ao grande número de comerciantes inventariados nesse ano, que possuíam suas mercadorias constando em tal grupo, como ativo outros. A participação desse ativo é de 21,14%, seguido de títulos e de terras (17,51% e 16,57%, respectivamente). As casas aparecem novamente como o ativo mais importante em 1903, acompanhado de terras e dívidas ativas. As dívidas ativas são o principal grupo de bens do ano de 1904, que conta com casas em segundo lugar e objetos pessoais em terceiro. Em 1905, casas, dívidas ativas e títulos são os três principais ativos, com 29,67%, 21,17% e 16,01%, nessa ordem. O ano de 1906, quando ocorreu o 'Convênio de Taubaté (primeira política de valorização do café), que foi uma tentativa por parte dos fazendeiros para salvar a produção cafeeira, que enfrentava uma crise de preços desde 1896, tem os títulos, terras e objetos pessoais como principais ativos. As ações aparecem mais uma vez entre os principais bens no ano de 1907, sendo o mais importante entre os três grupos de bens mais significativos,

¹²⁹ Ver a respeito desse tema: LEVY, Bárbara. **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro**. IBMEC, 1977.

com 22,65% da riqueza do ano. Terras e títulos são os outros dois grupos de bens desse ano. Novamente, em 1908, as ações aparecem como o principal ativo, com mais de 40% da riqueza, seguidas de títulos e casas (19,04% e 14,61%). Em 1909 e 1910, terras e casas estão como os maiores ativos, sendo que no primeiro ano o ativo que completa o trio são os títulos, que também são o de maior participação na riqueza, e, em 1910, são as ações o terceiro grupo de bens. Nesse último ano, as terras aparecem com participação superior a 34% do total da riqueza, sendo o mais importante ativo.

Em 1911, terras, dívidas ativas e casas estão no topo da hierarquia de participação de bens e, em 1912, casas, objetos pessoais e títulos, nessa ordem de importância, formam os principais ativos. 1913 possui participação de mais de 40% do ativo títulos, que vem seguido de ações e casas, respectivamente. O último ano de nossa mostra, 1914, repete o trio do ano anterior, mudando somente a ordem de importância de seus componentes. Os títulos são o principal grupo de ativos, com participação de 30,51%, seguidos de casas, com 28,24%, e ações, com 16,07%.

Separamos os ativos em grupos, tendo sua participação na riqueza somada ano a ano, como já explicitado anteriormente. Fizemos com esses ativos tabelas com as médias de participação dos ativos no período total (1889/1914) e também nos subperíodos, a saber, 1889/1898, 1899/1908 e 1909/1914. Tentaremos explicitar melhor esses dados, com base em tais tabelas, a seguir.

Tabela 20: Participação relativa dos ativos no total da riqueza inventariada (médias por períodos)

Ativos	1889/1898	1899/1908	1909/1914	1889/1914
Terras	19,64	18,32	19,57	19,12
Dívida Ativa	18,22	14,58	12,85	15,58
Títulos	16,55	15,01	19,00	16,55
Casas	16,13	19,36	21,00	18,50
Café	12,86	8,00	5,24	9,23
Ações	6,77	11,01	13,72	10,00
Objetos Pessoais	3,15	7,75	4,0	5,12
Animais	2,97	2,30	2,24	2,54
Benfeitorias	2,37	2,72	1,0	2,19
Terrenos	0,93	0,71	1,12	0,89
Alimentos	0,45	0,22	0,09	0,28
	100	100	100	100

fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

Tabela 21: Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza do Período 1889/1914

Café	Animais	Terras	Casas	Benf.	Objetos	Alimentos	Dívida ativa	Títulos	Ações	Terrenos
9,23	2,54	19,12	18,50	2,19	5,12	0,28	15,58	16,55	10,00	0,89

fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

Tabela 22: Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza do Período 1889/1898

Café	Animais	Terras	Casas	Benf.	Objetos	Alimentos	Dívida ativa	Títulos	Ações	Terrenos
12,86	2,97	19,64	16,13	2,37	3,15	0,45	18,22	16,55	6,77	0,93

fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

Tabela 23: Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza do Período 1899/1908

Café	Animais	Terras	Casas	Benf.	Objetos	Alimentos	Dívida ativa	Títulos	Ações	Terrenos
8,00	2,30	18,32	19,36	2,72	7,75	0,22	14,58	15,01	11,01	0,71

fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

Tabela 24: Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza do Período 1909/1914

Café	Animais	Terras	Casas	Benf.	Objetos	Alimentos	Dívida ativa	Títulos	Ações	Terrenos
5,24	2,24	19,57	21,02	1,03	4,03	0,09	12,85	19,09	13,72	1,12

fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

No período que vai de 1889 até 1898, o principal ativo com participação na riqueza, em média, são as terras, que estão representadas por 19,64% da riqueza do período. No período anterior (1870/1888) elas ocupavam o quarto lugar em média, com 16,20%. E no último subperíodo (1880/1888) participavam com 14,54%. Um pouco paradoxalmente, o ativo café apresenta uma queda em sua participação no montante da riqueza, indo de 16,28% no primeiro período para 12,86% no período posterior, não constando entre os três principais ativos na média do primeiro subperíodo estudado nesse capítulo.

Dívidas ativas e títulos são os outros dois grupos de bens mais importantes no montante total da riqueza de 1889 até 1898, com médias de 18,22% e 16,55%, respectivamente (tabela 22). As dívidas ativas já vinham tendo crescimento importante de sua participação (11,76% em 1870/1879 para 23,74% em 1880/1888, quando foi o ativo mais expressivo do subperíodo). Elas aparecem como segundo ativo mais importante do subperíodo de 1889/1898, caindo para o terceiro e depois para o quinto lugar nos períodos subsequentes. É possível inferir

que as formas tradicionais de crédito pessoal representadas por esse tipo de ativo tenham perdido um pouco de sua importância, frente ao aparelhamento bancário e talvez outras formas mais atrativas de preservação do patrimônio. O mais significativo ocorreu com os títulos, que foram de 6,14% para 16,55%, apresentando um crescimento de 269,64%. Títulos e terras serão os ativos que vão figurar entre os de maior importância no período posterior a abolição da escravidão, ao lado das dívidas ativas, substituindo o trio escravos, terra e café que caracterizaram o período 1870/1879, e começou a ser deslocado pela dívida ativa na década que antecedeu à abolição. Parece, portanto, que a “financeirização” da riqueza que vinha se manifestando no período anterior, ganhando contornos mais nítido, desenhando a permanência de formas mais ou menos tradicionais de defesa do patrimônio e de acumulação de riqueza.

A cidade e as oportunidades oferecidas pelos equipamentos urbanos apontam para outra tendência visível da diversificação da riqueza. É assim que o ativo casas apresenta um aumento bastante significativo entre os dois períodos. De uma participação de 7,51%, esse ativo sobe para 16,13%, o que significa um aumento de 214,78%, ele praticamente se iguala com o terceiro maior ativo (títulos). O mesmo ocorre com o ativo ações, que cresce de 3,39% para 6,77% (199,70% de crescimento).

Outro ativo que apresenta crescimento são os objetos pessoais, apontando provavelmente, na mesma direção do impacto da urbanização sobre a valorização dos patrimônios. Este ativo passa de 3,15% para 7,75% o que significa um crescimento de 246,03%. Entre 1899/1908, as casas aparecem no lugar das dívidas ativas, entre os três principais ativos, permanecendo as terras e os títulos como os demais ativos que compõem as maiores participações da riqueza desse período. As casas têm participação de 19,36%, seguida das terras com 18,32% e

dos títulos, com 15,01%. Apesar de permanecer entre os três principais ativos, as terras, que antes ocupavam o primeiro lugar na hierarquia dos bens, cederão lugar para as casas, principal ativo desse período, indo para a segunda colocação na escala de importância. Os títulos continuam com a terceira colocação. Quanto à mudança na participação desses três ativos, vimos que, no período anterior, as casas, cuja participação era de 16,13%, passam a ter 19,36% do montante total, com crescimento de 120,02%. As terras, com 19,64% no primeiro período, passam para 18,32% e os títulos também sofreram uma queda, de 16,55% no período de 1889/1898, para 15,01% no atual.

O ativo dívida ativa sofre uma queda de 3,64% (de 18,22% para 14,58%). Também o ativo café apresenta menor participação nesse período do que no anterior. Se sua média era de 12,86% em 1889/1898, esta cai para 8,00% em 1899/1908. Os dois ativos que apresentam crescimento, fora as casas, são os objetos pessoais e as ações. Os objetos pessoais vão de 3,15% para 7,75%, o que significa um crescimento de 246,03%. Ambos, apesar do crescimento, não se encontram entre os três maiores ativos desse período.

Animais, benfeitorias, alimentos e terrenos não apresentam mudanças importantes de um período para o outro.

Se compararmos esse subperíodo (1899/1908) com o período estudado no capítulo anterior, teremos as seguintes considerações. Com relação aos três maiores ativos, temos uma substituição total, ou seja, se no período anterior os escravos, dívidas ativas e café eram os principais componentes da riqueza, no período em questão, esses dão lugar para casas, terras e títulos. O ativo café cai para a metade de sua participação, e as terras têm um pequeno aumento. As dívidas ativas apresentam uma queda de 17,44% para 14,58%. Casas e ações são, entre os ativos que não estão entre os três principais, os que apresentam maiores mudanças. No caso das

casas, essas passam de 7,51% no primeiro período para 19,36% no outro (com 257,78% de aumento). Não apresentam mudança significativa os ativos animais, benfeitorias, alimentos e terrenos.

O período que vai de 1909 a 1914 é o último de nossa análise. Seus três principais ativos são casas, terras e títulos, nessa ordem de importância, com 21,02%, 19,57% e 19,09% para cada um deles. Se compararmos com o primeiro subperíodo em questão, 1889/1898, veremos que a hierarquia de bens é distinta quanto a ordem, mas nem tanto quanto a sua composição. No primeiro período temos, como principais bens terras, dívidas ativas e títulos (19,64%, 18,22% e 16,55%, respectivamente). As dívidas foram substituídas pelo ativo casas no período em comparação. A ordem desses ativos em relação a importância na hierarquia é um pouco distinta do que no primeiro período. As casas ocupam o lugar das terras na primeira posição, as terras por sua vez vão para o segundo lugar e os títulos se mantêm na terceira colocação. Dos três principais ativos do período de 1909/1914, dois sofrem um aumento em relação ao período que estamos comparando. As casas aumentam para 21,02%, e os títulos, que passam de 16,55% para 19,09%. As terras, com uma diminuição de menor significado vão de 19,64% para 19,57%. Quanto aos demais ativos, café e benfeitorias, estes apresentam queda (7,62%, 1,34% respectivamente). Para as dívidas ativas, percebemos uma queda de 5,37%. Os ativos animais, alimentos e terrenos se mantêm como no período anterior. As ações continuam com um crescimento ritmado, indo de 6,77% para 13,72%, o que representa um crescimento de 202,65%.

A comparação entre o período de 1909/1914 e o de 1899/1908 é mais simples, já que esses dois períodos possuem a mesma hierarquia de ativos, com casas na primeira colocação,

terras em segundo lugar e títulos em terceiro. Todos esses três ativos sofreram aumento em relação ao período anterior. As casas passaram de 19,36% para 21,02%, as terras, de 18,32% para 19,57% e os títulos, com maior aumento que os demais, vão de 15,01% para 19,09%. Os ativos café, animais, benfeitorias, alimentos, objetos pessoais e dívida ativa, por outro lado, sofreram queda em suas participações. Os terrenos apresentaram um pequeno aumento, o mesmo ocorrendo, mais uma vez, com o ativo ações, que passou de 11,01% para 13,72%.

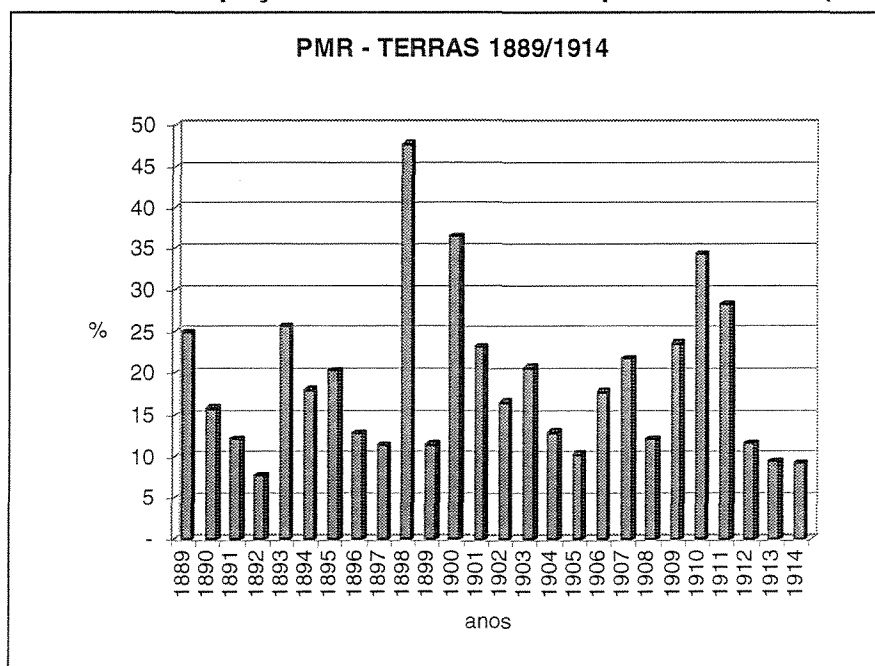
Outra comparação que fizemos foi a desse subperíodo (1909/1914) com o período anterior a abolição (1870/1888). Os ativos mais significativos dos dois períodos são completamente diferentes. Se no caso que estamos estudando, como já vimos, casas, terras e títulos compõem a maior parcela da riqueza, no período anterior são escravos, dívidas ativas e café os principais ativos com participação no montante. Uma mudança radical quanto a composição da riqueza entre os dois períodos. Esses três ativos que surgem agora entre os três mais importantes sofreram aumentos de 13,51%, 3,37% e 12,95% (casas, terras e títulos, respectivamente). Outros ativos que também aumentaram sua participação foram os objetos pessoais, ações e terrenos. Desses o aumento de maior significado foi o do ativo ações, que passou de 3,39% para 13,72% (404,71% de aumento). Animais, benfeitorias e alimentos mantiveram mais ou menos os mesmos percentuais. Já no caso do ativo café, houve uma queda, passando de 16,28% para 5,24%. Isso ocorreu também com as dívidas ativas, que diminuíram de 17,44% para 12,85%.

Quando comparamos as médias dos subperíodos 1889/1898, 1899/1908 e 1909/1914 com o período estudado anteriormente, 1870/1888, e, entre esses mesmos subperíodos, percebemos algumas mudanças significativas. O que faremos agora é compararmos

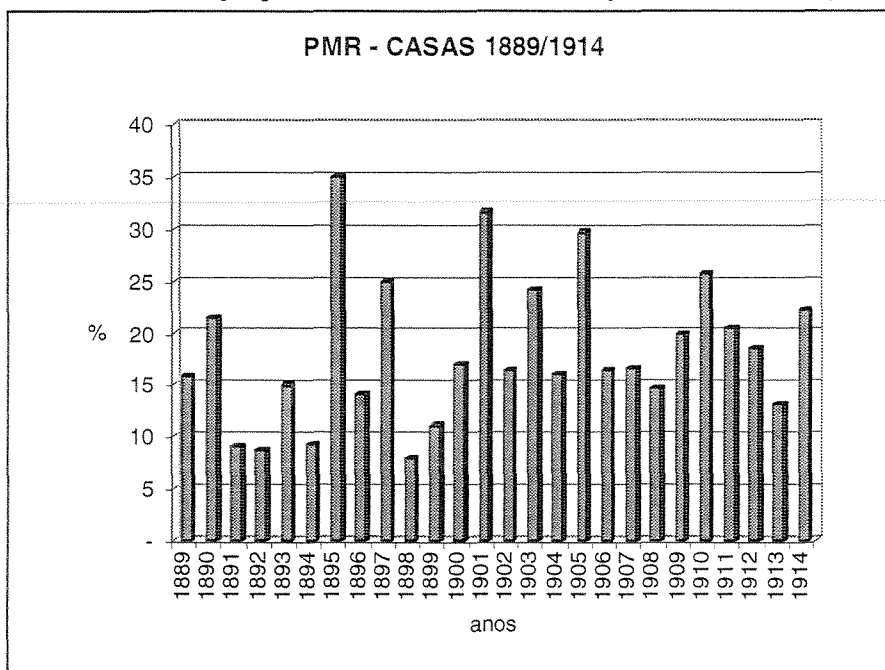
o grande período anterior a abolição com o período que vai desse até o nosso recorte final, ou seja, 1889/1914.

Como já dissemos anteriormente, os três principais ativos que aparecem após a análise dos dados dos inventários *post mortem* por nós pesquisados, no período de 1870/1888, são escravos (24,80%), dívidas ativas (17,44%) e café (16,28%). Outra realidade encontraremos no período posterior que vai de 1889/1914. Aqui, o que encontramos foi o ativo terras, gráfico 15, com a maior participação nas médias do período, seguidas de casas (gráfico 16) e títulos (gráfico 17), com respectivamente 19,12%, 18,50% e 16,55%. Esses três ativos sofreram então, um aumento.

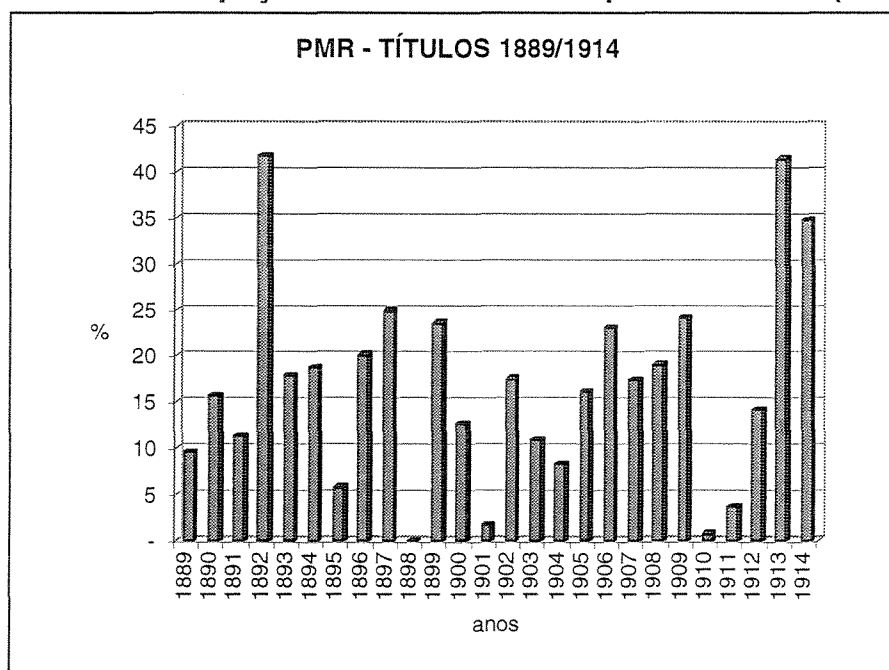
GRÁFICO 15: Participação no Montante da Riqueza – Terras (1889/1914)



fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

GRÁFICO 16: Participação no Montante da Riqueza – Casas (1889/1914)

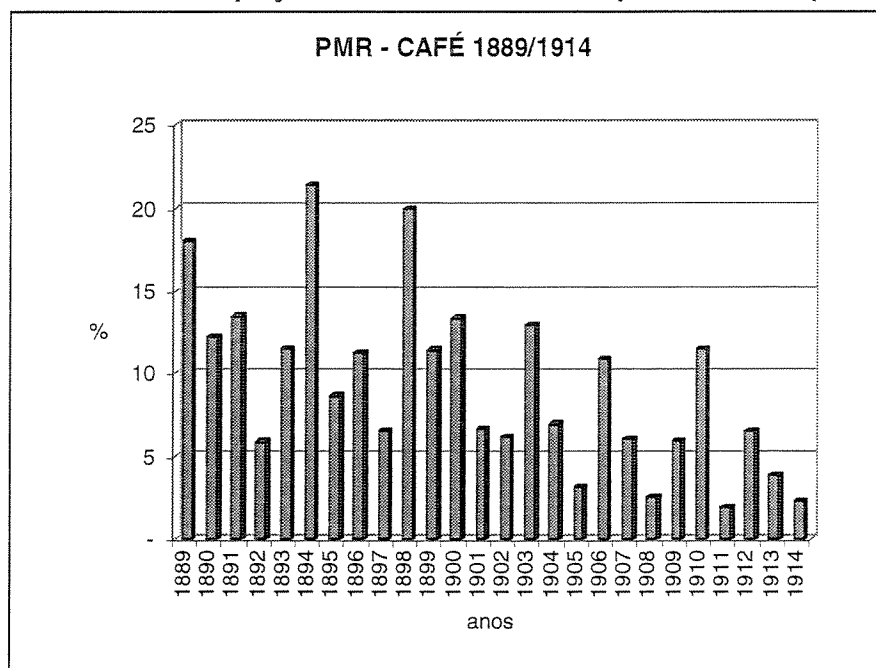
fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

GRÁFICO 17: Participação no Montante da Riqueza – Títulos (1889/1914)

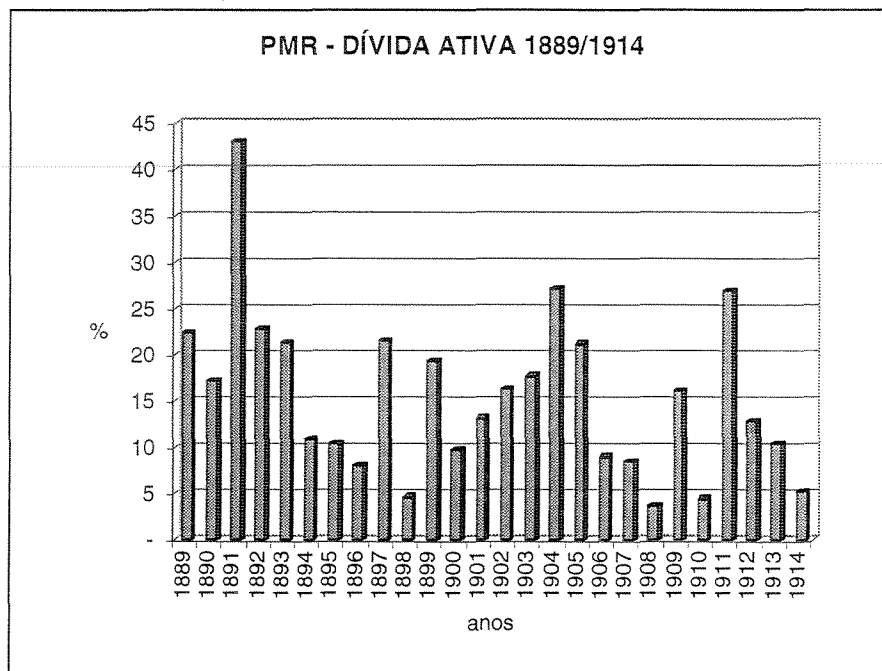
fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

Café, (gráfico 18) dívidas ativas (gráfico 19), benfeitorias (gráfico 20) e alimentos (gráfico 21) foram os ativos que apresentaram queda quando comparamos os dois períodos, sendo que o café caiu de 16,28% para 9,23% e, as dívidas ativas, também sofreram uma queda.

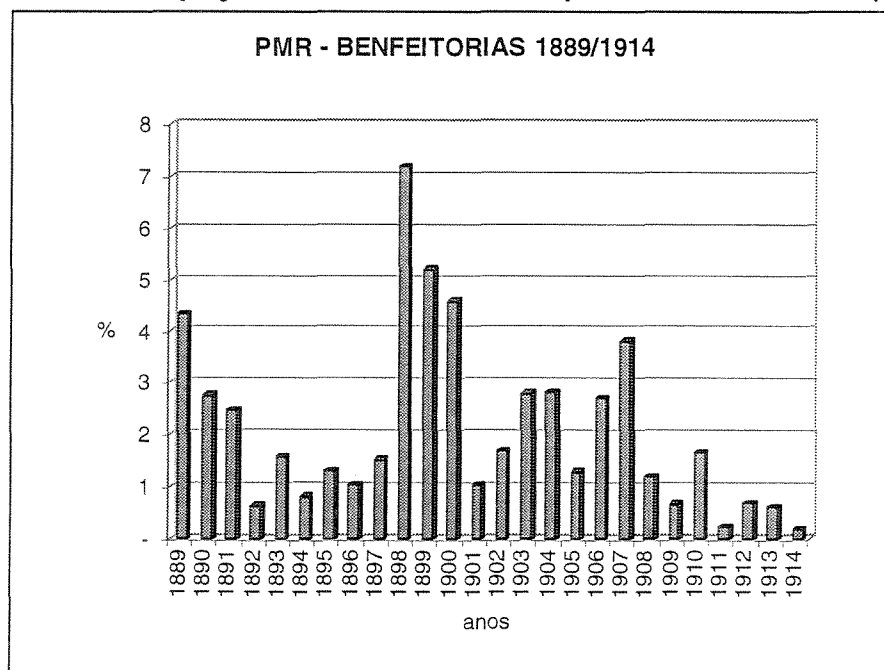
GRÁFICO 18: Participação no Montante da Riqueza – Café (1889/1914)



fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

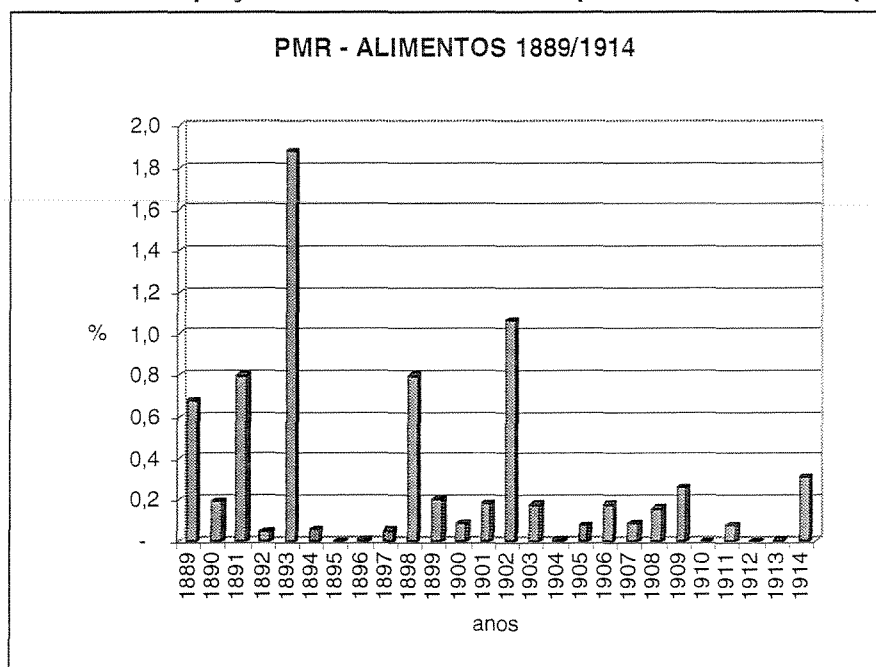
GRÁFICO 19: Participação no Montante da Riqueza – Dívida Ativa (1889/1914)

fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

GRÁFICO 20: Participação no Montante da Riqueza – Benfeitorias (1889/1914)

fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

GRÁFICO 21: Participação no Montante da Riqueza – Alimentos (1889/1914)



fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

Os objetos pessoais (gráfico 22), animais (gráfico 23), ações (gráfico 24) e terrenos (gráfico 25), ao contrário, sofreram aumento em suas participações.

GRÁFICO 22: Participação no Montante da Riqueza – Objetos Pessoais (1889/1914)

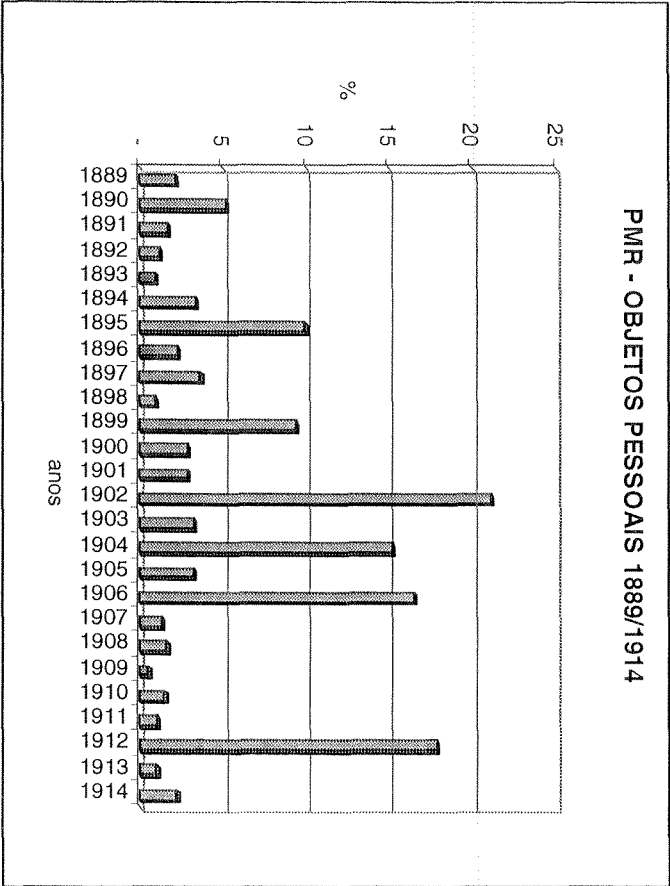


GRÁFICO 23: Participação no Montante da Riqueza – Animais (1889/1914)

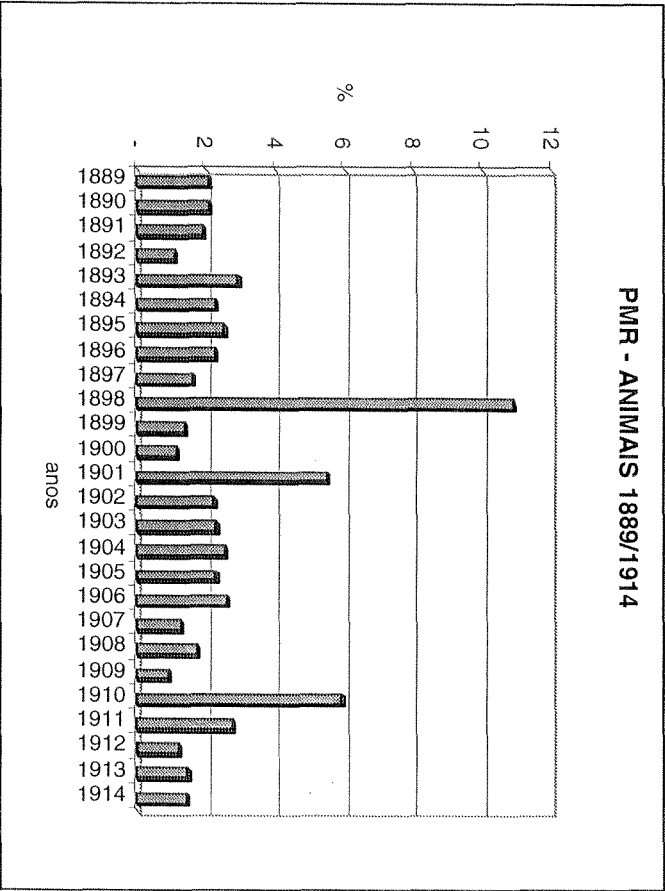


GRÁFICO 24: Participação no Montante da Riqueza – Ações (1889/1914)

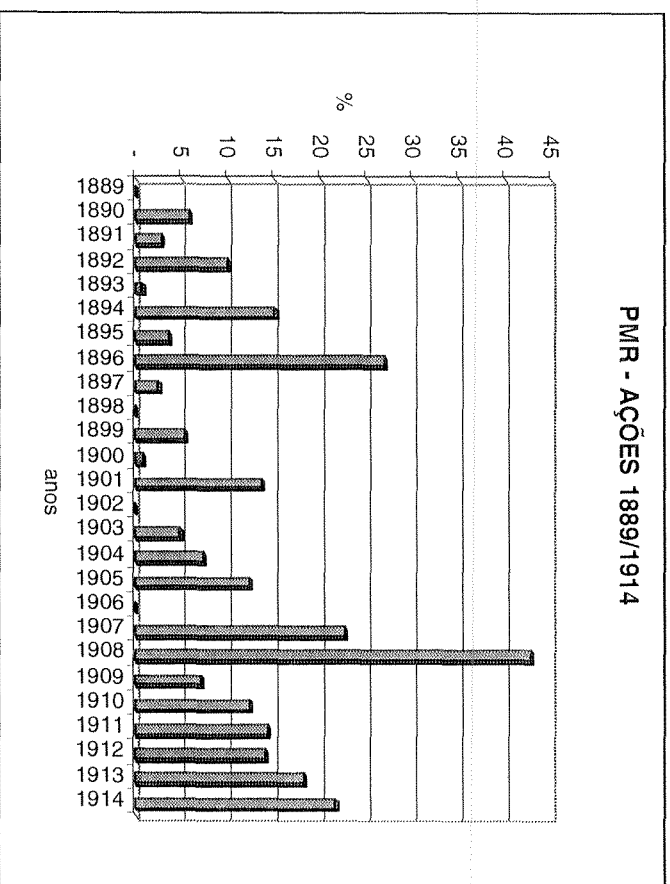
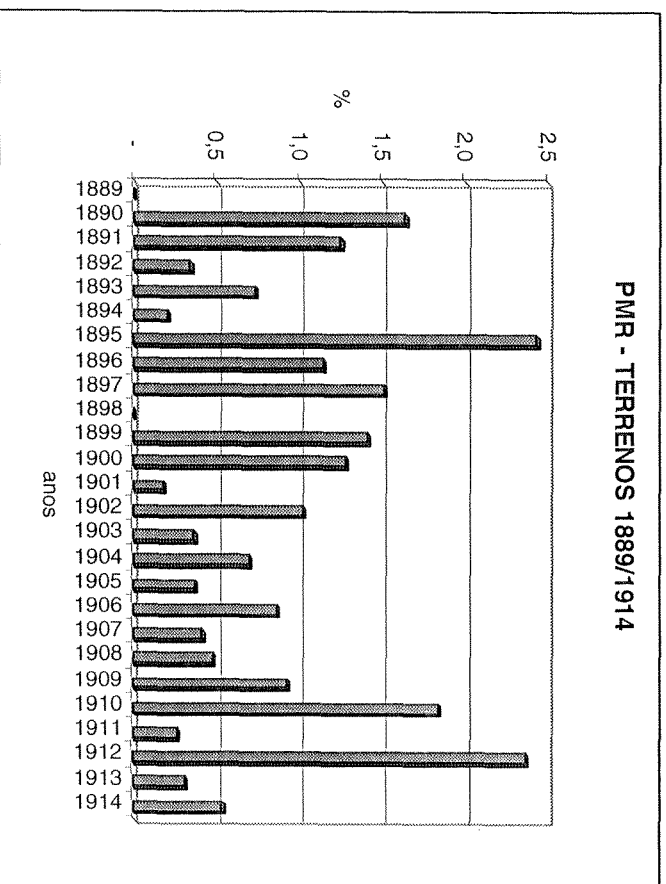


GRÁFICO 25: Participação no Montante da Riqueza – Terrenos (1889/1914)



As mudanças que ocorreram na cidade no período que estamos estudando nesse capítulo são fundamentais para que possamos entender as transformações que apresentamos na composição da riqueza desse período, em relação ao anterior. É importante salientarmos, em primeiro lugar, a urbanização sofrida pela cidade, o que podemos perceber com o aumento da participação de ativos como as casas, ou, ainda, os de origem financeira, como os títulos, ações e dívida ativa. As empresas criadas nesse período na cidade de Juiz de Fora contribuíram para a emissão de títulos e ações, que foram formas de investimentos as quais cresceram de acordo com as possibilidades oferecidas. Companhias de transporte, têxteis, cervejarias, de eletricidade, bancos, construção civil e etc. são algumas empresas das que encontramos em nossa pesquisa e que só foram fundadas a partir do capital cafeeiro acumulado em nossa região. Também no ativo terrenos, apesar de sua discreta participação no total da riqueza, nos aparece com participação relativamente crescente, tanto em número de ocorrências, quanto em valor para tal ativo. A ocupação urbana, portanto, aumentava, valorizando os ativos que se encontravam na cidade. Segundo resolução da Câmara Municipal, citada na página 41 desse trabalho, houve um incentivo às construções na área urbana, o que não acompanharemos a longo prazo, dado que nosso recorte temporal termina em 1914, dois anos somente após tal resolução, mas, de qualquer forma, encontramos um crescimento de prédios de aluguel nos inventários desse final de nossa análise, provavelmente incentivados por tal resolução.

A Academia de Comércio, escola que se encontra em funcionamento até hoje, por exemplo – com 109 anos de existência, era a princípio uma sociedade anônima, da qual vários de nossos inventariados possuíam ações. Criada por iniciativa de pessoas da própria localidade, essa instituição foi fundada a partir de capitais locais, provenientes de acumulação gerada pelo café.

O aumento de depósitos em dinheiro feitos, principalmente, no BCRMG (ativo que se encontra agregado no grupo dos títulos) pode ter como origem a demanda por liquidez que serviria para pagamentos de salários, ocorrida a partir da abolição da escravidão. Isso gerou uma maior monetarização da economia, o que também pode explicar o aumento do número de comerciantes na cidade.

A diminuição do ativo café não significa que exista diretamente uma queda na produção. Preferimos entender que, o que ocorreu foi, na verdade, uma maior diversificação da riqueza, o que provocou o aumento de outros ativos, ficando o café com participação menor do que no período anterior.

Ao analisarmos as médias gerais de todo o período estudado, 1870 até 1914 (tabela 25), obtivemos a presença de terras, dívidas ativas e casas como os três principais grupos de bens, seguidos de perto pelo ativo café e pelos títulos.

Tabela 25: Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza do Período 1870/1914

Escravos	Café	Animais	Terras	Casas	Benf.	Objetos	Alimentos	Dívida Ativa	Títulos	Ações	Terrenos
10,47	12,21	2,49	17,89	13,86	2,47	3,82	0,42	16,36	12,15	7,21	0,64

fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

Por último, gostaríamos de ressaltar a continuação da concentração da riqueza nas mãos de poucos cidadãos. Essa concentração, como já dissemos anteriormente, permanece até os dias de hoje, com pouca probabilidade de inserção de novos elementos. De qualquer forma, ocorre na cidade de Juiz de Fora, no período estudado, uma diversificação na composição da

riqueza, que se antes era composta, principalmente pela trilogia rural de escravos, dívidas ativas e café, passará a contar com terras (as quais tinham grande significado também no período anterior), casas e títulos no período posterior, com significativa participação de dívidas ativas e ações.

OBSERVAÇÕES FINAIS

O primeiro fato que deve ser ressaltado para a conclusão deste trabalho é que ele se insere dentro de um universo bem maior do que aqui se apresenta. Assim, muitos dos dados levantados podem e devem ser analisados com maior atenção, relacionando-se a outros estudos que abordem o tema e a região. Também é importante dizer que as preocupações aqui esboçadas têm continuidade num projeto de trabalho mais amplo, em que a concentração de renda de uma maneira geral e particularmente na Zona da Mata mineira em finais do século XIX até meados do XX será o tema central.

Feito este primeiro comentário, cumpre destacar que existem várias formas de se ‘contar’ a história; em nosso caso, optamos por contar de uma forma mais árida por imaginar ser tal estudo essencial para entendermos as estruturas sociais e econômicas que permeavam a sociedade juizforana no período em foco. A partir daí podemos indicar alguns pontos importantes.

Vemos, à semelhança de outras regiões do Brasil, que Juiz de Fora mantinha uma estrutura econômica baseada na agroexportação, estrutura essa que, herdada desde a época da colônia, mantinha estreitos limites para que os agentes do período pudessem se inserir. Ao mesmo tempo a posse de cativos permaneceu estranhamente ‘normal’ dentro de uma época de turbulências, o que indica a necessidade de estudos que ampliem as relações de poder estabelecidas por um pequeno grupo mas extremamente poderoso na capacidade de reproduzir as relações de dominação. Esses fazendeiros mantiveram a posse de escravos até às vésperas da abolição.

Também percebemos que o café foi a alavanca para o desenvolvimento e diversificação econômica da região, muitas vezes na figura do mesmo cafeicultor/ empreendedor, ou

seja, a cidade conseguiu estabelecer uma ligação entre o capital cafeeiro e os requisitos próprios de uma urbanização (desde transportes até o incremento da vida cultural, passando pelo próprio desenvolvimento industrial), sendo que a atuação dos grandes cafeicultores foi essencial para incentivar este crescimento.

Ao longo do trabalho, acompanhamos uma verdadeira ‘dança da riqueza’. Se num primeiro momento esta se constituía de forma extremamente ‘tradicional’, com escravos, café e dívidas ativas como os principais ativos do período (1870/1888), no final desse período o crescimento de ativos como títulos e ações já nos apontava ‘traços’ de uma modernização, o que também indica uma racionalidade por parte dos abastados fazendeiros do Juiz de Fora em manterem-se atrelados às oportunidades de investimentos que se descortinavam com a crise provocada pela transformação do trabalho, mesmo que esses investimentos fossem uma forma de assegurar o patrimônio (como os títulos da dívida pública e os dotes). Por outro lado, o fim da escravidão provocou profundas mudanças nos investimentos da região, potencializando tendências como um aparelhamento bancário e equacionando a maior demanda por capital por parte da cidade, papel que seria cumprido principalmente por particulares, ficando para os bancos uma parcela menor de participação. Este crescimento do setor urbano já vinha ocorrendo antes de 1888, mas percebemos uma ‘aceleração’ a partir daí que indica novamente a percepção de novas relações econômicas e sociais.

Chama atenção no caso que, a partir de 1888, os ativos terras e dívidas ativas tenham aumentado tanto de importância, por isso nunca é demais lembrarmo-nos da frase do Professor José de Souza Martins: “Num regime de terras livres, o trabalho tinha de ser cativo;

num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa¹³⁰”. O aumento do valor das terras pode ser entendido, assim, como um maior controle por parte dos fazendeiros deste ativo que ainda se revelava como uma das principais formas de riqueza, apesar do relativo decréscimo da produção cafeeira. Já o crescimento das dívidas ativas, se por um lado representa uma forma segura de riqueza, por outro nos mostra uma necessidade de crédito crescente, que, além de incrementar atividades tipicamente urbanas, revela uma maior articulação dos indivíduos de nossa mostra com outras formas de enriquecimento, sendo que até hoje as dificuldades de acesso ao circuito financeiro mantêm grande parte da população afastada deste tipo de investimento.

Os anos posteriores à abolição da escravidão trouxeram o crescimento de outros ativos na participação do montante da riqueza, como as terras, casas e títulos. As dívidas ativas, café e principalmente as ações também apresentaram significativa participação na riqueza, os dois primeiros menos em relação ao período anterior, o contrário do que acontecia com as ações, que vieram crescendo mais que todos os ativos proporcionalmente. Sendo essa uma forma de investimento considerada como ‘moderna’ pela historiografia de uma forma geral, no caso de Juiz de Fora, só foi possível graças à abertura de empresas locais (que comportavam o maior número das ações por nós pesquisadas) que, por sua vez, foram financiadas pelo capital acumulado pela economia cafeeira.

Por último, cabe ressaltar que, se, no primeiro período pesquisado (1870/1888), Juiz de Fora era principalmente rural, com 86,21% dos inventariados residindo neste espaço, esse quadro seria modificado no período seguinte (1889/1914), quando, de somente 13,78% no período inicial, passaríamos para 43,17%, com crescimento de 313,28% de população na área

¹³⁰ MARTINS, José de Souza op cit p. 32

urbana. Certamente, essa urbanização tem reflexos no comportamento dos ativos, que se tornaram mais urbanos, e esse processo também está ligado ao progresso gerado pelo café, principal produto da economia regional e nacional em todo o período estudado.

Se a região entrará em decadência a partir da década de 30 do século XX, entendemos que tal fato se constitui em uma lacuna na história da região, pois vimos que, até 1914, o período de nosso estudo, a sociedade juizforana dava conta de atender e absorver as novas demandas que modificam a economia brasileira como um todo.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

ESTEVEES, Albino. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1915.

Inventários *Post Mortem* – 1870/1914, Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora.

BIBLIOGRAFIA

ALCÂNTARA MACHADO, J. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Empresa Graphica da “Revista dos Tribunais”. 2ª edição, 1930.

ALMADA, Wilma Paraíso F. de. **Escravidão e Transição: O Espírito Santo (1850-1888)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. P. 92.

ALMICO, Rita e BERNARDINO, Maria do Carmo. **“BTMM: Origem e processo de falência.”** In: *Anais do IX encontro da ANPUH/MG*. Juiz de Fora, 1994

ANDRADE, Rômulo Garcia. **“Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata”** In: *Revista Brasileira de História*. SP. Vol. 11, número 22, mai/ago, 1991.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil, por suas drogas e minas**. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, Edição fac-símile. 1711.

BACHA, Edmar e GREENHILL, Robert. **Marcelino Martins & Edward Johnston: 150 anos**. 2º ed. revista. Rio de Janeiro: Salamandra Ed., 1992.

BASTOS, Wilson de Lima. **Academia de Comércio**. Juiz de Fora. Mimeo.

BENCHIMOL, Jaime. **Pereira Passos: um Hausmann tropical**. Rio de Janeiro: Sec. Mun. De Cultura. 1992. (Coleção Biblioteca Carioca, v. 11);

BLASENHEIN, Peter “**Uma História Regional: A Zona da Mata Mineira - 1870 / 1906**”

In: *V Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte, UFMG/PROEP .1982

CANABRAVA, Alice P. **Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/67**. In: *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: FGV, out/dez 1972.

CANO, Wilson. “**Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras**”, In: *Revista Estudos Econômicos*, SP, 15(2):291-306. Mai/ago, 1985, IPE/USP

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 4ª edição. Campinas/SP: Unicamp. IE, 1998. (30 Anos de Economia – Unicamp,1)

CARDOSO DE MELLO, João Manoel. **O Capitalismo Tardio** 2a. Edição, São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARDOSO DE MELLO, Zélia Maria. **Metamorfoses da Riqueza. São Paulo 1845/1895**. São Paulo: HUCITEC, 1985.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA, J. R. **Toponímia de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970.

COSTA, Wilma Peres, “**A Questão Fiscal na Transformação Republicana – Continuidade e Descontinuidade**”. In: *Economia e Sociedade*, IE/UNICAMP, número 10, out. 98.

COSTA, Wilma Peres, **A Espada de Dâmocles – O Exército, a Guerra do Paraguai e a**

- Crise do Império.** Campinas: Ed. Unicamp-Hucitec, SP. 1996.
- COSTA, Wilma Peres, **Ferrovias e Transição Para o Trabalho Assalariado em São Paulo.** Campinas: IFCH. Dissertação de Mestrado, 1976. Mimeo.
- EL KAREH, Almir C. **Filha Branca de Mãe Preta: a Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II, 1855/1865.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.
- ESTEVES, Albino. **Álbum do município de Juiz de Fora.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.
- FERREIRA, Marieta de M. **A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado, UFF. Niterói, 1977.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FRANCO, Maria Sílvia de Mello. **Homens Livres na Ordem Escravocrata.** 4^a ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.
- GIROLETTI, Domingos. **A industrialização de Juiz de Fora (1858/1930).** Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 10(3):144-202, mai/1980.
- GIROLETTI, D. **A Modernização capitalista em Minas Gerais.** Tese de doutoramento. Museu Nacional, UFRJ, 1987.
- GUIMARÃES, Elione Silva. **Criminalidade e conflito nas relações entre senhores e escravos no município de Juiz de Fora (1830-90).** In: *São Paulo: Núcleo de Estudos em História Demográfica.* FEA-USP.
- http://members.tripod.com/~Historia_Demografica/INDEX.HTM, Boletins. HTM, novembro de

1999, n. 18.

LANNA, Ana Lúcia. **A Transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata de Minas Gerais 1870/1920**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1985.

LENHARO, Alcir . **As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842)**. São Paulo: Ed. Símbolo, 1979.

LEVY, Maria Bárbara. **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro**. RJ : IBMEC, 1976.

LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais 1870/1920**. RJ: Ed. Vozes, 1981.

MACHADO, Cláudio Heleno. “Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX”. In: *São Paulo: Núcleo de Estudos em História Demográfica*. FEA-USP, http://members.tripod.com/~Historia_Demografica/INDEX.HTM, Boletins. HTM, novembro de 1999, n. 18.

MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira – Vale do Paraíba século XIX**. Lorena, São Paulo: Ed. Stiliano, 1998

MARTINS, José de Souza **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1976.

MARX, Karl. **O capital. Crítica da Economia Política**. Vol III, Livro terceiro, Tomo II. 2^a ed. São Paulo: Nova Cultural , 1985.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Bahia, século XIX. Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MÔNICA, Maria Filomena. **Negócios e Política: os tabacos (1800/1890)**. In: *Análise Social*, vol. XXVII, 1992 (2^o e 3^o). 461-479.

NAVA, Pedro. **Baú de Ossos**. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1972

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Da crise da economia mineradora aos primórdios da expansão cafeeira da Zona da Mata mineira (1770/1860)**. Tese de doutorado. UFF, Niterói, 1999.

OLIVEIRA, Paulino. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Dias Cardoso, 1953.

PEDREIRA, Jorge M. Vianna. **Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa - De Pombal ao Vintismo (1755-1822) - Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social**. Tese de Doutorado (Sociologia e Economia Históricas). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995.

PIRES, Anderson José. **Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora 1870/1930**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 1993.

PROCÓPIO FILHO, José. **Aspectos da vida rural de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: S. Ed., 1973.

SAES, Flávio Azevedo M. de. **As Ferrovias de São Paulo. 1870/1940**. SP/Brasília: Hucitec/INL-MEC, 1981.

SCHULZ, John. **A Crise Financeira da Abolição**. SP: EDUSP, 1997.

SARAIVA, Luiz Fernando. **Um correr de casas, Antigas Senzalas: Transição da mão-de-obra escrava para o trabalho livre em Juiz de Fora 1870 – 1900**. Dissertação de Mestrado:UFF, 2001.

SILVA, F. C. **Abolição e crise na província do Rio de Janeiro**. RJ, 1987, mimeo.

STEIN, Stanley. **Grandeza e Decadência do Café do Vale do Paraíba**. Tradução de Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961.

SWEIGART, Joseph E. **Coffe Factorage and the emergence of a Brazilian Capital**

Market, 1850/1888. New York, London: Garland Publishing, 1987.

TANNURI, L. A. **O Encilhamento.** SP : Hucitec, 1981.

VALADARES, Francisco de C. **Indústrias. Juiz de Fora no século XIX.** (artigos publicados

no Jornal do Comércio de Juiz de Fora comemorando a entrada do século XX). Juiz de
Fora: Tipografia Central, 1901.

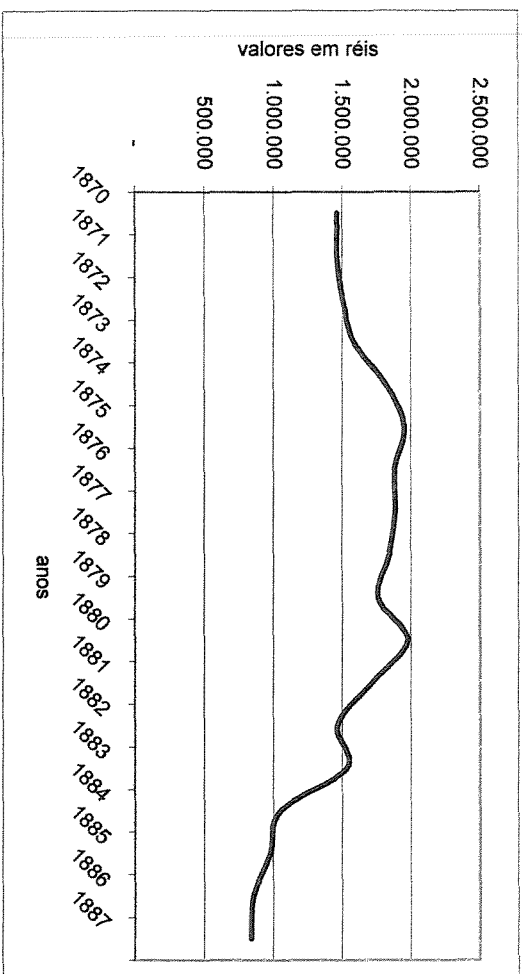
VALVERDE, O . **“O estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais”.** In: *Revista
brasileira de Geografia*, RJ, 20(1) 3-82 jan/mar, 1958.

ANEXOS

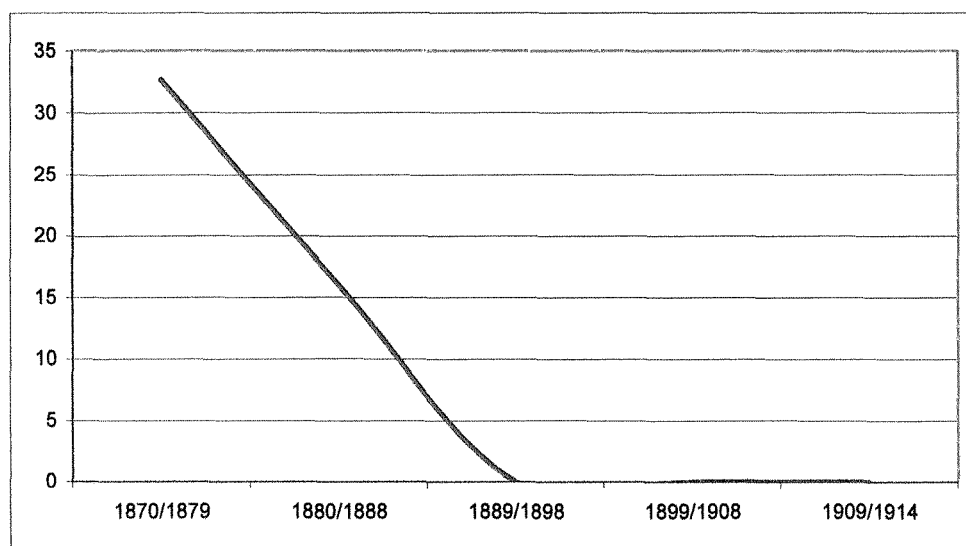
Comparação entre os inventários acima e abaixo de 10 contos de réis 1870 - 1888

Grupo A			Grupo B			
486 Inventários (incluindo os abaixo de 10 contos)			283 Inventários (excluindo os abaixo de 10 contos)			
Ativo	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	%	Variação
Café	4:621:080\$222	17.986.853 (pés)	4:592:218\$222	17.839.352	99,3	147.501
Escravos	7:179:153\$305	7.302	6:988:429\$805	7.027	97,3	275
Títulos	526:037\$758	-	525:637\$758	-	99,9	-
Terra	4:695:555\$261	30.453,5 (alqueires)	4:528:244\$293	28.824,25	96,4	1.629,25
Dívida Ativa	4:970:636\$404	-	4:897:964\$908	-	98,5	-

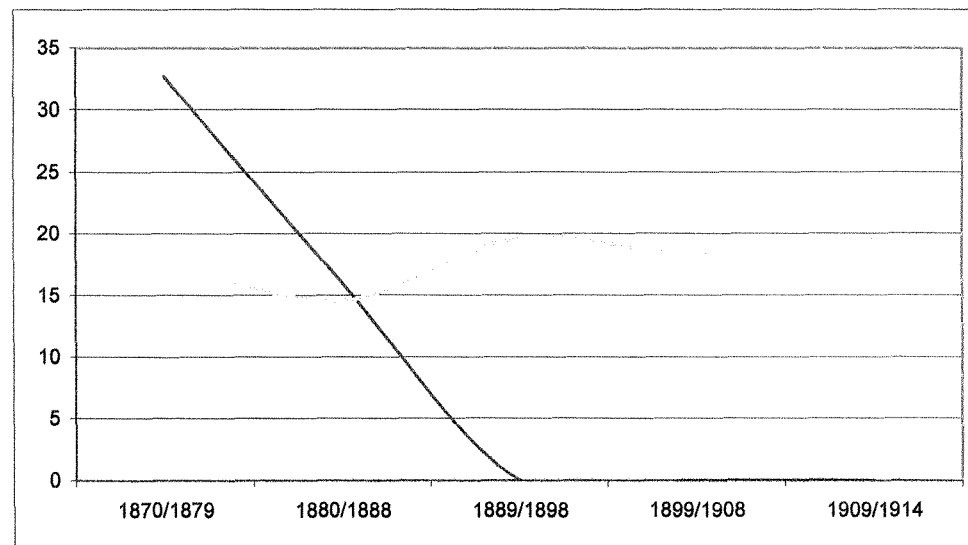
Varição no preço dos escravos 1870 - 1887



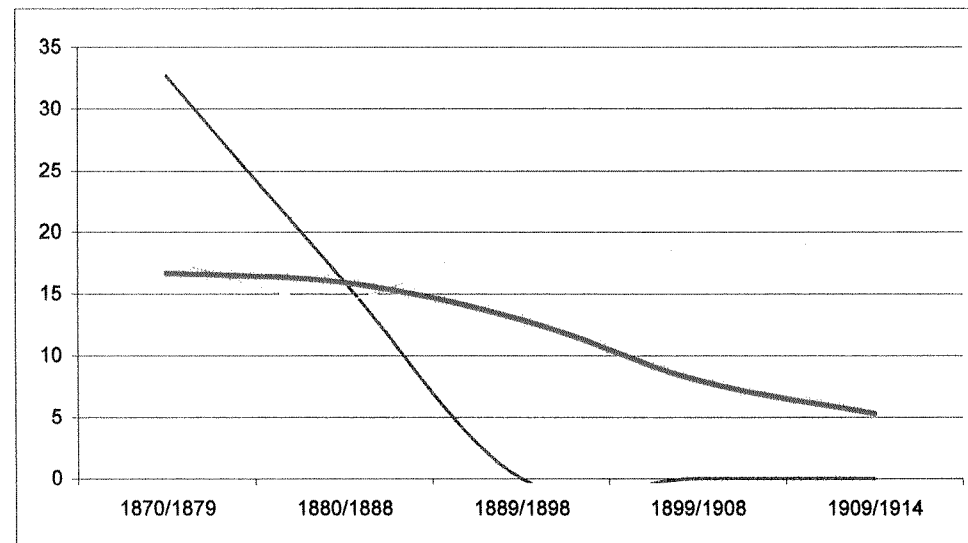
PMR 1870/1887 – Escravos



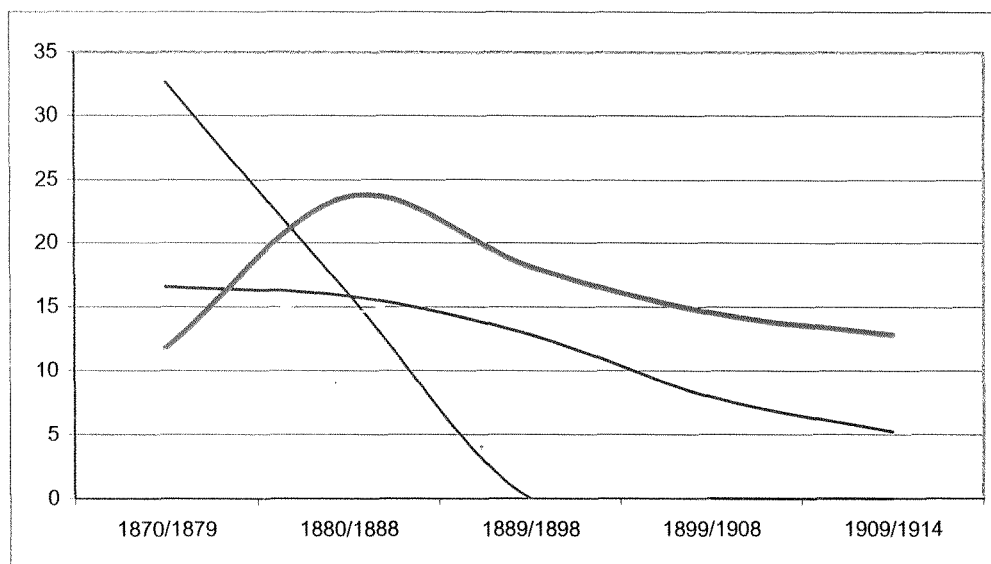
PMR 1870/1914 - Terras



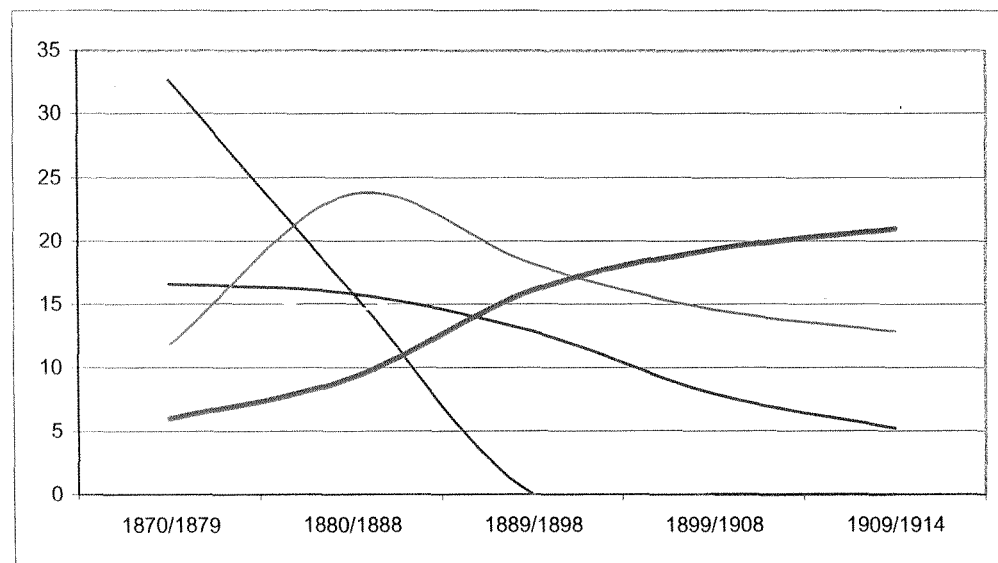
PMR 1870/1914 - Café



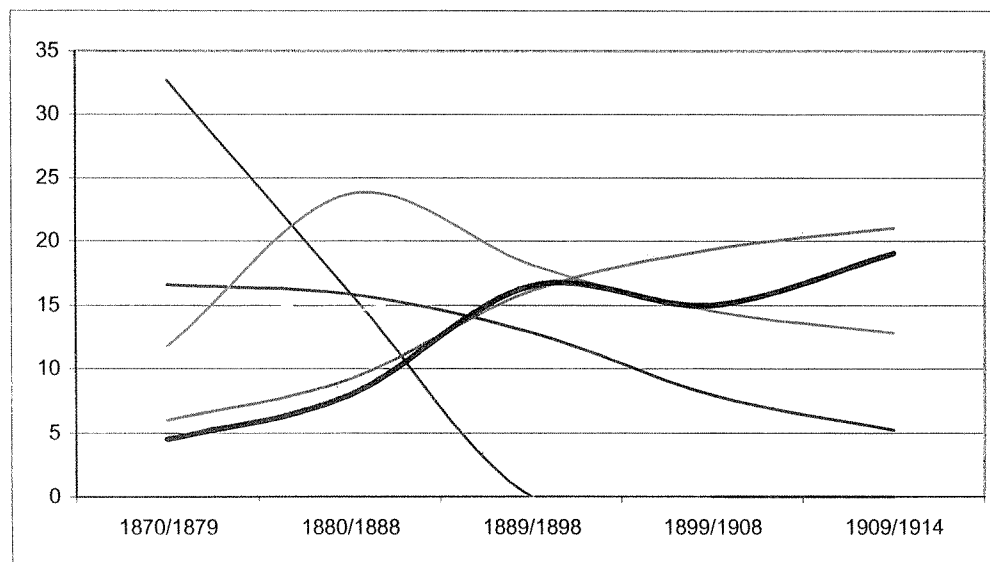
PMR 1870/1914 - Dívida Ativa



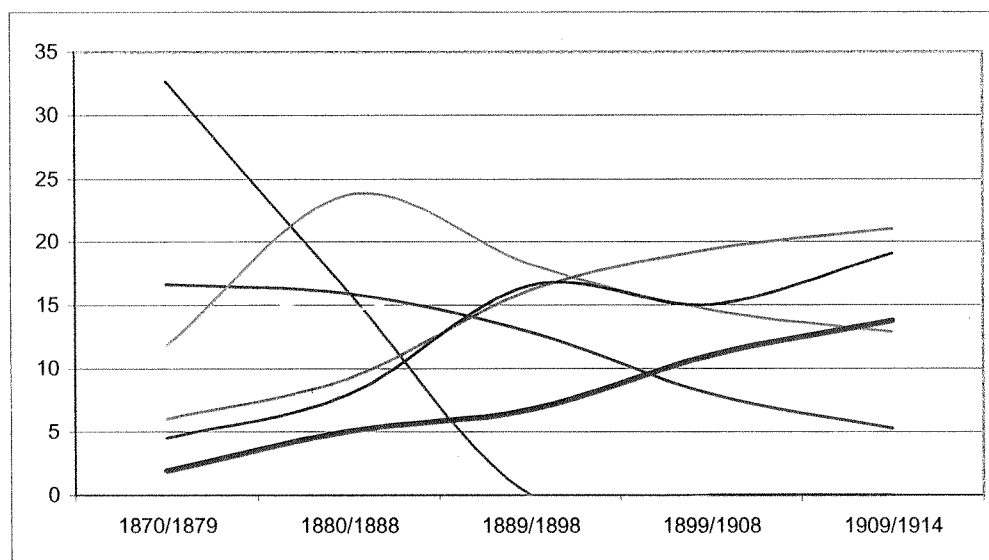
PMR 1870/1914 - Casas



PMR 1870/1914 – Títulos



PMR 1870/1914 – Ações



Participação no Montante da Riqueza – Principais Ativos 1870/1914

